

INSTRUMENTALIDADE E DIMENSÃO EDUCATIVA NO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DE RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Organizadoras:

Adriana Giaqueto Jacinto

Bruna Carolina Bonalume

**Instrumentalidade e dimensão educativa
no Serviço Social a partir de
relatos de experiência**

**Adriana Giaqueto Jacinto
Bruna Carolina Bonalume
(Organizadoras)**

**Instrumentalidade e dimensão educativa
no Serviço Social a partir de
relatos de experiência**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Adriana Giaqueto Jacinto; Bruna Carolina Bonalume [Orgs.]

Instrumentalidade e dimensão educativa no Serviço Social a partir de relatos de experiência. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 215p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-0604-2 [Impresso]

978-65-265-0605-9 [Digital]

DOI: 10.51795/9786526506059

1. Instrumentalidade. 2. Serviço Social. 3. Prática educativa. 4. Relatos de experiência.
I. Título.

CDD – 370/360

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2023

Seria uma contradição se, incapaz e consciente do fracasso, primeiro o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança [...] A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, é um condimento indispensável à experiência histórica (PAULO FREIRE em Pedagogia da Autonomia).

Prefácio	9
Abigail Aparecida de Paiva Franco	
Introdução	19
Adriana Giaqueto Jacinto	
Bruna Carolina Bonalume	
Capítulo 1 - O trabalho do/a assistente social com grupos nas abordagens coletivas: reflexões a respeito de seu potencial na organização comunitária a partir de um relato de experiência	25
Adriana Giaqueto Jacinto	
Capítulo 2 - Carolinas em versos, imagens e sons: a arte como possibilidade de instrumento de trabalho para o Serviço Social	47
Bruna Carolina Bonalume	
Ana Luiza Aragão Moura	
Capítulo 3 - O trabalho em grupo como instrumento técnico operativo do Serviço Social no enfrentamento à violência contra a mulher	71
Elaine Lima de Freitas Polidoro	
Leila Daiane Barateli	
Capítulo 4 - Falas transversais: a entrevista social no Serviço Social no enfrentamento ao racismo às mulheres negras	95
Iolanda Neves	
Maria Eduarda De Oliveira	
Adriana Giaqueto Jacinto	
Capítulo 5 - A garantia do acesso ao direito da pessoa com deficiência: uma análise a partir do trabalho profissional do/a assistente social na política de saúde	115
Maicow Lucas Santos Walkers	
Lígia de Oliveira Soares da Silva	

Capítulo 6 - O grupo e a dimensão educativa: reflexões a respeito de um trabalho em Serviço Social	145
Tamiris Garcia da Silveira Ketully Fernanda Ascencio Cadorim	
Capítulo 7 - O ensino a respeito da elaboração de relatório no Serviço Social: uma experiência docente	167
Adriana Giaqueto Jacinto	
Capítulo 8 - Afastamento do convívio familiar: a instrumentalidade do Serviço Social no acompanhamento às famílias	187
Geisa Araújo de Almeida Sbaraglini Josiene Camelo Ferreira Antunes Vanessa Queiroz Castro	
Sobre os/as autores/as	213

Abigail Aparecida de Paiva Franco*

[...] E assim, como o amanhecer de cada dia.
Romperemos cada desafio aos nossos sonhos.
Com a teimosia da esperança!
(Telma Gurgel, Teimosia da esperança, p.12**)

O contexto, a tessitura, a matéria, os desafios e as resistências anunciadas em “Teimosia da esperança”, são elementos que situam e antecipam os intrincados fios entrelaçados na construção do livro “Instrumentalidade e dimensão educativa no Serviço Social a partir de relatos de experiências”. Fruto de etapas, de rica e peculiar sementeira, os relatos de experiências partem de inquietações provocadas pelas observações e crítica atenta sobre e na realidade social a partir do “chão” – nos territórios de vivências, urbanos, periféricos e rurais de pertencimento dos/das usuários/as dos serviços – públicos ou privados -, onde os/as catorze profissionais estão com os “pés bem firmados”. Quem são estes protagonistas, afinal? São assistentes sociais, profissionais e pesquisador/as integrantes do GEDUCAS¹ que, nesta elaboração constroem suas narrativas e buscam sistematizar tanto as metodologias de trabalho utilizadas quanto o embasamento teórico de ancoragem na contextualização histórica e conjuntural que situam contextos e espaços sócio-ocupacionais distintos, localizados em cidades de

*Assistente Social (TJSP - 1991-2018), doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca/SP; pesquisadora convidada do NCA-SGD, do PPGSSO/PUC-SP. E-mail: abigailpaivafranco@gmail.com

GURGEL, Telma. Nós, mulheres, assistentes sociais de luta! In: **Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional. CADERNO 3. CFESS, Brasília (DF), 2022. p. 12-28

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social – UNESP/Franca-SP.

pequeno, médio e grande porte – sete delas no estado de São Paulo e uma no estado de Minas Gerais. Entendo que são vivências que bem poderiam se dar em qualquer outra localidade deste país afora, pois se fazem presentes e são recorrências não incomuns no cotidiano profissional de assistentes sociais.

Este conjunto de relatos traz à luz, dentre outros, três pontos que se destacam. No primeiro, o autor e as autoras encaram o desafio de focar a temática da instrumentalidade, que embora presente no Serviço Social desde suas origens, é cercada por polêmicas. A magnitude deste desafio é compreendida ao situarmos o lugar ocupado pelo tema, que no entendimento de Yolanda Guerra, “[...]tem sido incorporado no rol dos temas *mal ditos* pela e no interior de parte da categoria profissional[...]”, em razão da sua identificação com pautas conservadoras. Nesta perspectiva, diz a autora, o “termo instrumentalidade tem sido tratado como o conjunto de meios, instrumentos e técnicas de intervenção profissional e a ele se limitado”². Lógica essa contraposta pelo autor e autoras que ampliam e qualificam o tema da instrumentalidade e contribuem com o adensamento dos debates no Serviço Social sobre a riqueza e complexidade das mediações, na superação da batida e conservadora perspectiva voluntarista, imediatista e superficial que permeou e ainda permeia ações e intervenções profissionais que rumam na direção contrária ao projeto político profissional contemporâneo. Assim, considero que é possível afirmar - desafio posto, desafio superado!

Sobre o segundo ponto, a dimensão educativa, que também se faz historicamente presente nas práticas profissionais de assistentes sociais, desde os primórdios da profissão, é aqui atualizada e criticamente orientada para a leitura das experiências vivenciadas. Direção dada aos trabalhos que indica a pavimentação dos caminhos percorridos, cujas dinâmicas, metodologias e os respectivos processos de construção de conhecimento estão

² GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**/Yolanda Guerra. – 10. ed. – São Paulo: Cortez, 2014. (p. 23-24).

referenciados “na noção dialógica de Paulo Freire”. Proposta esta que prioriza a horizontalidade das intervenções, a busca da autonomia dos sujeitos, os movimentos de resistências e o cultivo da esperança com base nas ideias de educação popular que, segundo Iamamoto, “[...] é uma benvinda contribuição à dimensão educativa do trabalho do/a assistente social”³. Um fazer profissional, cujos impactos das intervenções provocam e resultam na ação ou prática educativa transformadora na ampliação e fortalecimento do acesso a direitos, além de contribuir para a transformação da realidade dos/das usuários/as, enquanto sujeitos/as de suas histórias. Isso não é pouco!

O terceiro ponto refere-se à identificação da potência da liberdade como valor central, da postura ética, da autonomia profissional, da força criativa e propositiva de assistentes sociais ao trilharem novos caminhos e/ou caminhos conhecidos com propostas metodológicas inovadoras colocadas em ação, retratadas em cada uma das experiências. Percepções que vêm ao encontro do entendimento de Sousa de que o que está posto para o/a “[...] assistente social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social[...]”⁴. Proposições que ganham relevância em contexto contraditório, pleno de indeterminações, que requer o enfrentamento permanente ao avanço avassalador do conservadorismo, da barbárie, de ofensivas e retração de direitos. Perspectivas e ações que ainda se contrapõem às reiteradas ingerências, regulações, requisições e determinismos institucionais que se faziam e se fazem presentes no cotidiano profissional.

³ IAMAMOTO, Marilda Villela. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: **Diálogos do Cotidiano – Assistente social: reflexões sobre o cotidiano profissional**. CADERNO 1. CFESS, Brasília (DF), 2021. (p.40)

⁴ SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. (p. 124).

Tais pontos elencados estão repercutidos, com menor ou maior evidência, nos oito capítulos que integram o livro, que embora assinados em separado, guardam entre si uma organicidade, apresentam diversidades nos níveis de desenvolvimento dos conteúdos e no aprofundamento das reflexões. Características, evidentemente, próprias e inerentes à incompletude e complementariedade dos saberes.

Nos conteúdos, a seguir evidenciados em cada um dos capítulos, o autor e as autoras apontam e não descuram em identificar as contradições que permeiam o exercício profissional e fazem denúncias sobre o contexto e a realidade multifacetada e de situações complexas que colocam à descoberto a realidade atravessada por violências, violações de direitos e que delineia o quadro nefasto de vulnerabilizações⁵ a que estão submetidas/os crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Tragédias estas que compõem uma intrincada e complexa dinâmica entrelaçada por poder, gênero, raça, discriminação, preconceitos, desigualdade social, entre outros, que exige uma direção profissional que identifique as potencialidades, valorize as iniciativas, as organizações, os movimentos dos sujeitos, através de uma multiplicidade de articulações, estratégias, metodologias, acionamento de um arsenal de instrumentos e técnicas.

⁵ Aqui utilizo o termo “vulnerabilizações” a partir do entendimento de Boaventura de Sousa Santos (2019, p.20), ao refletir que “[...] a palavra exacta é vulnerabilizados e não vulneráveis. Efectivamente só existem grupos vulneráveis porque há outros grupos desmesuradamente mais poderosos que eles que são invulneráveis. Ou seja, ninguém é inatamente vulnerável; é vulnerabilizado pelas relações desiguais de poder que caracterizam a sociedade. Estes grupos vulnerabilizados são os que mais precisam de ver os seus direitos efectivamente realizados uma vez que carecem dos privilégios de que gozam os “invulneráveis”, os que têm acesso directo (por vezes à margem da lei) à ordem e à segurança sociais, enfim, à protecção social que é negada às grandes maiorias”. SANTOS, Boaventura de Sousa. Prefácio. In: **Defensoria Pública e a tutela estratégica dos coletivamente vulnerabilizados**. SIMÕES, Lucas Diz; MORAIS, Flávia Marcelle Torres Ferreira de; FRANCISQUINI, Diego Escobar. [Orgs.] -- Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019. (p.19-20)

Assim, em análise atual e com olhar retrospectivo que remonta ao cenário da década de 1990, a profa. Adriana Giaqueto Jacinto, no *capítulo um*, nos agracia com a recuperação e compartilhamento de experiência, que demonstra a riqueza e a potência das intervenções profissionais de assistentes sociais integradas à luta de usuários/as pela “conquista de direitos básicos”, no caso o direito à moradia - que só veio a ser incluído como direito constitucional no ano de 2000. Registra-se aqui a atualidade da experiência que demarca o protagonismo do Serviço Social, ao reafirmar a importância da intervenção propositiva, do fazer participativo, das ações socioeducativas em contexto de ingerências e requisições institucionais contrárias à direção que alça os/as usuários/as a efetivos e legítimos porta-vozes de suas reivindicações. Estes, com autonomia, são capazes de interferir e incidir sobre a direção das decisões e proposições de políticas públicas em realidade tão desigual.

Alinhadas também às pautas emancipatórias, Bruna Carolina Bonalume e Ana Luiza Aragão Moura, no *capítulo dois*, conduzem a outro cenário de lutas, com a proposta de discussão da arte a partir da literatura e da fotografia como expressões de resistências. Inspiradas na obra de Carolina de Jesus “Quarto de despejo”, relatam trabalho demarcado pela interação entre as/os participantes, que se dá em camadas sucessivas e que conduz a desdobramentos, à primeira vista, inusitados e surpreendentes, por evidenciarem a capacidade de adesão à proposta inusual, compartilharem os saberes e as histórias de resistências que emergem da elaboração do pensamento crítico pelas meninas/mulheres periféricas sobre a realidade com base em suas histórias de vida, em um contexto de silenciamento, exclusão e vulnerabilizações.

Nesta mesma perspectiva, no *capítulo 3*, Elaine Lima de Freitas Polidoro e Leila Daiane Baratelli, discorrem com clareza sobre o trabalho em grupo desenvolvido e detalham a metodologia articulada na perspectiva de integração das ações da Rede Municipal de Atendimento à Mulher em situação de violência. As abordagens partem do contexto vivencial de crianças e

adolescentes (Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV); de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade e de adultos/as Programa de Transferência de Renda), de diversas faixas etárias. Os conteúdos e a direção dada, possibilitaram identificar - como, em que medida e em qual/is grupo/os etário/os -, a questão da violência contra a mulher é apreendida, contribuindo para o fortalecimento de ações de caráter educativo e preventivo.

A potencialização do trabalho com grupos na perspectiva dialógica também é compartilhada por Tamiris Garcia da Silveira e Ketully Fernanda Ascêncio Cadornim, no *capítulo seis*, ao descreverem abordagens com mulheres vinculadas direta ou indiretamente ao trabalho no meio rural, inscritas na condição de “bolsistas” em programa de caráter assistencial e de formação profissional. As autoras indicam o movimento empreendido neste processo de trabalho que vai desde a aproximação à realidade vivencial destas mulheres, com perfil assemelhados - desempregadas, submetidas a violências e violações de direitos e, algumas “mães solo”-, os aspectos culturais que permeiam as relações sociais, interpessoais neste território, passando pelas resistências manifestadas e/ou veladas de adesão à dinâmica proposta, até o envolvimento que favoreceu a abertura para trocas, reflexões ampliadas sobre seus projetos de vida, como também do reconhecimento da condição de protagonistas e detentoras de direitos.

Outra experiência peculiar, singular e criativa de trabalho na perspectiva grupal e coletiva é compartilhada, no *capítulo sete*, pela profa. Adriana Giaqueto Jacinto que inova a prática docente ao propor método e dinâmica de abordagem do conteúdo pedagógico referente à elaboração de relatório social, inspirada nas ideias do educador Paulo Freire. De maneira didática, propositiva e concatenada, descreve o desenrolar das ações, das etapas sucessivas – não estanques-, das atividades orientadas por referenciais analíticos alinhados à perspectiva crítica. Em coerência com a proposta socioeducativa, o alunado é entendido como sujeito participante, implicando e requerendo o

envolvimento destes/as no processo dialógico de ensino/aprendizagem. Proposta enriquecedora que, de ponta a ponta, pressupõe uma participação proativa que, se bem apreendida pelos/as alunos/as, se constitui em vivência ímpar na materialização e afirmação do projeto profissional.

No *capítulo quatro*, com base no contexto da entrevista em Serviço Social realizadas por assistentes sociais com mulheres negras vítimas de violências e observadas pelas alunas na vivência do estágio supervisionado, Iolanda Neves, Maria Eduarda de Oliveira e a profa. Adriana Giaqueto Jacinto trazem reflexões sobre a naturalização do racismo e o sexismo que permeiam a brutal e avassaladora violência contra mulheres, sobretudo negras. Apontam para a prática usual, burocratizada, protocolar e mecânica na realização de entrevistas, descoladas das realidades vivenciais, das singularidades e da totalidade das demandas apresentadas pelas usuárias. Reflexões que evidenciam a urgência do entendimento da entrevista como importante instrumento de trabalho do/a assistente social que tomado à luz do projeto ético-político profissional antirracista - pauta e bandeira de luta da categoria profissional -, pode e deve direcionar para a superação de práticas conservadoras, classistas, elitistas, excludentes e alinhar-se aos enfrentamentos para a garantia e ampliação do acesso a direitos.

Já a luta pela garantia do acesso aos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, protagonizada por criança com deficiência intelectual e sua família, é enfocada por Lígia de Oliveira Soares da Silva e Maicow Lucas Santos Walkers, no *capítulo cinco*. Ao relatarem sobre as intervenções da área da saúde na organização de estratégias conjuntas com a unidade escolar, visando assegurar a inclusão da criança e de sua família nos serviços demandados, colocam a descoberto os vazios e a lacunar oferta de serviços públicos, em contexto fortemente demarcado por mistificações e preconceitos que permeiam as relações sociais e institucionais e que obstaculizam o acesso dos/das usuários aos serviços por eles/as demandados.

Ao fecharem a sequência dos relatos, no *capítulo oito*, Geisa Araújo de Almeida Sbaraglini, Josiene Camelo Ferreira Antunes e

Vanessa Queiroz Castro enfocam as interfaces do trabalho desenvolvido por assistentes sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS com a rede de serviços que compõe o Sistema de Garantia de Direitos, que implica em ações integradas intersetorial e interinstitucionalmente. As autoras discorrem sobre a processualidade das intervenções, as ações pactuadas com as/os demais profissionais integrantes da rede, como também com as/os usuários/as, com vistas ao fortalecimento de vínculos na reintegração familiar de três crianças – irmãos e meio-irmã -, afastadas do convívio familiar, em razão da aplicação da medida de proteção de acolhimento institucional. Demonstram os desafios que envolvem este trabalho, dentre eles, a necessidade de garantir o acesso e o aprofundamento das políticas públicas sociais básicas demandadas por estas famílias para que, de fato, possam efetivar o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, a que fazem jus crianças e adolescentes.

Posto isso, reafirmo que o conteúdo deste livro é um convite para reflexões ampliadas sobre o fazer profissional que, embasado em consistentes e variadas experiências, demonstra que práticas profissionais arraigadas podem ser superadas com base no projeto profissional hegemônico contemporâneo. Lança, ainda, o instigante convite para que investimentos sejam feitos, nos termos das autoras, “nas possibilidades de resistências e (re) existências frente ao projeto hegemônico do capital”. Resistência esta, que na perspectiva de Sposati - “é maior que a desesperança” -, porém, alerta para que não alimentemos ilusões, posto que “é uma resistência fragmentada na luta cotidiana de cada um, é episódica e desagregada”. Reside “aqui o desafio em constituir o estatuto político das práticas de resistência como espaço de construção da identidade e consciência de classe e através delas enfrentar a exclusão e a subalternidade”⁶. Desafios que, em tempos de retrocessos históricos, competitividade exacerbada, ataques às

⁶ SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. – 9 ed. Ver. E ampl. – São Paulo : Cortez, 2016. p.17-23. (p.18)

instituições democráticas, disseminação da cultura do ódio, ganham dimensões ampliadas. Trabalho este que se contrapõe a esta lógica ao somar compromissos e esforços na proposição e abertura de espaço para a produção de conhecimento. Desse modo, a relevância deste livro, necessariamente passa pela análise da importância do GEDUCAS que se faz campo propício e fértil para cultivos de novos projetos, que firma e ratifica o compromisso com o aprofundamento teórico, com a difusão e disseminação do conhecimento por meio do crescente processo de pesquisa em uma perspectiva crítica, que favorece e viabiliza discussões articuladas entre diversas áreas do saber e por sujeitos em níveis de formação diferenciados.

Encaminhando para o fechamento, não poderia deixar de agradecer ao/às autor/as pelo privilégio de acessar esta obra em primeira mão e pela honra de prefaciá-lo. Agradecimento em especial à profa. Adriana Giaqueto Jacinto, por quem nutro, de longa data, bons afetos, admiração pela pessoa e, respeito profissional. Levo ainda, desta empreitada, as ricas aprendizagens oriundas das vivências profissionais, generosa e corajosamente aqui compartilhadas, as quais, em grande medida, cotidiana e sistematicamente são relegadas a planos secundarizados no meio acadêmico e profissional. Contribuição ímpar!

Comungo, enfim, da expectativa de que as experiências ora publicizadas, por sua fecundidade, se constituam em potente ampliação da sementeira de debates e de resistências e, mesmo que em solos densos, germinem nos desafiadores desvãos das indeterminações do cotidiano profissional. Almejo que estas discussões tão caras e centrais para o Serviço Social reverberem e disseminem outros tantos e vigorosos frutos que nutram “a coragem para a luta”, instiguem e fomentem o permanente exercício do cultivo da “teimosia da esperança”.

Boa e instigante leitura!

Franca, outono de 2023.

INTRODUÇÃO

Adriana Giaqueto Jacinto
Bruna Carolina Bonalume
(Organizadoras)

[...] a superação das injustiças que demanda a transformação das estruturas iníquas da sociedade implica o exercício articulado da imaginação de um mundo menos feio, menos cruel. A imaginação de um mundo com que sonhamos, de um mundo que ainda não é, de um mundo diferente do que aí está e ao qual precisamos dar forma (FREIRE, 2000, p. 39).

São tempos difíceis! “*Tempo de gente cortada*”¹, como nos diz Carlos Drummond de Andrade. Tempos de Barbárie. A dinâmica atual das relações sociais, impostas pelo capitalismo e suas formas de reprodução, propaga projetos societários que nada condizem com os interesses da classe trabalhadora, ao contrário disso, adota um alinhamento político cada vez mais radical e impõe condições severas que retroalimentam as desigualdades sociais, intensificam as expressões da questão social e aprofundam as relações de exploração, dominação e opressão estabelecidas.

Temos, desta forma, um contexto marcado pelo (des) financiamento das políticas sociais, ataque aos direitos sociais e a democracia, a mercantilização em seu estágio universal, exploração e precarização do mundo do trabalho de forma ainda mais nefasta, banalização da opressão, repressão e da violência em suas múltiplas faces a partir de discursos de ódio, associados ainda à disseminação desenfreada de manifestações de preconceito e discriminação em uma nítida expressão da ofensiva neoconservadora e reacionária que também se avoluma no país.

¹ Poesia “Nosso Tempo”

“Mas ainda é tempo de viver e contar” nos alerta Drummond, por isso, mais do que nunca somos provocados/as a enfrentarmos coletivamente a ideologia ditada pela órbita capitalista que deflagra as mais severas expressões da barbárie em curso, a apostarmos nas possibilidades de resistências e (re) existências frente ao projeto hegemônico do capital.

Sabemos de que não se trata de um caminho fácil, por isso intencionalmente iniciamos essa introdução pelas reflexões de Freire, sua visão sobre o mundo e sua convicção na vocação humana em transformá-lo e dar a ele “forma”. Corroboramos com aquilo que o autor (1992) chamou de “pedagogia da esperança”, que não se trata de uma esperança ingênua, pois para o próprio autor “nada é ingênuo” (1992, p. 99), é a esperança entendida como dimensão política, social, ética já que não somos esperançosos/as “[...] por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (FREIRE, 1992, p. 10).

É por essa perspectiva que reconhecemos o quanto a lógica capitalista, sobremaneira, atravessa de múltiplas maneiras o nosso cotidiano como assistentes sociais e por essa razão destacamos a pertinência de reafirmarmos o nosso posicionamento de denúncia da barbárie em curso e a pronúncia por uma nova sociabilidade, o que demanda de nós um olhar não só para as requisições postas ao Serviço Social no tempo presente, mas também para a forma como a categoria profissional apreende, analisa e intervém na realidade social em sua totalidade sócio-histórica.

Como nos diz Martinelli e Koumrouyan (1994, p.13), “as ações profissionais por serem tecidas no cotidiano, não podem ser repetitivas, rotineiras e esvaziadas de sentido, ao contrário, é justamente daí que advém a sua preciosidade”, ou seja, por se darem exatamente na trama do cotidiano é que o trabalho profissional se constrói nas “tramas do real”, o que nos traz o compromisso de nos apropriarmos de forma crítica e reflexiva do fazer profissional, fundado em bases teórico-metodológica, ética-política, técnico-operativa que permita tanto o desvelamento desse cotidiano, quanto o fortalecimento dos processos de resistências

dos sujeitos sociais, na perspectiva de criarmos estratégias de enfrentamento às contradições que emanam da (des) proteção social e da reprodução das desigualdades sociais.

E foram as inquietações sobre a realidade social na qual está posto o nosso cotidiano profissional, com seus tensionamentos, requisições, desafios, contradições e possibilidades que nos levou a um debruçar sobre a instrumentalidade profissional para coletivamente problematizarmos discussões e reflexões sobre o trabalho do/a assistente social.

Portanto, o livro **“Instrumentalidade e Dimensão Educativa no Serviço Social a partir de relatos de experiência”** é fruto do caminhar de estudos e também de compartilhamentos e vivências do exercício profissional dos/as pesquisadores que integram o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social (GEDUCAS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca- SP.

Esse é o segundo livro publicado pelo GEDUCAS², grupo esse que foi criado no ano de 2013 e desde então vem se constituindo em um importante espaço de reflexões, aprofundamento teórico, produção do conhecimento e pesquisa em uma perspectiva crítica.

Nesse movimento nos desafiamos agora nessa nova publicação do GEDUCAS a trazer a temática da Instrumentalidade no Serviço Social, a partir de relatos de experiências, que têm como ponto de partida as vivências dos/as autores/as como assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais ocupados pela categoria.

Caminho arriscado esse!

Isso porque, apesar das ricas e importantes produções em torno da Instrumentalidade no Serviço Social, não raras vezes, nos deparamos com discursos reducionistas e equivocados que tendem a tratar do tema, ora pela via tecnicista na qual se limita a análise isolada da instrumentalidade, por instrumentos e técnicas a serem aplicados na prática profissional; ora pela via academicista, descolada da

² O primeiro livro é intitulado “Estratégias e Problematizações no Trabalho Social: o fazer profissional e a dimensão educativa”, 2019.

realidade social, fazendo com que o cotidiano, a experiência empírica ocupem um lugar de preocupação secundária e/ou mesmo de invisibilidade frente à produção teórica da profissão.

Como consequência tem-se fortalecido o fetiche de que “na prática a teoria é outra”. Sobre isso, destacam Forti e Guerra (2013) que no processo do conhecimento, a teoria e a prática, acabam sendo apreendidas como elementos de naturezas diferentes – ou, se preferirmos, como polos opostos que a todo momento, se confrontam, se questionam e também se negam. Em contraposição a essas compreensões distorcidas, Santos (2011, p. 5) afirma que “teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira, o da possibilidade e o da segunda, o da efetividade”.

Posto o desafio! Buscamos nesse livro trazer à tona o debate da Instrumentalidade no Serviço Social pela via da práxis social que perpassa a experiência empírica do trabalho e a acumulação teórica em torno da temática produzida pela categoria profissional.

Ressaltamos que desde do início tínhamos o desejo de que esse livro não fosse apenas uma junção de capítulos, mas sim uma construção orgânica e conjunta dos/as autores/as e por isso nos comprometemos a percorrer esse processo tendo como referência a noção dialógica de Paulo Freire, que busca, a partir do encontro coletivo, a troca horizontal para construção do conhecimento.

Para tanto, ao longo de todo período de elaboração do livro, nos valem de encontros periódicos nos quais o diálogo e o compartilhamento ampliaram as possibilidades da escuta ativa, da horizontalidade e de busca por abarcar a multiplicidade, surgida no encontro com as narrativas das próprias experiências dos/as autores/as e em um espaço de sonoridade.

Nesse caminhar, a primeira parte do processo de trabalho do livro se deu com uma imersão nas vivências profissionais e na escolha por parte dos/as autores/as do relato da experiência que iria compor a escrita de cada um dos capítulos. Destacamos que já nesse momento, com vistas a resguardar o devido sigilo e manter o cuidado ético, os/as autores decidiram pela não identificação de

alguns espaços sócio-ocupacionais, quando de alguma forma pudesse representar risco à preservação do anonimato dos sujeitos.

Na segunda etapa nos propomos a discutir em profundidade a instrumentalidade no Serviço Social e para isso nos utilizamos de uma oficina de formação. Já na etapa seguinte nos debruçamos sobre a escrita dos capítulos que posteriormente foram compartilhados entre todos/as. Optamos por um processo de revisão conjunta dos capítulos e, portanto, os encontros, a partir da revisão de cada texto por todos/as os/as autores/as, configuravam-se também como o momento de apresentação, de troca e principalmente de reflexão sobre o trabalho profissional.

Fruto desse processo de trabalho, esse livro está composto por oito capítulos, que a partir de uma perspectiva crítica e das experiências empíricas dos/as autores/as, propõe-se a refletir sobre a instrumentalidade no Serviço Social.

Assim, nas páginas que seguem nessa publicação, temos uma diversidade de experiências que trazem em si a singularidade das vivências dos/as profissionais, pesquisadores/as, carregadas de aprendizagens, que também nos convidam a esperar um outro mundo possível.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra?

In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social**: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social – 4. Ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3-22

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em

Serviço Social. **Rev. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez,
n. 54, 1994

SANTOS, Cláudia Mônica dos. "Na Prática a Teoria é Outra?". Rio
de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

**O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM GRUPOS
NAS ABORDAGENS COLETIVAS:
reflexões a respeito de seu potencial na organização comunitária
a partir de um relato de experiência**

Adriana Giaqueto Jacinto

Introdução

Por que não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual a de seu Tomás da bolandeira? [...] Por que haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias. Podiam viver escondidos, como bichos? (Graciliano Ramos)

Trazemos como proposta para este texto, uma reflexão a respeito do trabalho do/a assistente social a partir de uma atividade expressa em um relato de experiência, com destaque para o grupo, enquanto um dos instrumentais utilizados. Temos como ponto de partida, neste sentido, uma experiência de trabalho como assistente social com a organização de moradores de um bairro da cidade de Franca/SP. Na ocasião (década de 1990), trabalhávamos eu e mais duas assistentes sociais em uma unidade da Secretaria de Municipal de Assistência Social (que hoje é denominada CRAS¹) e

¹ Em setembro de 2004, tivemos a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, a qual contempla a proteção social básica e especial e as de segurança: de sobrevivência (de rendimento e autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar. (BRASIL, 2004, p. 31). A proteção social básica é destinada a pessoas e famílias cujos vínculos familiares não foram rompidos. Realiza-se através de programas de acolhimento, convivência e socialização de acordo com a vulnerabilidade social apresentada. Estes serviços são desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – unidade pública estatal de base

uma ação bastante realizada era o acompanhamento de organizações de bairro (centros comunitários, movimentos organizados por moradores).

Os primeiros contatos com os moradores deste grupo foram realizados através desta Unidade de Serviços Sociais do bairro, uma das oito unidades ligadas à Secretaria de Assistência Social². Até então, desenvolvíamos o trabalho de plantão social, com atendimento, às famílias, em espécies, orientações e encaminhamentos diversos. Além do plantão, a instituição esperava que o/a profissional desenvolvesse o trabalho de “assessoria”³ aos grupos de moradores, formais e/ou informais.

Mesmo que esta experiência não seja recente, consideramos que ainda serve como conteúdo a ser utilizado em reflexões sobre o trabalho do/a assistente social, especialmente com organizações e movimentos populares.

Este relato caracteriza-se como um fragmento de todo um processo de acompanhamento de um grupo de moradores de um dos bairros da região atendida por esta unidade e foi elaborado a partir de um relatório que compõe o conjunto da documentação utilizada na época. Trata-se, portanto, de uma reunião com um grupo de moradores de um dos bairros da região norte da cidade, da qual participaram dezesseis moradores, duas assistentes sociais e um estagiário de Serviço Social, tendo ocorrido na casa de um dos/as moradores/as, no período noturno, sendo que o motivo era a falta de água no bairro.

territorial, localizada em área de vulnerabilidade social, responsável pela execução de serviços de proteção social, bem como a coordenação dos serviços socioassistenciais locais da área de abrangência.

² Na época denominada de Secretaria de Promoção Social.

³ O termo “assessoria” está empregado aqui, na ótica da instituição, enquanto uma das formas utilizadas para manter os movimentos populares sob sua tutela, como se fossem uma extensão do próprio poder público.

O relato de uma atividade do Serviço Social com grupo de moradores

No trabalho com o grupo de moradores, foram desenvolvidas diversas reuniões. O fragmento que trazemos aqui para as reflexões refere-se a uma das reuniões realizadas com este grupo, a respeito da qual, iremos relatar: A reunião teve início com as apresentações e em seguida as assistentes sociais explicam terem sido procuradas devido ao problema da falta de água no bairro e que pelo contrato, já havia vencido o prazo para a imobiliária cumprir a instalação da mesma. Os/as moradores/as manifestaram-se que estavam cansados/as, pois toda vez que procuravam a imobiliária, esta prometia efetivar a instalação no mês seguinte e assim estavam esperando há vários meses.

As assistentes sociais refletem com os/as moradores/as sobre a diferença de irem um de cada vez e irem juntos, ou seja, a força que representa a organização, destacando que haviam dado o primeiro passo, que era unirem-se. Os/as moradores/as relataram já terem reunido em outras ocasiões, mas vereadores aproveitavam-se da situação e eles se sentiram usados quando reivindicavam e os vereadores é que ficavam com os créditos dos resultados, afirmando que eles é que tinham conseguido as melhorias para o bairro.

As assistentes sociais reforçam que eles juntos é que tinham mais força, todavia, não percebiam isto porque todos nós fomos educados/as para esperar as soluções dos problemas virem “de cima”, não fomos acostumados/as a participar e desta forma não sentíamos que tínhamos influência nas transformações.

Um dos moradores contou sua experiência com um grupo em outra cidade e que lá eles tinham um estatuto. As assistentes sociais explicaram o que era estatuto, ressaltando que ele seria mais legítimo quanto menos fosse uma cópia de outros modelos, pois ninguém melhor do que eles, que viviam os problemas do bairro, é que iriam saber criar o conjunto de princípios para a própria organização.

Uma das assistentes sociais relata a história de organização de moradores de outro bairro e suas conquistas, indagando o que eles poderiam fazer em relação ao problema da falta de água. Alguns sugeriram abaixo assinado e outros/as manifestam-se desacreditados/as nesta alternativa, por já terem tentado, assim relembram que já tinham enviado diversos ofícios a vários órgãos do poder público, tinham ido até a imobiliária por diversas vezes, o que até aquele momento, não tinha resultado em nenhum encaminhamento para o problema.

Um dos moradores propõe, então, que realizassem uma reunião e chamassem um representante de prefeitura, um da empresa responsável pelo abastecimento de água da cidade, um da imobiliária, enfim, um de cada órgão envolvido com a problemática da falta de água, pois desta forma, não poderiam continuar protelando a solução, como estavam fazendo e teriam que se comprometer publicamente, inclusive com prazos estabelecidos.

As assistentes sociais sugeriram, ainda, que consultassem um/a advogado/a para que fossem melhor preparados para esta reunião, com o maior número de informações possíveis e como todos concordaram, ficaram de providenciar a participação deste/a profissional em um próximo encontro, antes da reunião com os/as representantes dos órgãos a serem convidados/as para discutirem e encaminharem uma solução para o problema da falta de água no bairro.

Uma das moradoras destaca que o bairro não tinha apenas o problema da falta de água, como também de ônibus, sede do Centro Comunitário, escolas, unidades de saúde, telefones públicos, iluminação nas ruas, entre outros.

As assistentes sociais questionam se preferiam organizarem-se para buscar soluções para todos os problemas neste primeiro momento, ou iniciar pelo problema da água e os/as participantes ponderam que como não tinham experiência em organização comunitária, preferiam começar apenas pelo problema da água.

As assistentes sociais ressaltam mais uma vez a importância de reivindicarem coletivamente seus direitos, porque eles eram os

maiores interessados, já que moravam no bairro e sentiam os problemas cotidianamente.

A reunião foi encerrada e ficou combinado de aguardarem o convite para a próxima, por uma das moradoras.

Reflexões sobre o trabalho com grupo na perspectiva do coletivo

Conforme já explicitado, este foi o conteúdo de um dos relatórios de uma reunião com moradores de um dos bairros atendidos pela unidade de Serviço Social.

Utilizamos como apoio para nossa reflexão a proposição de Santos, Filho e Backx (2012), de que o exercício profissional se expressa através de ações interventivas, formativas e investigativas e que a efetivação de cada uma dessas expressões é constituída pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Além disto, a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentais e técnicas. Ela mobiliza as demais dimensões, abarca as técnicas e instrumentos, mas inclui-se o conjunto das ações e procedimentos adotados, com vistas à consecução de uma finalidade, uma vez que delimitar a dimensão técnico-operativa ao instrumental técnico-operativo significa reduzi-la a um estatuto meramente formal, coerente com a racionalidade burguesa (GUERRA, 2007, 2009).

Nesta perspectiva, temos o trabalho com grupos, que mobiliza diversos instrumentos, como a reunião, assembleia, seminário, relatórios, atas. Importante ressaltar que na bibliografia do Serviço Social, encontramos referência ao grupo como sujeito da ação⁴, instrumento, prática, abordagem e até mesmo como dinâmica de grupo, o que denota a necessidade de aprofundamento sobre este tema. (SANTOS, FILHO; BACKX, 2012).

⁴ Segundo o professor Charles Toniolo de SOUSA, no curso realizado para discentes da graduação do curso de Serviço Social, na Unesp/Franca, em 19/10/2022.

Como sabemos, o trabalho com grupos no Serviço social passou por uma resignificação a partir da emergência da “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional, trazendo como consequência a negação do “Serviço Social de Grupo” como um método (Eiras, 2006, apud MOREIRA, 2013). Nesse processo de transformação pelo qual passou o Serviço Social, tivemos a apropriação da teoria social marxista e a aproximação com a educação popular de Paulo Freire. (MOREIRA, 2013).

O/A assistente social, com frequência, é chamado/a a intervir nas expressões da questão social através das instituições e, dependendo de sua linha de atuação, pode ocorrer que suas expectativas profissionais não correspondam às expectativas institucionais. Encontra-se na literatura do Serviço Social o esforço de situar a profissão no contexto dos interesses contraditórios dos diferentes polos constitutivos da sociedade, desvelando sua dimensão político-ideológica e trazendo a possibilidade de a profissão estabelecer vínculo orgânico com as classes sociais subordinadas e seus projetos.

A questão social é constituída a partir das reivindicações da classe trabalhadora, à medida que a sociedade, estruturada com base na diferenciação entre grupos sociais ou na divisão social do trabalho, cria padrões, normas, práticas para reger tal diferenciação. Assim, a ascensão da burguesia traz consigo o desenvolvimento e ampliação das instituições sociais, uma vez que estas constituem instrumentos para a reprodução da sua estrutura de relações.

A compreensão de instituição ou da prática institucional está relacionada às concepções de Estado:

1ª) Concepção de Estado contraditório, ou seja, permeável por contradições. É um Estado em que, embora haja uma predominância de defesa dos interesses de determinada classe social, ao mesmo tempo, no embate das lutas sociais, este Estado necessariamente incorpora as demandas das outras classes sociais.

Esta concepção determina a visão de instituição como espaço contraditório. À medida que as lutas sociais são travadas na

sociedade civil, refletem-se no interior da instituição. Neste sentido, quanto mais estiver fortalecida a sociedade civil, mais as instituições se transformarão.

Os profissionais, nessa concepção veem a prática

[...] como uma prática contraditória, isto é, no interior das instituições esta prática reflete as contradições da sociedade e que, naturalmente, ela terá seu avanço maior ou menor, de acordo com a conjuntura social, com a força dos movimentos sociais, com a estratégia de trabalho que se pode montar no interior das instituições. (SERRA, 1982, p.83).

2ª) Concepção de Estado do Bem-Estar: - aquela que concebe o Estado numa posição de árbitro social, acima dos conflitos sociais, das contradições. Este Estado tem como fundamentação o liberalismo clássico e o que se busca é o consenso, baseado na crença de que é possível haver harmonização social.

Nesta concepção, a instituição cumpre funções que o Estado determinar, através da política social, baseadas na visão da teoria funcionalista em que os problemas são vistos de maneira setORIZADA, atomizada, sem que se tenha uma visão completa da realidade social. A instituição é vista como um sistema pronto e acabado, que busca se manter em permanente estabilidade, utilizando-se, para tanto, de mecanismos coercitivos, de controle, autoridade e poder. Sua lógica é a lógica da burocracia, da justificação e sua prática é a reprodução do já produzido.

Em Abreu (2011) encontramos informações a respeito da “pedagogia da participação” no Serviço Social, em que ela conta sobre o contexto mais amplo para entendermos esse movimento na profissão. Segundo a autora, a perspectiva de modernização conservadora foi intensificada a partir dos anos de 1950 e 60 no continente latino-americano por meio do processo de desenvolvimentismo.

A política participacionista reatualizou a “assistência educativa” como uma nova modalidade de manipulação das necessidades e recursos institucionais, superdimensionando os mecanismos de controle e de responsabilização dos sujeitos

individuais quanto ao alcance do “bem-estar social”, mediante a introdução de novos mecanismos de persuasão e coerção dos sujeitos envolvidos. Na retórica participacionista como fundamento das iniciativas de “ajuda” aos países pobres, o desenvolvimento apresenta-se como promessa de melhoria das condições de vida e de eliminação da pobreza. A concepção de fundo desta modalidade interventiva resume-se na visão de que os problemas sociais são passíveis de tratamento no âmbito de cada comunidade, uma concepção liberal neocapitalista da sociedade, que exclui da análise as lutas de classes e outorga ao mercado e à acumulação capitalista o papel de organizar a história dos povos.

Esta ideologia, ao mesmo tempo em que destaca a participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e o apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de “ajuda mútua”, oferece a sustentação para o entendimento de que estes mesmos elementos constituem componentes do processo pedagógico de organização e desenvolvimento locais, em que o Desenvolvimento de Comunidade foi um importante instrumento nesse processo. Tais redefinições não significaram rompimento com a perspectiva histórica, nem com a base conservadora de explicação da questão social, que sustentam o Serviço Social em sua formulação tradicional.

Para responder à questão da participação popular, o governo canaliza as reivindicações e as manifestações de protesto popular para um espaço criado, onde os governantes podem enfrentar as pressões da população, ou seja, *institucionaliza* a participação popular. Para subordinar o movimento popular a esse tipo de participação, entretanto, é preciso que, em alguma medida, o governo atenda às reivindicações da população. Temos assim, a instituição do modelo de Estado Democrático, o qual “consente” a participação da sociedade civil, com o intuito de garantir a sustentação do poder vigente.

A história tem mostrado que a profissão consolida-se no Brasil, respondendo fundamentalmente aos interesses burgueses dessa sociedade. Em contrapartida, refletindo as contradições que

permeiam a sociedade, as respostas profissionais não foram homogêneas, o que se pode constatar pelo fato de que foi ganhando expressão o esforço de profissionais na busca de nova identidade e de novas bases de legitimação para o Serviço Social com as classes dominadas.

Voltando ao nosso relato, lembramos que os/as moradores/as do bairro retratado passaram a reivindicar ao poder público resoluções para seus problemas. Esta reivindicação ocorria de forma isolada, sendo que os/as moradores/as eram obrigados/as a percorrer diversos setores da prefeitura, não obtendo respostas aos problemas, nem mesmo os mais imediatos.

A Unidade de Serviços Sociais era o recurso mais próximo, onde os/as moradores/as recorriam, frequentemente, em busca de orientação. Avaliávamos, entretanto, que o atendimento individual, caso a caso, contribuía para a manutenção da situação em que os/as moradores/as se encontravam: - expropriados/as de seus direitos básicos, entre eles, o acesso às informações.

Até então, os/as moradores/as não se percebiam cidadãos/ãs, e porque não se percebiam, não conseguiam experimentar caminhos para o efetivo exercício de sua cidadania. Existiam apenas as necessidades concretas, advindas da realidade imediata e as reivindicações isoladas, que não apontavam para um objetivo mais amplo, de organização, que pudesse dar origem a um movimento popular.

Consideramos que não basta uma necessidade social não satisfeita para gerar um movimento social. Podemos ter apenas reivindicações isoladas. Estas reivindicações, por sua vez, podem gerar movimentos reivindicatórios, mas poderão não chegar a se constituir um movimento social transformador, que contribua efetivamente para o avanço da organização e consciência das camadas que ele representa. “Enquanto não se estabelecem as relações, as reivindicações ficam a nível das demandas isoladas e não se constituem em movimentos. São reivindicações econômicas, não projetam seus demandantes como sujeitos políticos reivindicantes de direitos.” (GOHN, 1987, p. 67).

Necessidades não satisfeitas geram demandas, que articuladas a determinados interesses de classe, fazem emergir contradições e geram reivindicações. Para que as reivindicações venham emergir, dependem de alguns fatores, tais como o grau de organização dos trabalhadores e as estratégias e projetos políticos de suas organizações.

A inexistência de uma tradição de autonomia, de decisões sobre a vida coletiva, tornava esta camada da população desprovida de experiências historicamente específicas em prol do encaminhamento de suas lutas com vistas ao atendimento de suas necessidades.

As práticas autoritárias não surgem por acaso, mas se dão no contexto de uma formação econômica e social que historicamente tem bloqueado a livre manifestação da prática social das classes dominadas. Estimula-se ao máximo o individualismo, fácil de contrapor e subjugar, ao mesmo tempo em que as ações coletivas ainda são consideradas, pelos detentores da hegemonia, como “ameaças à ordem estabelecida”.

Como era de se esperar, neste contexto, o conjunto dos/as moradores/as se achava disperso, dificultando a busca e o encaminhamento de soluções. Tratava-se de uma população desgastada, alheia à força que possuía. Como, nesse quadro complexo, trabalhar com essa população? O que fazer para, conjuntamente com ela, estimular a reflexão e a prática de uma vida efetivamente comunitária?

Com o objetivo de que nosso trabalho não se restringisse ao assistencialismo, além do trabalho de reflexão e orientação que desenvolvíamos, considerávamos o plantão social como a oportunidade de efetuarmos o primeiro contato, um primeiro passo à visualização, por parte dos usuários do Serviço Social, de novas alternativas para a busca de solução para seus problemas, através da percepção de que não estavam sozinhos, de que suas dificuldades eram comuns a outros moradores e da compreensão de que juntos tinham mais força. Trabalhávamos, assim, no sentido de estimular a grupalização, a organização e mobilização dos/as

moradores/as, visando desencadear um trabalho coletivo. Realizávamos reuniões, onde discutíamos a importância da articulação, da mobilização para a conquista de seus direitos.

Assim, surgiram diversas propostas de trabalho grupal e a nossa função foi a de facilitar a concretização das mesmas. Foram formados diversos grupos: melhoria de renda (o das costuradeiras manuais de calçados, o de confecção de bolachas caseiras, o das artesãs, o de confecção de sabão); informais reivindicatórios (por creche, infraestrutura nos bairros recentes); de adolescentes; de idosos/as e outros.

A nossa expectativa, enquanto profissionais, era a de que os/as moradores/as realizassem a releitura da realidade, percebendo-se sujeitos de sua própria história, apreendessem que tinham direitos e encontrassem na organização comunitária um dos caminhos para a efetivação destes direitos.

Visualizávamos a nossa prática como uma prática educadora e enquanto educação, um ato político. Paulo Freire aponta para a educação enquanto uma busca realizada por um sujeito, em caráter permanente, ressaltando que ninguém educa ninguém; existem graus de educação, que não são absolutos, pois o homem é um ser inacabado. Nesse sentido, o/a profissional é aquele/a que comunica um saber relativo a outros que possuem outro saber relativo. Essa busca não pode ser solitária.

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. (...). É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis. (FREIRE, 1982, p.16-17)

A concepção de prática social por nós adotada era aquela que não pode ser dissociada da teoria, e neste sentido, a contribuição de Marx é fundamental, pois possibilita um novo olhar para a prática,

pensada enquanto *práxis*. “No coração da antologia marxista do ser social, portanto, está o conceito de *práxis*, já que a *práxis* é, em si, uma articulação do sujeito/objeto, uma ação que se objetiva em instituições, em estruturas”. (COUTINHO, 1990, p. 28).

Marx alude à possibilidade de o homem não só modificar a sua consciência, mas também as circunstâncias do mundo em que vive, através de uma atividade crítico-prática. Para ele, *práxis* não se concretiza apenas no plano teórico ou prático, mas é: “Uma atividade instrumentalizada pela teoria, dotada de uma força que antecede, está presente e permanece na ação do homem, na luta pela transformação do mundo natural e social.”. (SETUBAL, 1991, p. 115).

A base da *práxis* é a atividade prática, porém é necessário que esteja coordenada com a atividade teórica, do contrário será somente prática. Só há *práxis*, ainda, se houver como resultado uma matéria transformada. A atividade teórica, coordenada com a atividade prática, realiza a ação transformadora.

A *práxis* pressupõe uma ação conjunta, onde o papel do/a intelectual é contribuir para a formação de uma consciência crítica; pressupõe a participação consciente e crítica dos homens, onde usuários e profissionais procedem dialeticamente com a realidade a ser conhecida e transformada; onde a decisão é conjunta e responsável.

Nesta linha de raciocínio, a atuação do/a assistente social pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, ou, ao contrário, realizar uma prática ajustadora, imediatista.

Quando sua atuação não é apenas imediatista, transcende e recria a teoria que a coordena, porque pretende a transformação. O/A assistente social, ao trabalhar com grupos e classes sociais se coloca como facilitador das transformações sociais. A dimensão de sua prática é o coletivo, a classe social, especialmente as classes populares, com as quais deve construir alianças significativas.

Gramsci, em várias de suas produções teóricas, evidencia a importância do papel do intelectual na luta de classe, no desenvolvimento da ação revolucionária; sua função social decorre

de um processo de socialização do saber, expressando-se através das alternativas de ação.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social. (GRAMSCI, 1981, p. 139).

O intelectual em Gramsci é, portanto, a figura que tem por função realizar o movimento entre concepção de mundo e contexto histórico-social, procurando estimular formas organizativas que permitam que a ação se desenvolva. O intelectual orgânico, na perspectiva gramsciana é qualquer pessoa que possui uma capacidade técnica especial e conhece os elementos de organização e do pensamento de uma classe social. Sua organicidade define-se pela consciência e pela prática com uma determinada classe. Sua concepção de intelectual define-se a partir da função e do vínculo que o mesmo mantém com a classe que representa. É firmada uma aliança entre o intelectual orgânico e a classe que representa. Existe uma identidade de objetivos. Se ele se identifica e se sensibiliza com o projeto da classe dominada, apoia, reflete em conjunto, orienta, informa, estimula, facilita espaços, convive e vive as esperanças e iniciativas dos que buscam a superação da dominação em quaisquer formas que se apresente.

A análise gramsciana amplia, assim, o conceito de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo de lutas de classes, vinculado à questão da hegemonia. Para Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica, não limita essa pedagogia às relações especificamente escolásticas, mas situa-as “em toda sociedade no seu conjunto e para cada indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre grupos intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e

sequazes, entre dirigente e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exércitos". (1978, p.46).

A nossa expectativa, entretanto, não coincidia com as expectativas da instituição. Nesta lógica, a instituição coloca-se como um espaço de controle e manutenção, onde as demandas são despolitizadas e a solução dos problemas aparece como uma solução técnica.

Enquanto profissionais vivenciávamos a contradição de representar uma instituição pública - que mediatiza a ação do Estado capitalista - e de construir, conjuntamente com a população usuária, um projeto de trabalho que não correspondia aos interesses finais da instituição e da correlação de forças preponderantes no país.

Por este motivo, é que todo o processo de atuação esteve continuamente permeado pela reflexão em relação às estratégias de intervenção. Para desencadear esse processo, utilizamos a reunião, instrumento que serviu para despertar o interesse dos moradores para uma prática coletiva, prática essa que foi sendo assimilada como necessária para encaminhar e enfrentar as questões de interesse comum.

Uma das principais características da metodologia adotada para o trabalho social teve início desde as primeiras reuniões na busca constante do diálogo, tentando estabelecer as relações da realidade concreta imediata com a realidade mais ampla. Pretendíamos que o aprendizado e o exercício da prática democrática permeassem todo o processo como um método de participação, um ensaio cotidiano da prática democrática.

Um aspecto que consideramos fundamental para o trabalho como um todo é a questão da criação do vínculo de confiança entre profissionais e população. O desafio residia na conquista da confiança da comunidade através da tentativa de atuação efetivada a partir de suas necessidades e propostas de ação.

Goldman (1972) trata do termo "consciência possível", como um dos mais importantes instrumentos para o estudo da vida social em geral e da transmissão de mensagens, em particular; destaca

que o problema está em saber não o que pensa um grupo, mas quais são as mudanças suscetíveis de se produzirem na sua consciência, sem que haja modificação na estrutura essencial do grupo.

No estudo de um grupo social, segundo Goldman, deve-se sempre perguntar quais são as categorias intelectuais fundamentais, qual o aspecto específico dos conceitos de espaço, de tempo, de bem, de mal, de história, de causalidade, em que medida estas categorias estão ligadas à sua existência, quais são os limites do campo de consciência que elas engendraram e, enfim, quais são as informações situadas além desses limites e que não podem mais ser recebidas sem transformação social fundamental.

Todo grupo tende, de fato, a conhecer, de maneira adequada, a realidade, mas seu conhecimento não pode ir senão até um limite máximo compatível com a sua existência. Além desse limite, as informações só poderão passar se se conseguir transformar a estrutura do grupo, exatamente como no caso dos obstáculos individuais em que só poderão passar se for transformada a estrutura psíquica do indivíduo. (GOLDMAN, 1972, p.11).

Paulo Freire aborda a questão da ultrapassagem da consciência real para consciência possível, através da problematização, que é o ato de converter as “situações-limites” em conteúdo da comunicação educacional. As situações-limites são as que estão no cerne das contradições da sociedade e que muitas vezes se afiguram aos homens como “barreiras insuperáveis”.

O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando, que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos. [...]. Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1978, p. 78-79).

Partindo do princípio de que o Homem apenas se completa com o outro temos que o sujeito é coletivo quando não é solitário, mas político, não egoísta e passional, mas com capacidade de reciprocidade, uma vez que a atitude de reciprocidade é um ato político; é aquele com capacidade de cooperação (o que não quer

dizer que tenha que conviver num grupo de iguais, pois por cooperar podemos entender lutar por uma causa comum, não significa diluir as diferenças, não pressupõe consenso, mas coesão); com capacidade de solidariedade, através da busca do que une e não do que separa. “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. (SADER, 1988, p. 55).

Yazbek traz a ideia de que os subalternos vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, aceitando a dominação. Contudo, a mesma autora argumenta que esse processo pode ser revertido quando as classes subalternas adquirem visibilidade, conquistam direitos e protagonismo social, avançando no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam seus interesses de classe. (1993, p. 18).

A cidadania nasce de uma releitura da realidade, da crítica, do questionamento para a inovação. O exercício da consciência crítica e a busca do coletivo são processos complementares, um leva ao outro: - com o exercício da consciência crítica, o cidadão percebe-se sujeito de sua própria história e busca o coletivo. Por outro lado, é apenas no coletivo que se compreende não existir prática política que se faça de forma solitária e estimula-se a consciência crítica. Se a prática perde sua substância política, não cria hegemonia, mas dependência. O sujeito coletivo, ao contrário, é social e usa de sua determinação. Através da participação em movimentos populares, de indivíduo disperso, passa a se definir, a se reconhecer, a agir em conjunto, rompendo com a cooptação e a tutela, desenvolvendo uma nova prática, baseada na luta por seus direitos, a partir da consciência crítica.

Não se trata de desprezar o peso da estrutura, mas ao contrário, sabemos da importância de se considerar sua relação com as práticas dos sujeitos, através de uma análise global, na perspectiva da totalidade.

Na situação relatada, a condução do trabalho social não era mais definida pelo/a assistente social com o reconhecimento dos/as moradores/as, mas passa a ser de responsabilidade conjunta assistentes sociais / população moradora. Este fato coloca o/a assistente social e população numa relação horizontal, resguardando os papéis diferenciados de ambos, mas numa identidade de objetivos, o que leva a redimensionar o movimento do trabalho social.

A informação, nesta perspectiva, é a base da instrumentalização da ação popular. A falta de informação mantém as pessoas passivas, entregues ao poder dos que as detém. As pessoas, os grupos tornam-se facilmente manipuláveis. É condição primeira para seu processo de libertação. É ela que possibilita a problematização, subsidia a reflexão, permitindo a compreensão crítica da realidade, possibilitando aos moradores apropriarem-se dos serviços institucionais a que têm direito e interferir na qualidade de seus serviços. Através da informação e conseqüente instrumentalização, torna-se possível à classe dominada adquirir condições de se expressar e se relacionar com a classe dominante, quer na correlação de forças, confronto, quer nas negociações e alianças.

A metodologia adotada pela equipe profissional, portanto, foi baseada no entendimento de que não existe modelo, não existe instrumental específico para esta ou aquela realidade, tendo em vista que a construção das mediações tem que ser realizada a partir de cada realidade e das relações que a compõem como totalidade complexa.

A maneira como o/a profissional constrói as mediações, direcionando sua prática, reflete o seu projeto político. Nesse processo temos a construção de uma prática crítica ou alienada, comprometida ou não com o usuário na correlação de forças do poder instituído. Uma prática profissional que se pretende educativa, tem que estar permanentemente aberta ao diálogo.

Por este motivo, não tínhamos, enquanto equipe profissional, um plano pronto e fechado de trabalho, um modelo pré-determinado. Ao contrário, a proposta foi sendo construída, em

conjunto, cotidianamente, com os/as próprios/as moradores/as, numa relação horizontal de identidade de objetivos.

A luta pelo direito às condições dignas de moradia, no entanto, caracteriza-se para o Serviço Social como caminho para uma luta maior: - aquela que diz respeito à concretização da possibilidade do encontro, da articulação, da organização comunitária.

Evidencia-se que, enquanto inserida num espaço contraditório, a prática do Serviço Social também se mostra permeada por contradições. A começar por estar vinculada a uma instituição pública, a qual prima pelo “consentimento” da participação popular, com o intuito de garantir a sustentação do poder vigente.

Entretanto, se por um lado buscou-se o envolvimento da população nas soluções de seus próprios problemas, tendo como premissa a teoria da modernização - integradora e ajustadora e, por conseguinte, controladora de suas ações -, por outro lado, é justamente dentro desse contexto que foram oferecidas as alternativas para a elaboração da proposta de trabalho com os moradores.

Considerações finais

Percebemos ao longo do desenvolvimento do trabalho de organização comunitária, o qual tinha nas reuniões grupais um dos instrumentos de atuação, que havia um elemento que imprimia um novo direcionamento: - os/as moradores/as reportavam-se aos órgãos competentes, buscando soluções para seus problemas, mas já não iam isolados, vivenciavam a prática da articulação, da organização comunitária.

Pudemos perceber, ainda, que os sujeitos, no processo de crescimento coletivo, expressavam em determinados momentos, indícios de uma consciência possível, através da releitura da realidade e em outros momentos, retrocessos, consciência ingênua.

No início do nosso trabalho, deparamo-nos com um conjunto de moradores disperso, desgastado, alheio à própria força, o que dificultava a busca e o encaminhamento de soluções dos

problemas. O trabalho do Serviço Social tentou - conjuntamente com essa população - buscar alternativas para estimular a reflexão e a prática de uma vida comunitária.

Visualizávamos a nossa prática enquanto educadora e enquanto educação, um ato político. A sua dimensão é o coletivo, onde convivem as esperanças e iniciativas dos que buscam a superação da dominação em quaisquer formas que se apresente.

O trabalho social realizado com os/as moradores/as, partindo de suas necessidades concretas e imediatas, buscava a organização comunitária, a oportunidade de uma nova prática de luta, que não fosse aquela individual, fragmentada, isolada.

Foi possível perceber que o Serviço Social contribuiu com a luta para a conquista de direitos básicos⁵, ou seja, condições mínimas de moradia, considerando-se a questão do direito à moradia não restrita apenas à posse do imóvel, mas à posse de condições dignas de habitação. Também foi possível perceber que alguns moradores reconstruíram o conceito referente ao direito à habitação, ampliando a própria concepção de cidadania.

Esperamos que estas reflexões possam alimentar outras experiências, como sementes lançadas em outras terras, a fecundar, a germinar, a brotar, a crescer, a florir, a tornar o mundo mais belo, porque, com certeza, existem no mundo coisas extraordinárias e todos deveriam ter a possibilidade de contemplá-las.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

⁵ Ao revisitarmos o contexto da década de 1990, lembramos que o direito social à moradia ainda não estava previsto na Constituição Federal. Tal direito social só foi inserido na Constituição Federal no ano de 2000 por meio da Emenda Constitucional nº 26 de 14 de fevereiro, que alterou o artigo 6º e o Serviço Social integrou essa luta.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Rev. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.79, p. 43 – 71, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 26**, de 14 de fevereiro de 2000. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Brasília/DF: 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm#1. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. MDS: Brasília, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e as ciências sociais. **Rev. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.34, p.21 – 40, 1990.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. **Grupos e Serviço Social**: explorações teórico-operativas. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. (Mimeo).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais urbanos no Brasil: produção teórica e projetos políticos. **Rev. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.25, 1987.

GOLDMAN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna**. Tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Palestra proferida ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, promovido pelo CRESS-6ª. Reg (maio de 2007), 2007. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social: dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, 1982, p. 121.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; FILHO, Rodrigo de Souza. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In*: SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 25-48.

SERRA, Rose Mary Sousa. A prática do Serviço Social nas instituições. *In*: **Coletânea de Conferências e debates da VIII Semana do Serviço Social Universidade Federal do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 1982.

SETUBAL, Aglair Alencar. Hegel e Marx: duas concepções para entendimento da práxis. **Rev. Serviço Social e Sociedade**. n.35. São Paulo, 1991, p.103 -133.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

CAROLINAS EM VERSOS, IMAGENS E SONS: a arte como possibilidade de instrumento de trabalho para o Serviço Social

Bruna Carolina Bonalume
Ana Luiza Aragão Moura

Introdução

[...] Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: faz de conta que eu estou sonhando. (JESUS¹, 2020, p. 34.)

O trabalho do/a assistente social envolve-se com as múltiplas expressões da questão social, o que torna o exercício profissional cada vez mais desafiador, tendo em vista a necessidade de enfrentamento da desigualdade social, da exploração, opressão, discriminação, violações de direitos, que se alastram na mesma velocidade que se avança o controle soberano do capital em um tempo presente marcado por tantos retrocessos.

Esse movimento desenfreado, antagônico e travestido de requisições muitas vezes de cunho tradicional, conservador e moralizante atravessa os diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social, tonando urgente e necessária a tomada de posicionamento crítico alicerçado no Projeto Ético Político Profissional e no compromisso com os sujeitos sociais para que possamos, de fato, legitimar um trabalho educativo de caráter emancipatório.

Cotidianamente nos deparamos com vidas ceifadas, estilhaçadas, julgadas, criminalizadas, oprimidas e com narrativas

¹ A obra da autora “Quarto de despejo: diário de uma favelada” foi publicada pela primeira vez em 1960. Destacamos que as citações do livro feitas ao longo deste capítulo respeitam fielmente a escrita da autora.

repletas de sofrimento, violência, desproteção em suas múltiplas formas. Esse cotidiano também nos traz armadilhas. É intenso, tenso, denso. Pede respostas rápidas, fragmentadas, quando já estamos exaustos/as, atravessados/as por rotinas saturadas, demandas esmagadoras, fetichizadas. E não raras vezes já não nos afetamos mais e somos rendidos/as a respostas tímidas, vagas, prontas e sem intencionalidade, sem vida, sem luta.

Mas ao mesmo tempo é nesse cotidiano que estão postas as possibilidades, ainda que as condições objetivas do trabalho profissional possam estar tão extenuantemente atravessadas pelas árduas contradições próprias do capitalismo em sua mais severa face.

Por essa razão, nos propomos no presente texto a discutirmos a arte como expressão de resistência e a partir desse lugar de fala, tecer reflexões sobre o seu uso como possibilidade de instrumento nos processos de trabalho do Serviço Social.

Para isso, partiremos da experiência empírica vivida no cotidiano de uma das autoras, como assistente social. Assim, essa proposta de escrita propõe um mergulho no fazer profissional, sendo esse a soma das experiências, aprendizagens e afetos vividos, compartilhados e experimentados na relação com os sujeitos sociais que estão presentes em nossa trajetória profissional.

Relato de experiência

A narrativa aqui descrita parte intencionalmente de uma experiência vivida em um projeto sociocultural localizado em uma área periférica de um município de pequeno porte do interior paulista, projeto esse, que trabalha com crianças, adolescentes e jovens, tendo como objetivos a democratização do acesso à cultura, a valorização da cultura de base comunitária, a defesa e a promoção dos direitos culturais e sociais, sobretudo da população infanto-juvenil, a partir do acesso às múltiplas possibilidades de vivências artísticas.

Desse modo, a experiência que iremos compartilhar nesta narrativa trata-se de um trabalho grupal com adolescentes,

composto, em sua maioria, por meninas na faixa etária entre 13 e 14 anos, que traziam para as atividades indignações e críticas sobre as relações sociais de sexo², as imposições, opressões e processos violentos que permeavam o cotidiano de mulheres, inclusive o delas.

A partir disso, o trabalho foi desenvolvido em três etapas. Na primeira, a partir da problematização e definição desse tema, iniciamos com o grupo um intenso processo de aproximações, reflexões, compartilhamentos, discussões e pesquisas que aproximaram os/as adolescentes da obra de Carolina Maria de Jesus - *Quarto de Despejo* -, por isso também a nossa intencionalidade de iniciarmos essa apresentação com os versos dessa autora, pois demarca o lugar de fala desse relato.

O mergulho na obra de Carolina Maria de Jesus foi descortinando a força feminina e também a violência contra mulheres como expressão de uma sociedade estruturada pelo patriarcado, calcada no racismo e na opressão de classes, o que se revelava também na própria história das meninas e nas figuras femininas dos respectivos contextos familiares, por isso tamanha identificação com a obra.

Na segunda etapa do processo de trabalho fizemos uso da fotografia. Os/As adolescentes foram orientados/as a fotografarem figuras femininas que materializassem essa identificação com a obra de Carolina e foi então que as imagens capturadas trouxeram à cena especificamente suas mães e avós. Empolgados/as com o desenvolvimento do trabalho, os/as adolescentes propuseram um encontro com as personagens das

² A partir de Cisne e Santos (2018), tratamos de relações sociais de sexo em oposição ao gênero, uma vez que a argumentação das autoras, com a qual concordamos, revela que gênero é um conceito muito amplo que deixa subsumidas as relações sociais de opressão, de exploração e de subalternidade em relação ao feminino que estruturam a sociedade capitalista, forjada por seus traços patriarcais, racistas e sexistas indivisíveis e que se retroalimentam. Portanto, afirmam as autoras que as relações sociais de sexo compõem uma imbricação juntamente com as dimensões de classe e raça/etnia, que são estruturantes e, como tais, são “indispensáveis à análise crítica da sociedade em uma perspectiva de totalidade” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 26).

fotos. O grupo recebeu essas mulheres em um sábado à tarde regado de afeto e junto com elas emergiram histórias de vida, que até então estavam invisibilizadas na trama social que demarca o lugar a ser ocupado pela mulher periférica na sociabilidade de uma sociedade dividida em classes. Nesse momento, foi também possível observarmos que o processo da vivência artística a partir da literatura e da fotografia foi adquirindo concretude no cotidiano dos/as adolescentes, provocando rupturas na realidade silenciada, para livremente expressarem uma nova comunicação com vozes singulares e coletivas.

Assim, a terceira etapa desse trabalho foi materializada em uma exposição fotográfica, compartilhada com toda a comunidade, que também reuniu textos, cenas curtas e música dos/as adolescentes construídos ao longo de todo esse percurso.

E foi através da fotografia, da literatura, das vozes tão juvenis e no protagonismo das mulheres do território que vimos a arte transbordar e (re)significar o palco também como espaço de luta, de voz, de vida e de tantas Carolinas que carregam consigo desejos silenciados e invisibilizados que transitam entre o lugar dos sonhos possíveis e impossíveis.

Arte e Serviço Social: tecendo novos diálogos

[...] De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursaes nos lares dos operários. (JESUS, 2020, p. 43.)

Os versos de Carolina Maria de Jesus retratam o quanto estamos vivendo intimamente expostos às atrocidades da expansão neoliberal, ao dramático e desastroso ciclo do capital que, em sua mais pungente face, nos revela o quanto a legitimação e expansão capitalista atravessam de todas as formas as dimensões da existência humana. Fato este que torna o cotidiano profissional do/a assistente social cada vez mais desafiador, tendo em vista a necessidade de enfrentamento das expressões da questão social, agudizadas nesse contexto de contradições tão extenuantes.

O momento histórico que vivemos nos convoca mais do que nunca a desvendar as demandas postas no cotidiano profissional e a transcendê-las do imediatismo, como forma de construirmos possibilidades concretas de intervenção nessa realidade social, pois é no bojo desse debate que somos instigadas/os a construir estratégias cotidianas de realização do trabalho profissional e por essa razão o uso da arte nesse processo apresenta-se como o elemento central das reflexões que serão aqui tecidas.

Marx (2008, p.46-47) identifica a arte, assim como a religião e a ciência, como parte da superestrutura que compõe “as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência do conflito entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção de uma determinada sociedade”. Podemos compreender que a arte atravessa a humanidade e está determinada no processo da produção social em seu tempo histórico. Portanto, a arte e suas múltiplas manifestações são, segundo Marx e Engels (2010), expressões de determinadas formações sociais e estão permeadas por influências sociais, cumprindo, assim, diferentes papéis de acordo com a configuração da sociedade.

Segundo Frederico (2005, p.14-15), Marx entende a arte como uma forma de objetivação humana, assim como o trabalho, à medida que essas atividades, “inserem-se nos processos das objetivações materiais e não materiais que permitiram ao homem separar-se da natureza, transformá-la em seu objeto e moldá-la em conformidade com seus interesses vitais”. Dessa forma, afirma o autor que para Marx a arte irá se constituir “como um desdobramento do trabalho” visto que as duas atividades fazem parte da objetivação de suas necessidades.

Para avançarmos nessa análise, importa retomarmos aqui que, na perspectiva marxista, o trabalho é entendido como o ato fundante do ser social, para atendimento de suas necessidades. Para Marx (2013), o trabalho resulta do intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, um processo de transformação mútua à medida que através do trabalho o homem garante tanto a sua

existência humana como também sua constante reprodução social, ao passo que sua ação também modifica a natureza.

Podemos, assim, considerar que o trabalho está na gênese da mediação entre homem e natureza, relação esta determinante, portanto, para o desenvolvimento do ser social na medida em que é a partir desta mediação que os homens desenvolvem historicamente as condições de produção e reprodução social com a objetivação de suas necessidades. Segundo o autor, o trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, que reside na condição “universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana”. (MARX, 2013, p. 261).

Nesse sentido, afirma Lukács (2013, p. 43) que a essência do trabalho consiste “no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade”. Por essa razão, explicita o autor que o trabalho se encontra em uma posição teleológica primária, à medida que sua finalidade inicial é a transformação de objetos naturais em valores de uso, como forma de atender a sua necessidade primeira de sobrevivência.

Contudo, Amaral (2005, p. 40), com base no referencial marxista, afirma que ao passo que as necessidades humanas vão sendo respondidas, surgem outras e nessa mesma proporção novas respostas a essas necessidades também vão-se diversificando e tornando-se mais complexas. Explica a autora que as posições teleológicas se diversificam porque os homens precisam organizar sua processualidade, intervir no comportamento dos outros homens, provocar mudanças e responder às exigências postas pela complexidade com que o ser social vai se estruturando. Essas posições teleológicas que orientam as ações dos homens entre si são as “posições teleológicas secundárias”. Desse modo, afirma Lukács (2013) que as posições teleológicas secundárias se encontram em uma práxis social mais elevada à medida que:

[...] o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (LUKÁCS, 2013, p.63.)

Dentro desta lógica, a atividade sensível, como a arte, igualmente faz parte de um processo ininterrupto de produção de novos objetos e de existência humana. Podemos compreender que o trabalho é condição histórica e social para o surgimento da arte, pois, conforme Vázquez (2010), a atividade artística passa por um processo de elevação dos níveis do trabalho, ou seja, é ampliada à medida que o ser humano aprimora seu domínio sobre a matéria, expandindo o processo de humanização. Destaca o autor que embora a arte se constitua como um ato de objetivação, tanto quanto o trabalho, ela não se restringe apenas à criação de objetos úteis, mas também à criação de objetos concretos sensíveis. Estes expressam ideias e sentimentos humanos, que representam a capacidade que os seres humanos têm de materializar suas forças essenciais. Assim, afirma:

[...] Arte e trabalho se assemelham, pois, mediante sua comum ligação com a essência humana, isto é, por ser a atividade criadora mediante a qual o homem produz objetos que o expressam, que falam dele e por ele. Entre a arte e o trabalho, portanto, não existe oposição [...] porém, há diferenças, uma vez que o trabalho se encontra sujeito à mais rigorosa necessidade vital, ao passo que a arte é a expressão das forças livres e criadoras do homem. [...] A semelhança entre arte e o trabalho, que tem suas raízes na comum natureza criadora de ambos, não deve nos levar a desfazer a linha divisória que os separa. Os produtos do trabalho satisfazem determinada necessidade humana e valem, antes de mais nada, por sua capacidade de satisfazê-la [...] (VÁSQUEZ, 2010, p.61).

Nessa perspectiva, o autor ressalta que a arte se constitui em uma das mais elevadas objetivações do ser social, na qual sua capacidade de criação é expressa, sendo então um trabalho superior

que manifesta as forças essenciais do ser humano, enquanto ser criador. A arte entendida como criação está, segundo o autor, diretamente articulada à essência humana (prático, social e histórico) e, portanto, sua função essencial “é ampliar e enriquecer, com suas criações, a realidade já humanizada pelo trabalho humano” (VÁSQUEZ, 2010, p.42), pois, como nos alerta Marx, “ a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural” (MARX, 2004, p.111).

Podemos, assim, dizer que a arte, como forma de expressão humana, possui uma dimensão de totalidade, uma vez que sua finalidade opera, segundo Lukács (1968, p. 274), “diretamente sobre o sujeito humano, o reflexo da realidade objetiva, o reflexo dos homens sociais em suas relações recíprocas, no seu intercâmbio o social com a natureza”, o que para o autor se constitui em um elemento indispensável, à medida que esse movimento também gera processos de consciência crítica chamados por Lukács (2010) de “verdadeira arte” e sobre isso explica o autor:

[...] Visa ao maior aprofundamento e à máxima abrangência na captação da vida em sua totalidade onicompreensiva. A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos, [...], ela apreende aquele processo dialético vital pelo qual a essência se transforma em fenômeno, se revela no fenômeno, mas figurando ao mesmo tempo o momento no qual o fenômeno se manifesta, na sua mobilidade, a sua própria essência. Por outro lado, esses movimentos singulares não só contêm neles mesmos um movimento dialético, que nos leva a superarem continuamente, mas se acham em relação uns aos outros numa permanente ação e reação mútua, consistindo em momentos de um processo que se reproduz sem interrupção (LUKÁCS, 2010, p. 26).

Desse modo, a arte em suas múltiplas expressões pode se constituir em um elemento que possibilita esse movimento reflexivo, na busca pela compreensão da realidade para além das aparências, tendo, portanto, um papel de extrema importância no

sentido de despertar o pensamento crítico, na perspectiva reveladora da essência do fenômeno. Isso porque, segundo Fischer (1983), a função essencial da arte em uma sociedade de classes é de esclarecer e incitar a ação, pois a arte é necessária para que o ser humano se torne capaz de conhecer e mudar o mundo.

Para o autor, a arte é o meio indispensável para a união do indivíduo com o todo; refletindo a infinita capacidade humana para associação, para a circulação de experiência e ideias. Sendo assim, a arte capacita o sujeito para compreender a realidade, o ajuda, não só a suportá-la, como também a transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torná-la mais humana, mais hospitaleira para a humanidade (FISCHER, 1983).

Nesse sentido, Lukács (1968, p. 256) complementa que a arte deve contribuir para a transformação social, deve ser um instrumento de luta pela emancipação dos sujeitos, pois “a tarefa exclusiva da arte é a de tomar posição nas lutas do tempo, da sociedade, das classes sociais” sendo a arte um importante instrumento que possibilita mudanças na forma da humanidade ver e pensar o mundo.

Importante considerar que em uma sociedade capitalista a arte pode ganhar outras configurações, sendo elevada à condição de mercadoria, visto que não está isenta dos fetiches que emanam das contradições da relação- capital *versus* trabalho. Para Scherer (2020), na racionalidade burguesa, as potencialidades da arte são reduzidas a entretenimento, esvaziando a sua potência, como uma mercadoria vendida por meio da indústria cultural, o que evidentemente não podemos ignorar.

Ainda assim, corroboramos com o pensamento de Prates (2007) quando a autora afirma que, mesmo nesse campo de contradições, o uso da arte pode se constituir em um importante elemento nos processos de trabalho em que se inserem assistentes sociais, provocando, por meio das inúmeras expressões artísticas, dimensões reflexivas e questionadoras das vivências cotidianas das pessoas com as quais trabalhamos.

Importante destacar que nossas discussões partem do reconhecimento de que o uso da arte nos processos de trabalho não possui um fim utilitarista assim como não pode ser expresso somente em produtos estéticos realizados, como também defende Narciso (2014). A autora nos alerta para a importância de não reduzirmos o trabalho com arte a uma “mera medida técnico-operativa”, tendo em vista que:

[...] Este é um processo que comporta inexauríveis mediações, repleto do descobrimento frente à realidade, de inúmeras portas de entrada e saída que nunca foram experimentadas pelos sujeitos. Sendo precisamente por este aspecto, o da inesgotabilidade, que a arte não deve ser cooptada somente como um fim, mas também como meio. (NARCISO, 2014, p. 71.)

Por essa razão, conclui a autora, que sendo a arte, antes de tudo, um meio, o seu uso deve ser apreendido no trabalho profissional “no campo e no movimento da instrumentalidade”, pois é nesse espaço que também as técnicas artísticas “constituem-se, elas mesmas, um meio para a realização das passagens, travessias, que conformam a mediação e, por conseguinte, a superação da imediaticidade e da fragmentação presente no cotidiano”. (NARCISO, 2014, p. 70-71.)

Nessa direção, cabe nos reportarmos às profundas análises de Guerra (2000, p. 1), que afirma ser a instrumentalidade uma “determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”. Por isso, não se refere apenas ao conjunto de instrumentos e técnicas, é algo que vai além. Afirma a autora que a instrumentalidade compreende uma relação dialética entre as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, portanto, é uma categoria constitutiva de todo o trabalho social, um modo de ser, inclusive das diversas formas de práxis sociais. Ainda segundo a autora (2000), é por meio da instrumentalidade que os/as profissionais objetivam a sua intencionalidade em respostas, modificando as condições objetivas e subjetivas, o que nos leva a

compreender que a instrumentalidade é condição necessária do processo de trabalho do/a assistente social.

Portanto, a arte pensada a partir do espaço social legitimado pelo Serviço Social numa perspectiva crítica, no movimento da instrumentalidade e em consonância com os fundamentos teóricos, éticos e políticos da profissão se constitui como possibilidade de novas respostas, mediações e intervenções na realidade social. É então que passamos a adentrar na experiência empírica, brevemente descrita no início desse capítulo.

Arte e territorialidade: desafios do cotidiano profissional

[...] Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos. (JESUS, 2020, p. 36.)

O cotidiano profissional vivido em um equipamento sociocultural inserido em uma região periférica de um pequeno município do interior paulista é atravessado pelas refrações da questão social, resultantes de uma ampla estrutura social, que se encontra intrinsecamente relacionada à contradição histórica entre capital X trabalho. Isso nos traz o compromisso de exercer o trabalho profissional de forma qualificada, crítica, em consonância com o projeto ético-político da profissão, bem como com a luta pela ampliação e consolidação da cidadania, a defesa da democracia, a equidade e justiça social.

Importa destacar que o território de atuação profissional é um dos que mais sofrem com os rebatimentos da pobreza e todas as suas múltiplas expressões. Afastado do centro da cidade, populoso, podemos também afirmar que esse local também é um dos mais precarizados, tanto no que se refere à infraestrutura como também na oferta de equipamentos públicos, serviços, programas e projetos; e para compreendermos isso é preciso revisitar a história.

Esse território abrange três bairros, cujas histórias revelam um pretencioso silêncio social e o distanciamento das políticas sociais. Suas primeiras moradias surgiram principalmente com a

decadência das fazendas que predominavam na economia da região até a década de 1970, principalmente com o cultivo do café. Sem trabalho, os/as trabalhadores/as dessas fazendas, com poucos recursos, precisaram deixar as colônias onde viviam e ocupar a área urbana do município. Encontraram, pois, nesse espaço, preços mais acessíveis para a compra de um terreno, uma vez que essa área não apresentava nenhuma infraestrutura - como energia elétrica, água, esgoto ou asfalto - e, em decorrência do baixo poder aquisitivo e das precárias condições de vida, as moradias passaram a ser construídas de papelão, latas de óleo e madeira, condições essas que criaram um forte estigma ao bairro, que passou a ser vinculado aos estereótipos da marginalidade, da violência e da pobreza. (BONALUME, 2017.)

Foi somente após 30 anos, desde o surgimento das primeiras moradias, que o poder público foi, de fato, fazer a sua primeira intervenção nessa área, com a implantação do sistema de rede elétrica, água e esgoto e, posteriormente, com a inserção de equipamentos de educação e saúde. Isso nos permite dizer que ao longo desse período esse território permaneceu ocupando as margens das políticas públicas, ou, como nos diz Carolina Maria de Jesus, “o quarto do despejo de uma cidade” e sobre isso destaca ainda a autora:

[..] Às oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2020, p. 40-41.)

Temos então, um contexto de trabalho profissional, no qual a questão social materializa-se no cotidiano de vida desses meninos/meninas e suas respectivas famílias, por meio de diversas expressões: a desigualdade social, o desemprego e a precarização das relações e condições de trabalho. Somam-se ainda componentes étnicos, de sexo e de classe social, demarcando,

assim, um ciclo sócio-histórico e intergeracional, que se expressa para além da dimensão econômica, política e social, pois perpassa a vida desses sujeitos sociais em sua totalidade histórica.

Antes de tudo é preciso reconhecermos que as trajetórias de vidas nesse território foram e são inscritas na sociabilidade capitalista que as reedita de acordo com interesses próprios, em seu curso de desenvolvimento e expansão, cujos desdobramentos atingirão de forma brutal a vida dos sujeitos sociais.

Trata-se de um cotidiano complexo e desafiador, mas também enxarcado de possibilidades, tendo em vista que é também nesse lugar de fala que estão sendo inscritas trajetórias de vidas de meninas e meninos. Tais sujeitos, em cada fala, gesto, expressão e movimentos transbordam poesia, sonhos e esperança, o que nos convida a, mais do que nunca, buscar estratégias que nos permitam tanto uma aproximação como também a apreensão e desvelamento dessas trajetórias em uma perspectiva crítica, histórica e de totalidade.

Na aproximação e na vivência cotidiana com os/as adolescentes, seja nos espaços grupais, nas conversas de corredor, entre as prosas e poesias ou nas narrativas (sobretudo de um dos grupos, formado em sua maioria por meninas de 13 e 14 anos) emergem narrativas de inquietações e críticas sobre as relações sociais de sexo e gênero, imposições, opressões e processos violentos que permeiam o cotidiano de mulheres, inclusive o delas, que demandavam intervenção. É nesse contexto que ousamos afirmar que a arte se constituiu, no processo de trabalho profissional, como uma importante estratégia de análise e desvendamento das expressões da questão social e posteriormente também fundamental à intervenção profissional.

Inicialmente, para uma apreensão dessa demanda em profundidade e para nos debruçarmos sobre as suas dimensões histórica, política, social e ideológica em conjunto com os/as adolescentes, utilizamos letras de música, poesias e fotografias que se aproximavam do cotidiano narrado por elas/es como forma de problematizar as situações vivenciadas a partir da representação entre o mundo vivido por elas/eles e o mundo expresso nas

expressões artísticas trabalhadas no grupo. Assim, tanto fomentamos a reflexão e a ampliação das mediações, com realidades que se assemelham, como também contribuímos para que esses sujeitos sociais, “neste movimento de consciência e superação, retornem ao cotidiano percebendo-o de forma diferenciada”, com vistas a gerar processos sociais críticos. (PRATES, 2007, p. 226.)

Partimos do reconhecimento de que há uma relação educativa, reflexiva, formativa e crítica na aproximação com as manifestações artísticas em territórios considerados periféricos e mais expostos às expressões da questão social, seja pela sua localização geográfica, seja pela invisibilidade que esses ocupam na política social. Essa perspectiva reside na compreensão de que uma vivência cultural é expressa de diferentes formas e possibilita aos sujeitos a reflexão e construção de conhecimentos sobre o mundo que os cercam, ressignificando os espaços em que vivem e sua colocação nesses contextos enquanto sujeitos sociais.

Durante essa primeira etapa do processo de trabalho, emergiram conteúdos relacionados às determinações da realidade concreta vivida pelas/os adolescentes e consequentes reflexões que nos permitiram retomar e aprofundar as discussões iniciais agregando a elas questões relacionadas à família, educação, relações sociais e comunitárias, desigualdade social, criminalização da pobreza, direitos sociais e a violência em suas múltiplas expressões. Esse intenso processo de aproximações, reflexões, compartilhamentos, discussões e pesquisas aproximaram os/as adolescentes da obra de Carolina Maria de Jesus “Quarto de Despejo”.

O encontro com a obra de Carolina Maria de Jesus: a importância da representatividade de mulheres periféricas

[...] Abri a janela e via as mulheres que passam rápidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituídos por outros. É os políticos que há de nos dar. Devo incluir-

me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2020, p. 41.)

A aproximação com a obra de Carolina Maria de Jesus, nesse processo de trabalho, não se deu de forma aleatória, pois assim como a escolha dos instrumentos profissionais já consagrados no processo de trabalho em Serviço Social carrega em si uma intencionalidade, evidentemente que alinhada às dimensões técnico-operativas, ético-políticas, teórica-metodológicas, o livro “Quarto de Despejo” irá ocupar esse mesmo lugar como recurso escolhido para a experiência de trabalho aqui compartilhada.

Nesse sentido, apoiamo-nos nas reflexões de Guerra (2000) ao destacar que são as finalidades do trabalho profissional que determinam o modo de atuar e as escolhas por alternativas. Segundo a autora, a passagem do momento da pré-idealização para a ação profissional propriamente dita requer instrumentalidade, e pensá-la em matéria de Serviço Social é também necessário reconhecermos que são vastas as possibilidades de intervenção profissional.

Todavia, corroboramos com Prates (2007) quando a autora nos alerta para o fato de que a arte enquanto instrumento deve ser utilizada, munida de intencionalidade profissional, para que não se sobreponha ao seu objetivo, isto é, não assuma o papel de finalidade, pois é um meio para tal. Isso porque, segundo a autora, “o uso da arte, ou qualquer estratégia de exposição, não pode prevalecer sobre o que é essencial, o conteúdo aprofundado e problematizado da mensagem orientada para uma finalidade, ou a exposição perde densidade e substância”. (PRATES, 2007, p. 231.)

“Quarto de despejo: diário de uma favelada” emerge como possibilidade de trazeremos à tona, a partir desse recurso artístico, a oralidade de quem vive e sente cotidianamente na pele, no corpo, na voz silenciada e na vida, os desdobramentos e impactos de uma sociedade desigual, regida pela lógica perversa do capital, denunciados na obra de Carolina Maria de Jesus.

Importa destacar que Carolina Maria De Jesus foi uma mulher negra, periférica, mãe de três filhos, moradora da antiga favela do Canindé e uma das maiores escritoras brasileiras. Em seu livro “Quarto de Despejo”, ela relata as mazelas vivenciadas no dia a dia da favela. Carolina catava reciclagens, papéis e tudo o que poderia vender para poder comprar comida para ela e seus filhos, mas, na maioria das vezes era insuficiente, devido à alta dos produtos. A autora relata sua indignação com a favela, devido à estrutura precária dos barracos e às constantes brigas com a vizinhança. Carolina descreve todo o seu cotidiano em diários, e luta para se tornar uma escritora e poder sair da comunidade, para dar uma melhor condição de vida para seus filhos. (JESUS, 2020.)

Desse modo, o mergulho na obra de Carolina Maria de Jesus foi descortinando a força feminina e a violência decorrente das relações sociais de sexo, como expressão de uma sociedade estruturada pelo patriarcado, calcada no racismo e na opressão de classes que se revelava também na própria história das meninas e nas figuras femininas dos respectivos contextos familiares, por isso tamanha identificação com a obra.

A partir disso, já em uma segunda etapa do processo de trabalho, optamos por fazer uso da fotografia, tanto por ser esse um recurso do cotidiano das/os adolescentes, mas sobretudo por buscarmos construir com elas/es mediações e ressignificações com a realidade social vivida a partir da singularidade de cada olhar. As/os adolescentes foram então orientadas/os a fotografarem figuras femininas que materializassem essa identificação com a obra de Carolina e foi então que as imagens capturadas trouxeram à cena especificamente suas mães e avós em várias situações na vida e a representativa da mulher periférica tomou o centro do processo de trabalho.

Instigadas/os com as discussões, reflexões e conteúdos que emergiram no desenvolvimento das atividades, as/os adolescentes propuseram um encontro com as protagonistas das fotos. O grupo recebeu essas mulheres em um sábado à tarde regado de afeto e junto com elas emergiram histórias de vida, que

até então estavam invisibilizadas na trama social que demarca o lugar a ser ocupado pela mulher periférica na sociabilidade de uma sociedade dividida em classes.

Nas primeiras narrativas das mulheres ali presentes, a centralidade do trabalho nos pareceu predominante. E como pensar que poderia ser diferente essa narrativa, se essas mulheres estão inseridas em uma trama social complexa, às margens de um sistema de acumulação e crescimento orquestrado por uma pequena elite burguesa detentora dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida?

Fora desse circuito, essas mulheres somam-se à massa empobrecida da classe trabalhadora e com ela vivem as metamorfoses do mundo do trabalho, o desemprego estrutural, a precarização e flexibilização das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas, a exploração da mão de obra, a intensificação das jornadas laborais, somadas ainda ao trabalho doméstico não remunerado³. Em seu livro, Carolina nos narra situações semelhantes:

[...] Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. (JESUS, 2020, p. 28.)

No encontro com as protagonistas das fotografias produzidas pelas/os adolescentes, as narrativas dessas mulheres se encontram com Carolina e nos permite identificar outras reproduções da

³ “[...] conjunto de atividades relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família ou domicílio – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (GAMA, 2014, p. 43). Nesta linha de raciocínio temos que a feminização do trabalho doméstico não é natural, não é essencialmente feminina, mas sim imposta às mulheres e suas famílias, pois se trata de um espaço que não gera lucro diretamente, relegado como atuação menos importante e de competência privada ao âmbito familiar para que os interesses próprios do modo de produção capitalista não sejam comprometidos.

realidade social, a citar: a atribuição do cuidado à figura feminina, o papel das mulheres como responsáveis também pelo sustento da família e a centralidade da violência doméstica.

[...] Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. (...) Preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. (JESUS, 2020, p. 27-28.)

[...] Os meus filhos não são sustentados com pão da igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (JESUS, 2020, p. 23.)

Identificamos no processo de trabalho a partir do recurso artístico literário, duas faces de uma mesma moeda, de um lado a centralidade da responsabilização dos cuidados com a família como atributo feminino e do outro a violência sofrida por mulheres no espaço familiar. Ambas as faces estão intimamente relacionadas, pois expressam os traços herdados do conservadorismo histórico baseado no modelo tradicional da família burguesa, nuclear, heterossexual e patriarcal, profundamente marcado pelas relações sociais de sexo.

Nessa direção, podemos dizer que “Quarto de despejo” é um livro atemporal, publicado em 1960, mas que, ao se ler, nota-se a proximidade com o cenário atual vivenciado pela grande parte dos/as brasileiros/as. Em sua obra, Carolina descreve a luta diária pela sobrevivência e sua frustração com os políticos da época, situações muito semelhantes às “Carolinas” fotografadas pelas/os adolescentes. Mulheres que lutam diariamente pela sobrevivência de suas famílias, residindo em moradias precárias e lutando constantemente com a fome, mas, normalmente, são silenciadas

pelo sistema capitalista e opressor no qual estão inseridas, não tendo voz para expressar suas indignações, como fez Carolina. Nota-se que os anos se passaram, mas os/as moradores/as do “quarto de despejo”, ou seja, a população pobre, negra e favelada, ainda continua passando por dificuldades semelhantes que se revestem com as roupagens de seu tempo histórico.

As narrativas das “Carolinas” da experiência aqui descrita vão nos desvelando refrações da questão social cada vez mais extenuantes, com trajetórias de mulheres que tiveram infâncias roubadas, a quem os trabalhos, sobretudo os domésticos, foram compulsoriamente atribuídos e a sexualidade controlada. Relações essas que se inserem em uma lógica “estruturante das relações sociais de sexo, ou melhor, das relações patriarcais de sexo, que são permeadas por explorações que se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnicos raciais”. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 62.)

Ao abordar essa questão, as autoras afirmam que as relações patriarcais perpassam o viés de submissão e exploração por conta da formação socioeconômica de diferenciação do que é ser homem e do que é ser mulher, o que fundamenta e permite essas opressões impostas pelo capital no contexto da sociabilidade burguesa. Carolina, ao falar sobre a sua inquietação em relação às formas de controle que demarcam a invisibilidade social ocupada pelas mulheres na trama social descreve: “[...] quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da pátria” (JESUS, 2020)

Em um contexto como esse, emergem nas narrativas das “Carolinas” expressões da violência sofrida pelo simples fato de serem mulheres, mulheres mães, mulheres que, apesar de tudo isso, ainda são capazes de resistir e sonhar.

Dito isto, queremos trazer aqui a poesia guardada nos sonhos ainda tão escondidos das nossas protagonistas e que, de alguma forma, traduzem a luta constante dessas mulheres e as expressões da resistência diante de tantas violações e violências vividas.

Vozes que ecoam: a arte como possibilidade da formação da consciência crítica no processo de trabalho do Serviço Social

(...) Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.
(JESUS, 2020, p.42.)

Os versos de Carolina dão conta de trazer à tona a importância da arte quando articulada em uma direção crítica, para fomentar processos reflexivos e confrontar processos sociais históricos e a ordem vigente, podendo, portanto, se constituir em valioso instrumento de intervenção da/o assistente social. Isso porque a arte pode ser “percebida pelos sentidos; entre cores, tons, sons e cenários, ela é vivenciada pelos sujeitos em suas experiências singulares e coletivas, convocando pensamentos, sendo o pensamento crítico a tônica da ação. E ação pode provocar transformações” (SCHERER, 2013, p.52).

É no âmbito da possibilidade de provocar transformações, fomentar espaços coletivos e férteis para a consciência crítica, que a terceira etapa do processo de trabalho da nossa experiência artística foi materializada em uma exposição fotográfica, compartilhada com toda comunidade. A exposição também reuniu textos, cenas curtas, música dos/as adolescentes construídos ao longo de todo esse percurso. Nesse sentido, a ideia consistiu em, através do protagonismo desses sujeitos sociais, contar a história que nunca foi contada sob perspectiva daqueles que vivem e viveram nesse espaço e que são cotidianamente silenciados - as mulheres do território, pois como nos diz Martinelli e Lima (2019, p. 116), a realidade “não é o produto da soma de afetos e coisas, mas é produção histórica, construída por sujeitos sociais - pelo que realiza, lembra e conta”.

A possibilidade de fomentar a coletividade, bem como o pensamento crítico, em meio a uma sociabilidade orquestrada pelo domínio do capital, em que se busca fortalecer uma lógica alienante e alienadora, reside no reconhecimento de que a arte pode instigar a mobilização dos processos reflexivos e a apreensão da realidade

concreta a partir de outras perspectivas. Além disso, a práxis artística pode propiciar a conexão dos sujeitos sociais com sua dimensão humana e social para sua identificação como sujeitos da própria história, contrapondo a lógica de reificação das relações sociais posta no projeto societário vigente.

À medida que o processo de trabalho atravessou os muros institucionais para adentrar na realidade de todo o território, trazendo à cena suas/seus próprias/os protagonistas, possibilitou, de forma crítica e criativa, novos diálogos, novas formas de pensar, de dizer, de escrever e de ler o mundo a partir da realidade social vivida no trabalho profissional.

Logo, podemos compreender que o uso da arte no processo de trabalho do Serviço Social possui uma dimensão humana, transformadora e tem a potencialidade de instigar a consciência crítica nos sujeitos, contribuindo para a materialização do nosso projeto ético político profissional e com a dimensão educativa do trabalho da/o assistente social.

Considerações finais

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. (JESUS, 2020, p. 45.)

Carolina, ao longo de sua obra, direciona críticas e questionamentos ao Serviço Social da época, deflagrando uma profissão que visava apenas a obedecer às ordens da classe dominante, culpabilizando e responsabilizando o indivíduo que estava em situação de pobreza, não tendo nenhum compromisso com a população periférica.

Nesse contexto a instrumentalidade do trabalho profissional segue o que Guerra (2000) denomina ser uma racionalidade burguesa, ou seja, aquela que é voltada à manutenção do sistema capitalista visto que viabiliza ações que não desvendam as causas da desigualdade social. Ao contrário, são operações que buscam resolver os problemas embasados em soluções isoladas, imediatas, na aparência da realidade, e, portanto, podem levar a armadilhas severas de cunho autoritário e tantas outras formas coercitivas e vigilantes.

Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo atravessa a trajetória sócio-histórica da profissão, não estando também o Serviço Social imune aos fetiches das contradições sociais, do campo de disputa dos distintos projetos societários. Por essa razão podemos dizer que o trabalho profissional da/o assistente social tanto pode contribuir para a reprodução das mesmas contradições que caracterizam a sociedade capitalista - ou seja, de exploração e dominação -, mas também podemos afirmar que, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, pode dar resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Assim, apesar do contexto pleno de contradições agudizadas, é preciso considerar que o Serviço Social se situa como profissão nas trincheiras da resistência, da luta e dos enfrentamentos. Nesse local de fala é que buscamos, através da experiência empírica aqui narrada, instigar as possibilidades do uso da arte como instrumento de trabalho da/o assistente social, alinhado as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica numa perspectiva de fortalecimento do Projeto Ético-Político da categoria profissional.

Partimos do pressuposto de que a arte se constitui como um meio que possibilita desvendar as expressões da questão social que atravessam a vida dos sujeitos sociais, assim como favorece um agir profissional na perspectiva de uma pedagogia emancipatória, o que pode contribuir com a formação do pensamento crítico sobre a realidade em que se vive.

Por isso, entendemos a arte como uma expressão sensível do quanto ainda dá tempo de desconstruirmos um mundo fundado em

relações patriarcais, classistas e racistas, que transitam diariamente em nossas vidas, com a inquietude de reivindicar e pronunciar o direito para que todos/as existam. Resistam! (Re) existam.

Referências

- AMARAL, Maria Virgínea Borges. **Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005. Disponível em <<https://goo.gl/CXTeZa>>. Acesso em 20 de abril de 2022.
- BONALUME, Bruna Carolina. **Paternidade na adolescência: vivências e representações**. São Paulo: CRV, 2017.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018
- FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte**. 9ª edição. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- FREDERICO, Celso. A arte em Marx: um estudo sobre os manuscritos econômicos filosóficos. **Novos Rumos**, Marília, ano 20, n. 42, p. 1-24, 2005.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2020.
- GAMA, Andrea de Souza. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: CFESS; ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000. [16] p. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2022.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do ser social II**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 11-38.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora: Rio de Janeiro, 1968.

MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante. Entrevista na História Oral: campo de mediações na intervenção e pesquisa. *In: Martinelli, Maria Lúcia et al. (Org.). A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto*. São Paulo: Cortez, 2019, p. 103-120

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; FREDERICH, Engels. **Cultura, arte e literatura**. Tradução: José Paulo Neto e Miguel Makoto Cavalcante Yoshida. São Paulo: Expressão popular, 2010.

NARCIZO, Elaine Cristina. **Afirmção do projeto ético-político do serviço social: a utilização das técnicas das manifestações artístico-culturais no debate sobre os movimentos sociais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2014.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. Porto Alegre: **Rev. Textos & Contextos**, v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

SCHERER, Giovane. **Serviço Social e Arte: Juventudes e Direitos Humanos em Cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

**O TRABALHO EM GRUPO COMO INSTRUMENTO
TÉCNICO OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL NO
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Elaine Lima de Freitas Polidoro
Leila Daiane Baratelli

Introdução

O fenômeno da violência contra a mulher é uma construção social e histórica que se manifesta primeiramente no contexto familiar, pois os relacionamentos familiares refletem as estruturas de poder da sociedade. As teorias socioculturais que estudam essa temática, principalmente por meio de autores/as marxistas, abordam as reflexões de que a violência contra a mulher reflete essa estrutura de dominação construída historicamente.

Neste sentido, os serviços públicos que compõem as políticas sociais e principalmente aqueles que realizam o atendimento desse público, requerem intervenções capazes de proporcionar a proteção integral e também a prevenção, visando à transformação da estrutura social de desigualdade de gênero¹, e conseqüentemente de violência. No processo de enfrentamento à violência contra a mulher, é indispensável compreender o fenômeno da violência e implementar medidas de prevenção da construção e da manutenção da lógica da desigualdade de gênero na sociedade.

¹ Neste artigo abordaremos as relações de gênero concebidas como as relações entre homens e mulheres. A fim de uma melhor compreensão sobre o tema, sugerimos a leitura de CISNE (2014, 2018)

Em tempos atuais, onde a exigência de novas habilidades e competências profissionais para a proteção e prevenção das situações de violência é elementar, a instrumentalidade profissional e a escolha do instrumento técnico operativo de trabalho é um processo desafiante, e ao mesmo tempo estratégico. A instrumentalidade do trabalho do/a assistente social precisa estar em consonância com o projeto ético-político conquistado ao longo da trajetória sócio-histórica da profissão, adequando sua intencionalidade com as condições objetivas e subjetivas, que possibilitem a escolha do instrumental técnico operativo da sua intervenção, em uma perspectiva crítica capaz de proporcionar a proteção aos indivíduos e a prevenção às violações de Direitos Humanos.

O trabalho com grupos é uma das estratégias utilizadas na atuação profissional do/a assistente social, configurando como uma alternativa para garantir o acesso ao direito do/a usuário/a, em consonância com a materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social. Neste sentido, ele pode ser utilizado pelos profissionais das Políticas Públicas que efetivam ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Essas ações de enfrentamento estão previstas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, dentre as quais podemos citar algumas: Garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha; ampliar e fortalecer os serviços especializados; integrar e articular os serviços e instituições de atendimento; proporcionar um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento; identificar e responsabilizar os agressores; garantir a inserção das mulheres nos programas sociais nas três esferas de governo (BRASIL, 2013).

No município de Bauru,² onde decorreu a experiência descrita neste trabalho, as ações de enfrentamento são desenvolvidas pela Rede Municipal de atendimento à Mulher em situação de violência, e conta com serviços especializados, incluindo a participação das

² Identificação do Município mediante autorização da gestão da Política de Assistência Social.

políticas públicas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e do Judiciário. No ano de 2018, foi implementado um fluxograma municipal visando à humanização e à articulação dessa rede de atendimento, buscando agilidade e eficácia no acompanhamento integral dessas mulheres.

Devido à ausência de uma Secretaria Municipal de Política para Mulheres, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o qual iremos tratar neste artigo como CRAM, é executado por meio da política de Assistência Social e sua estrutura é mantida nas mesmas dependências do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS II. Sendo assim, a integração das equipes profissionais e a articulação de saberes transcorrem rotineiramente entre os serviços.

Conforme o caderno de Orientações Técnicas para o Serviço, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - é uma unidade pública Estatal, situado na Política de Assistência Social; importante referência no trabalho social às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, e que demandem ações especializadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2011).

Por sua vez, a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, expressa que o serviço citado é estrutura essencial do programa de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, e proporciona o atendimento às mulheres, visando promover a ruptura da situação e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar. A sua principal função é a articulação dos serviços governamentais e não governamentais, para o enfrentamento da violência (BRASIL, 2006).

No município, a articulação dos demais serviços da Rede é realizada pelo CREAS e pelo CRAM, que, pelo fato de trabalharem com situações de violência e violações de direitos, contam com uma equipe de advogados em seu quadro de profissionais. O Programa de Orientação Social – PÓS - é desenvolvido por meio de um termo

de parceria com uma Organização da Sociedade Civil e possui importância fundamental na orientação e apoio jurídico aos usuários acompanhados pelos serviços.

Dessa forma, em uma das reuniões de equipe entre os serviços citados, com o objetivo de elaborar uma proposta de trabalho interventivo e preventivo em relação à violência contra a mulher, manifestou-se a necessidade da realização de um trabalho reflexivo com crianças, adolescentes e adultos nos territórios do município, em uma atividade grupal, articulada entre a equipe do CRAM e a equipe do CREAS, contando ainda com a parceria do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social³ e do Programa de Orientação Social (Jurídica) - PÓS.

Os relatos aqui compartilhados partem da experiência vivida pelas assistentes sociais que desenvolveram tais intervenções grupais e que são parte da equipe do CRAM e do CREAS do município.

Para o efetivo enfrentamento da violência, um conjunto de ações são essenciais, para além das ações de acompanhamento e proteção; as ações de prevenção são parte essencial desse amplo processo de trabalho articulado, conforme prevê a Lei 11.340/2006⁴. A realização dos grupos constitui uma parte do processo de trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, que é desenvolvido pelo município.

³ A Lei 12.435 de 2011 dispõe sobre a organização da Política de Assistência Social e descreve o CRAS a “Unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias”. (BRASIL, Lei 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011a. p. 7 art. 6º § 1º)

⁴ A Lei 11.314/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, dispõe sobre as medidas integradas de prevenção por meio de ações governamentais e não governamentais, entre elas podemos citar algumas como: integração das Políticas Públicas e do sistema de segurança e justiça, realização de campanhas educativas, de estudos e pesquisas de inserção do tema nos currículos escolares, entre outras.

A construção deste trabalho partiu de um relato de experiência e pesquisa bibliográfica, inclusive com análise de algumas produções acadêmicas publicadas por profissionais da área do Serviço Social, acerca do trabalho em grupo como instrumental técnico do trabalho do/a assistente social.

Posto isso, o presente artigo tem por objetivo abordar a instrumentalidade do trabalho do/a assistente social e a relevância da dimensão educativa e da técnico operativa da profissão, concretizada na escolha do trabalho em grupo como instrumento de intervenção profissional para o enfrentamento da violência contra a mulher, a partir de um relato de experiência vivenciado neste espaço exposto, o que possibilita compartilhar as percepções e aprendizagens dos(as) assistentes sociais do CREAS e do CRAM, envolvidos(as) no processo.

Relato de experiência

O lócus das experiências vividas foram os territórios de maior vulnerabilidade abrangidos pelos CRAS de Bauru⁵; locais em que foram realizados os trabalhos em grupos, os quais foram compostos por crianças (faixa etária entre 08 e 11 anos, de ambos os sexos), adolescentes (faixa etária entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos), e adultos (de idades variadas e ambos os sexos), totalizando oito grupos, com uma média de 30 participantes por grupo.

Ao compartilhar com os CRAS a proposta do trabalho em grupo, conforme citado, chegou-se à conclusão, em conjunto, de que o trabalho seria desenvolvido, com as crianças e adolescentes inseridos nos SCFV -Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo⁶ dos oito territórios, com os/as adolescentes em

⁵ Identificação do Município mediante autorização da gestão da Política de Assistência Social.

⁶ A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como o serviço realizado em grupos, de acordo com cada ciclo de vida, com objetivo de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. (BRASIL, 2014. p. 16).

cumprimento de semiliberdade, que está localizado em um território específico de CRAS e com um grupo de adultos/as do Programa de Transferência de Renda, de um dos territórios.

As faixas etárias foram escolhidas, a fim de que, ao finalizar a ação, fosse possível realizar uma avaliação dos resultados, sobre em quais grupos etários são mais efetivas as ações preventivas. Ademais, os grupos foram escolhidos de acordo com a solicitação dos serviços, no prazo estabelecido para participar da ação.

Os grupos tiveram como objetivo: oportunizar a troca de experiências, a compreensão sobre a violência contra a mulher e o conhecimento de que tal fenômeno emerge da construção histórica da desigualdade de gênero; refletir como se dá essa desigualdade estrutural na sociedade; e analisar o entendimento dos vários ciclos de vida sobre a desigualdade de gênero; e a violência contra a mulher a partir das vivências de cada participante, possibilitando o pensamento reflexivo crítico e conseqüentemente a prevenção da violência. Por meio da realização dos grupos, foi possível ainda, oportunizar que a população dos territórios conhecesse o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAM e toda a rede municipal de proteção à mulher em situação de violência.

A estratégia utilizada teve como base o livro “O Segundo Sexo”, da autora Simone de Beauvoir, publicado em 1949, que se tornou um dos livros mais importantes para o movimento feminista, apesar de não ter sido escrito com essa finalidade, conforme declarou a autora em suas entrevistas. No auge de sua obra, Beauvoir realizou uma análise da situação da mulher na sociedade e foi uma das pioneiras ao revelar que a relação entre homens e mulheres se concebe em desigualdades. Beauvoir afirmou que foram os homens que escreveram o papel da mulher na sociedade, definindo-as sempre em relação a eles, como sujeitos absolutos, e aquelas como “o outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10), como se fossem o sujeito incompleto.

Neste sentido, inicialmente, logo após as apresentações e explicações sobre o trabalho realizado, foi apresentado ao grupo

uma “charada” com o objetivo de observar quantas respostas eram permeadas pelo machismo estrutural⁷.

Em seguida, a metodologia utilizada abordou uma dinâmica em que os participantes retiraram frases de uma urna, e, ao lerem para os outros participantes iniciavam uma discussão sobre as percepções e sentimentos do grupo com relação às frases. É importante salientar que as frases utilizadas foram escritas misóginas, elaboradas por filósofos/as importantes da história da humanidade. Contudo, tais frases foram reescritas com o sentido inverso, (colocando as mulheres como seres superiores aos homens). Ressalta-se ainda, que o discurso foi adaptado de acordo com a idade e o desenvolvimento dos/as participantes de cada grupo, utilizando palavras mais simples e de fácil entendimento com as crianças menores.

Posteriormente, realizamos a leitura e exposição das frases originais, que caracterizavam as mulheres como uma particularidade negativa. Simone de Beauvoir inicia sua obra com umas dessas famosas frases do filósofo Pitágoras; “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (BEAUVOIR, 1970, p. 07)

A partir disso, realizamos a reflexão sobre a desigualdade e a igualdade de gênero, além de refletir sobre as desigualdades construídas na sociedade na mesma lógica que a desigualdade de gênero, como a desigualdade social e desigualdade racial.

Na terceira etapa, os/as participantes retiraram também de uma urna, duas escritas do início da história de vida de duas pessoas (histórias reais, com nomes fictícios). A primeira história demonstrava uma família permeada com estereótipos de gênero na educação dos/as filhos/as, tais como: tarefas domésticas designadas apenas para as meninas, diferenciação de brinquedos de meninos e

⁷ Hintze (2020, p. 5) classifica o “Machismo Estrutural” como o processo social no qual se naturalizam as práticas e ideias machistas dando a sustentação da dominação patriarcal. É um sistema de opressão e de exercício de poder que enaltece valores constituídos como masculinos em detrimento dos valores constituídos como femininos.

de meninas, a determinação dos cuidados dos membros familiares apenas às meninas e a liberdade de escolha apenas aos meninos; e a segunda história descrevia uma família desprovida de tais preconceitos. Os/As participantes discutiram qual seria o final de cada história apresentada, de acordo com a perspectiva deles/as.

Em seguida, foram apresentados os finais reais das histórias, possibilitando a reflexão sobre o estereótipo de gênero. Nesta dinâmica ficou evidente o pensamento de Beauvoir, que retrata em sua escrita, o fato de que a mulher, mesmo sendo livre, possui uma liberdade relativa, pois já possui seu destino determinado pelo homem e suas leis, em uma sociedade em que a mulher se confunde com a “propriedade privada” (BEAUVOIR, 1970 p. 74) sempre atendendo as necessidades do homem; é como se o destino dos sujeitos fossem construídos e determinados de acordo com o seu gênero e seguissem o “padrão” por meio da educação dos pais.

Essa percepção foi o resultado das falas que emergiram durante a dinâmica, que apontaram para conclusões também permeadas por estereótipos de gênero, em que o sucesso e a felicidade das personagens femininas estavam sempre atrelados ao casamento, aos cuidados com os filhos, ou às profissões consideradas “para mulheres” no imaginário social; sendo que ao apresentar o final real da segunda história, na qual a personagem mulher se realiza como motorista de caminhão e consegue uma promoção para Diretora de Logística de uma grande empresa, foram observadas falas e reações de surpresa.

Em uma quarta etapa, a “charada” inicial foi relida e os/as participantes tiveram a oportunidade de responder novamente.

Durante a dinâmica, foi possível observar que os/as participantes do sexo masculino (de todas as idades), demonstraram desaprovação das frases invertidas, e um visível incômodo e revolta com tais escritas, verbalizando tratar-se de frases “injustas e preconceituosas com os homens”.

Ao revelar as frases verdadeiras, as mulheres participantes (adultas), demonstraram indignação e identificação; manifestaram as consequências vividas por elas no cotidiano transpassado pela

desigualdade de gênero e pela dominação masculina, principalmente com relação à vivência de violências reais ou simbólicas⁸. Os participantes do sexo masculino (adultos), permaneceram reflexivos e só se manifestaram ao serem questionados pela equipe, e ainda assim, com poucas verbalizações, não demonstrando uma argumentação de discordância das frases.

Entre os/as participantes adultos, prevaleceu quase que em sua totalidade o discurso transpassado pelo machismo estrutural, pelo patriarcado e pela lógica da dominação masculina.

Cabe ressaltar, que entre as crianças de ambos os sexos com menor idade (faixa etária entre 08 e 11 anos), a presença de verbalizações permeadas pela desigualdade de gênero e pelo machismo foram poucas, prevalecendo discursos de igualdade, tanto na leitura das frases invertidas quanto das frases reais, assim como na “charada” e nas histórias apresentadas. Os/As adolescentes (entre 12 e 17 anos), apresentaram falas variadas, com discursos de igualdade, os quais foram proferidos, em sua maioria, pelas meninas. Porém, ocorreram vários discursos com a presença do machismo estrutural, com predominância masculina, discursos como por exemplo que meninos não podem brincar de boneca, ou meninas não podem jogar bola nem brincar com carrinho; meninas precisam se “comportar” como meninas, entre outros; o mesmo aconteceu com algumas meninas.

Com relação à “charada” apresentada, observou-se o mesmo cenário, contudo, ao apresentá-la novamente após a realização das reflexões, os adolescentes apresentaram falas mais críticas e reflexivas.

Ao final, utilizando-se como estratégia a música “180” do Dj Alok (parceria com os MCs Hariel, MC Marks, MC Davi, MC

⁸ Pierre Bourdieu, sociólogo francês, elabora o conceito de violência simbólica para representar como se reproduzem determinados valores culturais arbitrários, que legitimam a cultura dominante e que são naturalizados. Tal violência acontece sem que haja consciência de quem pratica e de quem exerce. (BORDIEU, 1999).

Leozinho ZS e MC Dricka), foram fornecidas informações, pelos advogados, a respeito da Lei 13.340/2006 (Lei Maria da Penha), sobre a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência do Município e divulgado o canal de denúncias - Disque 180.

A música foi escolhida pelo fato dos/da MCs representarem a cultura e o lugar de fala da população dos territórios mais vulneráveis, com representações de lutas e manifestações culturais, como potência de emancipação social. As crianças e os adolescentes cantaram e participaram, demonstrando aprovação da música escolhida e principalmente identificação com os/as MCs, que também participaram do clipe apresentado.

Logo após a vivência com os grupos, realizamos a avaliação e o planejamento das atividades grupais para o próximo ano. Observamos que para atingir a verdadeira prevenção, será necessário um trabalho grupal de longo prazo com as crianças de menor idade, que ainda não apresentam latentes em seu desenvolvimento a desigualdade de gênero.

A construção da violência contra a mulher

A violência de gênero constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas no cotidiano e geralmente sofridas pelas mulheres. Esse tipo de violência se apresenta como forma de dominação, e está presente em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Sua expressão maior é o machismo, naturalizado na socialização que é feita por homens e mulheres. A violência de gênero, que vitimiza, sobretudo as mulheres, é uma questão de saúde pública e uma violação explícita aos direitos humanos.

A questão da violência se transforma em problema para a área da saúde na medida em que afeta a saúde individual e coletiva, demandando a formulação de políticas públicas específicas e a organização de serviços voltados à prevenção e tratamento (MINAYO, 2005).

Segundo Eibel (2020, p. 19):

A construção do gênero feminino é uma herança patriarcal, em que a mulher foi denominada como o “outro”. Mesmo que ela executasse funções que os homens não podiam assumir quando eram chamados aos campos de batalha, a sua missão de mãe as isentava dos demais trabalhos que poderiam ter desempenhado, fazendo com que seu confinamento à vida privada, “naturalmente” lhe atribuisse como sexo feminino, frágil.

A dominação masculina exerce uma "dominação simbólica" sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres (BORDIEU, 1999) Para o autor, a dominação masculina, estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.

Entre as várias concepções feministas, abrangendo estudiosos e psicanalistas, existe um dissenso do conceito de gênero. Após estudar os variados conceitos:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86)

Uma das grandes estudiosas brasileiras sobre a violência contra a mulher, Saffioti, busca utilizar o termo patriarcado, para representar o sistema de dominação e exploração das mulheres, pelos homens; pois o conceito de gênero para ela é muito amplo, e deixa aberta a possibilidade do autor da dominação, enquanto para o patriarcado, a dominação e exploração é sempre masculina (SAFFIOTI, 2004).

Chauí (1985) define a violência como toda e qualquer violação da liberdade e do direito de alguém ser sujeito constituinte de sua própria história.

Bandeira conceitua a violência como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, e retrata que para se compreender o fato de que a violência contra as mulheres emerge da questão da alteridade, precisamos compreender o conceito de gênero, pois esta violência acontece baseada nas desigualdades construídas com relação ao sexo, e se inicia no ambiente familiar (BANDEIRA, 2014).

Seja o conceito de gênero ou de sexo, o fato é que temos um processo sócio-histórico que impõe às mulheres uma posição subalterna; processo no qual os homens e mulheres são educados e desenvolvidos, e tais relações dominantes são naturalizadas na sociedade.

Com relação à "educação" recebida por homens e mulheres durante seu desenvolvimento, que contribuem para a construção e a reprodução da violência, e que são resquícios do patriarcado, é retratado:

As mulheres são "amputadas", sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem. (SAFFIOTI, 2004, p. 17).

Ainda na infância, os marcadores de gênero são constituídos e incorporados à identidade das meninas e meninos. De acordo com cada situação, os marcadores podem gerar condições desfavoráveis, como a exposição à vulnerabilidades e desigualdades de gênero, que podem se estender por toda a vida dos sujeitos.

A violência praticada contra a mulher não atinge somente elas. A violência gera reflexos e impactos dramáticos para os filhos, pais, e para a sociedade, em geral.

Contudo, é inquestionável a importância de se discutir gênero e de se trabalhar pela igualdade já na infância e adolescência, e não só na idade adulta, como é comum em muitas das propostas e políticas existentes (SANTOS; MORA; DEBIQUE, 2016).

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013), é preciso que a criação e a educação de meninas e meninos sejam pautadas nos critérios da igualdade entre os gêneros, e na não discriminação, bem como na valorização da diversidade, a fim de que mulheres e homens possam crescer conscientes que têm os mesmos direitos e deveres, em qualquer contexto social em que se encontrem.

O trabalho em grupo como instrumento de um processo reflexivo sobre a violência contra a mulher

O contexto histórico, a conjuntura mundial atual e as demandas que se apresentam oriundas da expressão da questão social, no mundo e especificamente no Brasil, exigem dos/as profissionais de Serviço Social a capacidade de realizar uma leitura crítica e reflexiva da realidade, a fim de oferecer respostas efetivas e transformadoras aos sujeitos atendidos/as e à sociedade.

As desigualdades sociais decorrentes do capitalismo (apropriação privada da produção social), favorecem a concretização de diferentes formas de violência, portanto, essas respostas devem ser capazes de questionar os valores do capital e todas as relações de dominação impostas à sociedade, sejam elas dominações sociais, de gênero, raciais, entre outras, realizando a crítica à ordem estabelecida e possibilitando às classes dominadas o exercício da reflexão.

A Instrumentalidade é a capacidade que o Serviço Social adquiriu ao longo da história, que possibilita que os/as profissionais concretizem suas respostas profissionais às demandas do cotidiano, oportunizando a transformação das condições objetivas e subjetivas de uma realidade social (GUERRA, 2000).

É imprescindível que o/a profissional de Serviço Social tenha o trabalho em grupo como estratégia de intervenção, em uma perspectiva de mudanças frente às demandas da população atendida.

Segundo Guerra (2017), é por meio da dimensão técnico operativa, que a profissão é vista socialmente e reconhecida. É nela que são pensados e implementados os instrumentos, as técnicas e as habilidades que irão orientar a ação profissional, conhecimento procedimental imprescindível para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais.

[...] a instrumentalidade do Serviço Social, pela qual a profissão consolida a sua natureza e articula as dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional, é capaz de possibilitar tanto que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais quanto que esta compreensão se objetive em ações competentes técnica e politicamente. (GUERRA, 2007, p. 18)

Ainda de acordo com a autora, o caráter instrumental técnico operativo da profissão busca responder às exigências postas ao/a assistente social, possibilitando uma intervenção direta na realidade. Para dar conta das múltiplas expressões da questão social e da garantia aos direitos sociais, o/a assistente social se apropria de um “arsenal de técnicas” para a sua ação profissional, dentre elas, o trabalho em grupo (IAMAMOTO, 2001)

O trabalho em grupo, além de ser um espaço para que os/as participantes possam se fortalecer, é também um meio pelo qual busca-se a defesa e a conquista de seus direitos.

As respostas às demandas apresentadas nos contextos de violência contra a mulher vão muito além de proporcionar o atendimento e o acompanhamento adequado para a proteção integral de mulheres que vivenciam o fenômeno da violência. É preciso refletir sobre a lógica de desigualdade de gênero, da qual emerge a violência, e trabalhar para a prevenção. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança”. (SCOTT, 1995, p. 86).

A instrumentalidade profissional, portanto, permite objetivar a intencionalidade das ações profissionais na escolha do

instrumental técnico-operativo, que possibilita transformar a realidade social de dominação e violência contra as mulheres inseridas numa cultura patriarcal, sexista e misógina.

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social é transpassada da dimensão ético-política, que por sua vez, é amparada na dimensão teórico-metodológica da profissão; são instâncias articuladas, ainda que em algumas ações possa ocorrer o predomínio de uma delas. Apesar dessas dimensões só existirem relacionadas umas às outras, a dimensão técnico-operativa é a materialização da profissão, e encontra-se carregada de representações sociais e da cultura profissional. (GUERRA, 2017).

Escolher a ação, dentro da dimensão técnico-operativa, significa formular respostas inovadoras às demandas que se impõem no cotidiano profissional; e sua escolha parte do entendimento de que ela condensa todas as dimensões constitutivas do Serviço Social. As demandas dos sujeitos também são condicionadoras da definição da ação a ser escolhida e norteiam os objetivos que se querem atingir. (MIOTO; LIMA, 2009).

A cultura dos grupos sociais existentes na sociedade é resultado de uma construção sócio-histórica pela qual tais grupos foram submetidos, com relação a esse princípio:

[...] A cultura de determinados grupos sociais é, portanto, a base fundante do direcionamento político que estes empenham em suas ideias e ações. Os arcabouços culturais dos segmentos sociais apresentam-se no terreno da prática como resultantes das variadas formas de inserção às quais esses grupos foram submetidos e se postaram no curso dos processos sócio-históricos (MOREIRA, 2013, p. 61).

O trabalho com grupos passou por uma resignificação a partir da emergência do movimento de reconceituação. As transformações culturais ocorridas historicamente no Serviço Social provocaram mudanças teórico-metodológicas profundas, contudo, não trouxeram tantas mudanças aos aportes técnico-operativos (MOREIRA, 2013).

O trabalho com grupos é inerente à cultura profissional e ocupa importante lugar na dimensão técnico-operativa do Serviço Social (MOREIRA, 2013), sendo uma escolha estratégica de atuação.

[...] As dinâmicas de grupo podem ser colocadas como estratégia profissional para a exploração da reflexão crítica e para a ampliação da visão de mundo dos usuários dos Serviços Sociais com os quais trabalhamos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. (MOREIRA, 2013, p. 11)

Para o Serviço Social, o trabalho com grupos é pensado enquanto instrumento técnico-operativo, com objetivo, metodologia e duração definidos. É possível diferenciá-lo de palestras, seminários e assembleias, pela sua dinâmica específica e diferenciada (MOREIRA, 2013, p. 74). Podemos considerar que, embasadas nas dimensões teóricas-metodológicas e ético-políticas, todas as ações técnico-operativas do trabalho do/a assistente social são ações educativas; sejam ações individuais ou coletivas, como o trabalho com grupos.

As ações educativas precisam ter como base os princípios do código de ética profissional e são ações desenvolvidas a partir da relação estabelecida entre técnico e usuários. Elas se estruturam sobre um processo de socialização da informação, ao se pautarem na garantia do direito à informação como direito à cidadania, e sobre um processo reflexivo, ao se desenvolverem na busca de respostas às necessidades dos sujeitos envolvidos (sejam elas imediatas ou não), e com o objetivo da formação da consciência crítica. (MIOTO, 2009, p. 5-8).

Neste sentido podemos pensar que a informação transmitida pelos profissionais, amparada nos fundamentos teóricos-metodológicos, é essencial para o processo de problematização e de reflexão da realidade estabelecida, conseqüentemente, possibilitando a mobilização e a transformação, uma vez que a falta de informação e da capacidade de refletir condiciona as pessoas e as mantém passivas, indiferentes e inertes.

A dimensão educativa do Serviço Social é inerente à profissão, podendo ser identificada desde a sua gênese. É aspecto fundante do Serviço Social, uma vez que o/a profissional, ao contribuir com os sujeitos no acesso aos Direitos, o faz dentro de um processo educativo, por meio de um diálogo e da mobilização desses para busca dos seus direitos (JACINTO, 2017)

Os trabalhos com grupos, enquanto ações profissionais de orientação e acompanhamento, abrangem intervenções socioeducativas e podem contribuir para uma consciência crítica e transformadora das ordens sociais vigentes, garantindo direitos e consequentemente consolidando a cidadania:

A ênfase conferida às ações socioeducativas dos Assistentes Sociais está vinculada ao fato de ser uma ação com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios. Com ela, espera-se contribuir para a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários. Nesse processo educativo, projeta-se a emancipação e a transformação social. (MIOTO; LIMA, 2009, p.22)

É importante compreender a necessidade de articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, nas ações educativas, sem deixar de destacar que as ações com grupos se inscrevem de maneira articulada aos processos de trabalhos institucionais. Portanto, requerem dos profissionais uma compreensão do espaço sócio-ocupacional e um conhecimento teórico-metodológico aprofundado; dessa forma, os grupos permitem a realização do processo educativo de maneira coletiva (MIOTO, 2009).

A autora esclarece, ainda, sobre a importância do estabelecimento de vínculo entre o/a profissional e os/as usuários/as, e da estrutura do grupo para o processo educativo.

É importante assinalar ainda que a forma como se estrutura o processo educativo é reveladora da direção desse processo. Por isso, o estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática

entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social. (MIOTO, 2009, p.504)

Neste sentido, podemos pensar o trabalho com grupos no Serviço Social, quando organizados, articulados nas dimensões profissionais e com objetivos bem definidos, como capazes de: “Construir um processo emancipatório que oportunize aos indivíduos perceberem-se como sujeitos em sociedade, capazes de questionamentos sobre a ordem social estabelecida.” (MIOTO; LIMA, 2009, p. 40).

Os procedimentos de caráter grupal são utilizados pelo Serviço Social em sua prática cotidiana, com grande valia para a intervenção profissional e materialização do Projeto Ético-Político, sendo um componente da dimensão técnico-operativa da profissão, que destaca sua importância para as ações profissionais.

Considerações finais

Diariamente, os/as assistentes sociais são desafiados a intervir em questões complexas e contraditórias. Tais questões que se apresentam no campo da imediatez, são mediadas por determinações que exigem do/a profissional o seu deciframento. Dentre tais questões, múltiplas expressões da violência (manifestadas de diferentes formas e níveis de complexidade), se apresentam aos/as assistentes sociais, em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

Partindo do princípio de que a instrumentalidade do trabalho do/a assistente social possibilita transformações nas condições objetivas, subjetivas e nas relações interpessoais das pessoas atendidos/as, podemos concluir que o instrumental técnico-operativo realizado por meio do trabalho em grupo permite a troca

de saberes e experiências, o que possibilita a reflexão crítica e a efetiva prevenção, impactando de maneira positiva na vida das pessoas envolvidas.

Os procedimentos técnico-operativos escolhidos pelo/a assistente social são decisivos no processo de trabalho na perspectiva de transformação da lógica de dominação vigente na sociedade, sendo necessário embasamento teórico-metodológico e ético-político, capaz de contribuir com a reflexão sobre a construção sociocultural e histórica dessas lógicas sociais, e a necessidade de mudança.

Ao possibilitar a reflexão e considerar o processo dialético entre o universo social e individual, foi possível perceber por meio da experiência vivenciada, que as percepções de gênero são construídas diariamente, e a construção da desigualdade de gênero que culmina na violência contra a mulher encontra-se incursa no processo de desenvolvimento dos indivíduos, sendo que entre as crianças de menor idade são apresentadas mais manifestações de igualdade e menos de alteridade, pois é nessa fase que as construções sociais começam a ser transpassadas pelas relações de poder.

Neste sentido, conforme a experiência vivida e as percepções dos profissionais envolvidos, o trabalho em grupo como estratégia de prevenção da violência contra a mulher, precisa ser pensado e efetivado principalmente na primeira infância⁹, como alternativa para mudanças futuras nas relações de gênero, concretizadas na diminuição das desigualdades e conseqüentemente da violência contra a mulher.

Neste caso, o trabalho em grupo com as crianças de menor idade torna-se, portanto, um importante instrumento técnico-

⁹ Conforme Cypel, que escreve para o Programa Primeira Infância - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, dos 0 aos 06 anos é a etapa fundamental de vida tida como “janela de oportunidade”, em que a aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de aptidões e competências acontecem com maior facilidade. É nessa fase que a criança aprende nos contextos dos seus relacionamentos e que afetam todos os aspectos do seu desenvolvimento (CYPEL, 2013). Para um maior aprofundamento no assunto sugerimos a leitura de CYPEL, Saul. Fundamentos do desenvolvimento infantil: da gestação aos 3 anos. Câmara brasileira do livro, 2013.

operativo do Serviço Social, capaz de desenvolver um processo político reflexivo, para que a sociedade possa compreender as relações sociais impostas e por meio da transformação da concepção de mundo, de forma crítica, consiga reorganizar a estrutura social e transformar a realidade de maneira coletiva.

Contudo, não podemos deixar de considerar que em qualquer ciclo da vida, o trabalho em grupo, amparado no conhecimento teórico, possibilita o conhecimento das dinâmicas sociais e a reflexão a respeito das ordens societárias impostas, permitindo a mobilização e a transformação da realidade.

É importante ressaltar que o trabalho em grupo é parte de um processo de intervenção, que envolve outras ações necessárias para a efetiva proteção das mulheres vítimas de violência, tais como a articulação em rede dos serviços especializados de atendimento a essas vítimas, e o fortalecimento de ações de caráter preventivo e educativo. Ressalta-se ainda, que a riqueza do trabalho se encontra na interdisciplinaridade, por meio da articulação de vários saberes profissionais.

Para ser transformador e atingir aos objetivos propostos, a escolha desse instrumental técnico-operativo necessita ser precedida de uma apropriação teórico-metodológica, que permita uma leitura crítica da realidade, e de um planejamento com o estabelecimento dos objetivos que se desejam alcançar; assim como a necessidade de um processo avaliativo contínuo, a fim de mensurar os impactos alcançados. Ademais, a relação estabelecida entre os/as profissionais que desenvolvem a ação e os/as sujeitos envolvidos/as, requer uma perspectiva dialética, capaz de permitir a troca de experiências e ideias, em direção a uma construção coletiva.

Diante disso, podemos afirmar que os trabalhos com grupos são escolhas assertivas e estratégicas para o trabalho de cunho educativo sobre a construção da violência contra a mulher, transpassada pela desigualdade de gênero, como parte de um processo de ações de enfrentamento, buscando na materialização da igualdade de gênero, o fim da dominação, da violência, a

construção da cidadania, e a efetivação de direitos, na busca de uma sociedade justa e igualitária.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014.

BAURU. Secretaria de Bem Estar Social. **Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade:** Programa de Orientação da Rede de Proteção Social. Bauru: SBES, 2023. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_bemestar/SUAS/Municipais/2;Padr%C3%B5es%20Normativos/Rede%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial/M%C3%A9dia%20Complexidade%20%202022/Programa%20de%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rede%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial.pdf. Acesso em: 10 Jan. 2023.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres (SPM). **Norma técnica de Uniformização:** Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília: SPM, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília: MDS, 2011b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. **Lei N.º 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 08 mar. 2023

BRASIL. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm Acesso em: 02 fev. 2023

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Rev. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

CYPEL, Saul (org). **Fundamentos do desenvolvimento infantil**: da gestação aos 3 anos. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2013.

EIBEL, Kelem Daiane. **Desconstrução da cultura machista como pressuposto para efetivar a prevenção da violência contra a mulher**: um olhar da rede de enfrentamento de Lajeado/RS. 2020. Monografia (Bacharel em Direito) -Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado, 2020.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Técnico-Operativa do Exercício Profissional. *In*:

SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A Dimensão Técnico-Operativa do Exercício Profissional**: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017, p. 49-76.

GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000. [16] p. Disponível em: [http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA %20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20o%20assistente%20social.pdf](http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20o%20assistente%20social.pdf). Acesso em: 16 fev. 2023.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HINTZE, Hélio. **Desnaturalização do Machismo Estrutural na Sociedade Brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, MS, 2005, p. 9-42.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e Acompanhamento Social a Indivíduos, Grupos e Famílias. Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (org). **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Unidade V. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD-UNB, 2009, p. 497-512.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. A Dimensão Técnico-operativa do Serviço Social em foco: Sistematização de um processo investigativo. **Rev. Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48. Jan/Jun. 2009.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O Trabalho com Grupos em Serviço Social: dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos.; MORA, Gabriela Goulart.; DEBIQUE, Flávio Antunes. (coord.) **Empoderamento de meninas:**

como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero. Brasília: INDICA, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Rev. Educação & Realidade**, v.20, n. 2, p.71-99, 1995.

**FALAS TRANSVERSAIS: a entrevista social no Serviço Social
no enfrentamento ao racismo às mulheres negras**

Iolanda Neves
Maria Eduarda De Oliveira
Adriana Giaqueto Jacinto

Introdução

A discussão étnico-racial dentro do Serviço Social é indispensável, uma vez que os/as assistentes sociais lutam pela “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1993), portanto, é preciso que estejam alinhados/as à luta antirracista.

Ao compreendermos que a luta antirracista é também uma luta pela vida das mulheres, sobretudo as negras, e contra este sistema capitalista, as autoras se propuseram a discutir neste texto sobre a relação do/a assistente social com mulheres negras vítimas de violência. O que se busca neste artigo é somar com a discussão acerca do sexismo e racismo dentro do Serviço Social e também para as demais profissões que compõem a política de assistência social.

A ideia de elaboração deste artigo surgiu a partir da experiência do estágio supervisionado no Centro de Referência de Assistência Social, vivenciada por uma das autoras que estava em processo de graduação e a partir desta experiência as autoras do texto decidiram pensar e escrever juntas. Além disto, a pesquisa de conclusão de curso de uma das autoras trazia como tema a violência contra mulheres negras. A partir da vivência no estágio supervisionado foi possível levantar algumas percepções do

trabalho dos/as assistentes sociais com mulheres negras vítimas de violência e desta forma é que este texto se constrói.

Tomamos como ponto de partida para pensarmos os atendimentos realizados pelos/as assistentes sociais supervisores/as de estágio, a entrevista social, enquanto importante instrumento de trabalho, a fim de apreender a realidade que é estruturante em nossa sociedade, com suas relações de classe social, raça e sexo/gênero. O texto propõe pensar a instrumentalidade, ou seja, a práxis profissional e a necessidade de a mesma estar alinhada com a teoria, com vista à emancipação humana e o fim das disparidades sociais, como o racismo e o sexismo.

Este texto foi construído, portanto, na perspectiva do materialismo histórico dialético, que compreende que a prática cotidiana profissional do/a assistente social está intrinsecamente ligada à sua bagagem teórico-metodológica e sua orientação ético-política e desta forma, não buscamos trazer respostas prontas acerca do fazer profissional com mulheres negras, mas fomentar um debate sobre esta realidade no trabalho do/a profissional em Serviço Social, a fim de contribuir com a luta antirracista.

Como estamos propondo esta reflexão a partir da vivência do estágio, é importante destacar que o estágio tem como um de seus compromissos nortear os/as estudantes em relação aos desafios do cotidiano profissional que irão vivenciar, trazendo aos/as futuros/as profissionais os aspectos desafiadores do fazer profissional.

O estágio é um processo educativo constante para os/as estudantes universitários/as, para os/as supervisores/as de campo, supervisores/as acadêmicos/as, bem como para todos/as os/as docentes do curso, uma vez que é com o estágio que se pode ter a dimensão das diversas oportunidades da vida profissional, a vivência das contradições e da relação teoria prática.

Posto isso, o que se sugere nestas linhas não se finda neste artigo, pois pensar mulheres, mas sobretudo mulheres negras, significa um ato de resistência, indispensável no trabalho do/a assistente social.

A vivência do estágio

Como já foi afirmado, o estágio supervisionado traz a oportunidade única aos/às estudantes de vivenciarem a relação teoria/prática. Foi a partir das experiências vivenciadas no estágio com mulheres negras vítimas de violências que surgiram as indagações de como a categoria profissional em Serviço Social constrói seu trabalho com estas mulheres.

Durante o estágio observou-se que as mulheres negras compõem um grupo expressivo dentro dos atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Esta constatação vai ao encontro dos dados apresentados pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA, 2011) em que as mulheres negras são as principais sujeitas nos atendimentos socioassistenciais e passam pela vitimização devido à violência de gênero.

No decorrer do processo de estágio, passamos a investigar acerca das seguintes temáticas presentes no trabalho profissional: instrumentalidade; instrumentais técnicos; as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política; e o debate a respeito das violências contra mulheres negras, pois o que mais nos inquietava era a possibilidade de os/as assistentes sociais, enquanto categoria profissional inserida na dinâmica capitalista e na era crescente da onda neoconservadora no Brasil, trabalhassem com estas temáticas de maneira acrítica e dissociadas umas das outras no seu fazer profissional.

Como o estágio se dá na graduação, muitos debates e leituras feitas em sala de aula fizeram com que o olhar para os atendimentos às mulheres negras, sobretudo nas entrevistas sociais, fosse aguçado, considerando que a entrevista é um instrumental técnico que permite executar o processo de reflexão com as usuárias, como também dos relatos de vivências e experiências singulares, possibilitando o exercício da mediação, enquanto categoria teórica do método marxista. O que se observava era a dificuldade de atuação antirracista e antissexista dos/as profissionais em Serviço Social nas entrevistas sociais, o que

acabava por fazer com que a acolhida, e em consequência disso, a possibilidade de superação das violências apresentadas pelas mulheres fosse, muitas vezes, inexistentes ou anuladas.

A exemplo disso, pudemos constatar que muitos casos de racismo que chegavam no CRAS eram tratados ou reduzidos a problemas individuais, sem a reflexão de uma estrutura social que está imbuída do racismo e do sexismo, e com isso, culminava na culpabilização destas mulheres.

Neste sentido, consideramos fundamental para nossas reflexões, iniciar pela historicidade da questão racial no Brasil, para que possamos delinear o texto com a indispensável atuação profissional antirracista, antissexista e sem dúvida, anticapitalista, visto que nesta sociabilidade as desigualdades sociais constituem os principais pilares para que ela se mantenha.

Quando a questão racial é o nó da questão social.¹

Quando pensamos na instrumentalidade do Serviço Social e a questão racial, apreendemos a importância de trazermos o foco para a historicidade, e iremos dar início ao tema, partindo da totalidade, ou seja, a questão racial enquanto nó da questão social (GONÇALVES, 2018), uma vez que o acúmulo teórico é essencial às reflexões realizadas no momento da entrevista e constitui umas das dimensões do nosso trabalho profissional: a teórico-metodológica.

Desta forma, iniciamos com a contextualização acerca da naturalização dos papéis de subalternidade impostos às mulheres negras, visto que é nessa conjuntura socioeconômica, política e cultural que se tem as bases das manifestações das expressões da questão social, como as violências vivenciadas no cotidiano de mulheres negras brasileiras.

¹ Inspirado no título do artigo “Quando o nó da questão racial é a questão social” (GONÇALVES, 2018)

Ao falarmos de violência contra mulheres, como traz Djâmila Ribeiro em sua entrevista para a TV Brasil no dia 18 de abril de 2018, precisamos aumentar o espectro dela quando falamos de mulheres negras e entender como historicamente a violência se estruturou através da cotidianidade do capital até que chegássemos a um ponto de não fazermos mais a leitura de mulheres negras como sujeitas de direito.

A cotidianidade é indispensável para se construir os preconceitos, diz Agnes Heller, socióloga e escritora, em seu livro “O cotidiano e história” (2016) no capítulo sobre preconceito. Assim, na cotidianidade atual, em decorrência do passado histórico da comunidade negra, não tivemos como fugir da violência sistêmica de um projeto necro-político. Desta forma, até mulheres negras em posições de destaque e com voz ativa sofrem tentativas de silenciamento.

Em geral, as usuárias que são atendidas no CRAS são mães solo, estão inseridas na pobreza que assola a vida da comunidade negra desde o fim da escravidão.

Obviamente que ser uma mulher negra em nossa sociedade capitalista é uma experiência individual, mas traz consigo um inconsciente coletivo: não há espaço para que as mulheres negras sejam vistas fora do ideário branco, sexista e classista. Neste ideário há poucas opções de ser e estar para as mulheres negras, por isso, configuram-se como “um ponto fora da curva” que demanda muito trabalho e esforço, que mulheres brancas jamais tiveram que passar, ou são condicionadas à pobreza e subserviência.

A negação da humanidade é vivida por diversas mulheres negras, cujos corpos, falas, sentimentos e ações estão sempre em *um não lugar*. Para compreender a ideia do não lugar, podemos começar expressando a ideia de desumanização, que consiste em não enxergar as pessoas como sujeitos com dignidade, vontades e singularidades e com isso retiramos todo o direito de se expressar, de consumir e de estar nos espaços ofertados no cotidiano. E quando não se pode expressar, em via de regra, alguém se expressará por você.

Com isso, pensando nas divisões étnico-raciais classistas e sexistas, bem definidas dentro do projeto capitalista, temos pessoas brancas se expressando por pessoas negras, ditando como elas se sentem, como elas deveriam agir, o que elas podem consumir e onde elas deveriam estar. Essas contradições advêm de um lugar, com raízes históricas na formação social no período colonial da sociedade brasileira, raízes estas que visam a segregação de pessoas negras da sociabilidade do capital.

O período de escravização de pessoas negras é um ponto de partida indispensável para se entender a violência na sua totalidade, já que neste período, entre os séculos XV a XVIII, pessoas brancas entenderam como o poder da violação, seja de corpos ou territórios, é essencial para a manutenção de uma ideologia branca, classista e misógina. Raça, classe e o gênero continuam como marcadores preconceituosos no cotidiano atual, principalmente porque são indispensáveis para a manutenção do sistema capitalista, que só se dá a partir das desigualdades.

Para melhor estruturar nossa discussão, começaremos a pensar no “ser mulher” e postular alguns pontos. O primeiro é a cotidianidade que estamos inseridos(as), a qual não comporta mulheres e renega tudo aquilo que é dito feminino porque dentro do patriarcado não há espaço para pensar no que diverge do padrão cis, hétero e branco.

Ao falarmos da ascensão feminina na história ocidental, acerca dos seus direitos enquanto mulheres, é preciso que apreendamos que mulheres negras não compuseram este espaço. Dado isso, o que se reivindicava era tão somente o direito de mulheres brancas de fazer parte da sociedade enquanto sujeitos de direitos.

Enquanto mulheres brancas reivindicavam seu lugar à luz das relações sociais e políticas, tinha-se a mulher negra, que sempre trabalhou, que sempre esteve ao lado do homem negro no lugar de subserviência, cuidando e educando os/as filhos/as das mulheres

brancas. Cenário no qual, segundo bell hooks² (2019), as mulheres negras parecem ser eleitas a lugares que mulheres brancas abandonaram, mulheres estas, que absorvem as ideologias do racismo e do sexismo frequentemente despejados nas mulheres negras, mas mesmo assim, entendiam que se não fossem as negras, poderiam ser as brancas a sofrer todo tipo de violação pelo ódio masculino, contribuindo para a manutenção dos privilégios sociais das mulheres brancas, ou seja, “o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão de correntes da condição de raça, sexo e classe.” (CARNEIRO, 2003, p.169).

A mulher sempre foi considerada como um símbolo de inferioridade no pensamento branco ocidental. O ódio pelo feminino fomentou dezenas de mortes ao longo da história da humanidade e quando juntamos o sexismo ao racismo, conseguimos entender o porquê de as mulheres negras ocuparem um lugar tão desigual nesta sociedade. Brednt (apud HOOKS, 2019) nos traz que a escravidão foi terrível para os homens negros, mas muito mais terrível para as mulheres negras, superando a opressão comum a todos, elas tinham danos, sofrimentos e mortificações peculiarmente próprias, além disso, pertenciam ao homem branco, sua casa, sua esposa e seus filhos. Enquanto o sexismo foi um sistema que protegeu homens negros, ele (socialmente) legitimou a exploração sexual das mulheres negras, assim:

Além da violência de gênero, este subgrupo de mulheres é duplamente mais afetado nas estatísticas de violência. A violência contra as mulheres negras sempre alcançou patamares maiores em relação as não negras. Estes aspectos demonstraram que a violência doméstica contra mulheres, neste caso tendo um olhar especial para as mulheres negras, expressam as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, da cultura do machismo e do patriarcado ainda presentes na nossa sociedade, mas também se relacionam

² A autora Gloria Jean Watkins, adota o pseudônimo bell hooks em letras minúsculas, em homenagem aos nomes da avó e da mãe, porque defende que as ideias são mais importantes que as normas acadêmicas e os títulos.

com as opressões de raça, classe social, identidade de gênero e demais discriminações e intolerâncias (CARNEIRO, 2003, p. 117)

Logo, ser mulher no século XIX era tido como uma corrupção de valores e da moral, ser mulher e negra, era duplamente pior, pois considerava-se que os negros não tinham alma, eram descendentes de Can³. A exemplo disso, como nos traz Hooks (2014), tem-se as mulheres brancas e homens brancos e negros reforçando o status quo da mulher negra, quando a moralidade sexual consistia em olhar as mulheres enquanto “tentações sexuais”. “Esta mesma moralidade foi adotada para os escravos. Os companheiros dos escravos frequentemente tinham piedade da grande exploração sexual das mulheres, mas não as viam como vítimas perfeitas”. (HOOKS, 2019, p. 22)

Assim, as mulheres negras foram e são essenciais para que se concretizassem os projetos de segregação racial. Foi através do tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos que se expôs a profundidade da violência, do ódio às mulheres e aos negros. Elas lavraram, plantaram, tal qual o homem negro, mas jamais lhes foi oferecido qualquer possibilidade de humanidade, assumiram um “papel masculino” que lhes custa caro até hoje.

Essa explanação é apenas uma parte da historicidade das mulheres negras. Para aprofundar e entender melhor, recomenda-se a busca de autores negros, em especial mulheres negras que escrevem com riqueza de detalhes o que é e o que foi ser uma mulher negra.⁴

³ O racismo foi fomentado pela religiosidade por muitos séculos. Uma das explicações de porquê escravizar pessoas negras, dada pela Igreja Católica, foi construída a partir de uma história relacionada a Noé e seus filhos, em que todos os descendentes de Can, filhos de Noé, foram amaldiçoados pelo próprio Noé. Os descendentes de Can seriam os africanos, pensando-se geograficamente. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 46).

⁴ Como bell hooks (2019), Lélia Gonzales (2003), dentre outras que pautam mulheres negras.

As violências contra as mulheres negras

Acerca da violência contra a mulher, uma das bases do sistema cis-hetero-patriarcal consiste na apropriação dos corpos e de suas vidas, ligada ao controle, ao medo e à capacidade de coerção e poder que os homens exercem sobre elas, acontece em diversos âmbitos de sua vida, seja nas suas relações individuais, conjugais ou familiares, comumente no espaço doméstico que é entendido como lugar de afeto e segurança, no entanto, a prática se dá na maioria das vezes pelo seu parceiro ou ex, pai e irmãos, podendo ocorrer de diversas maneiras: violência física; sexual; psicológica; patrimonial; moral; obstétrica e social (CISNE; SANTOS, 2018).

De acordo com Cisne e Santos:

A violência contra a mulher ocorre em âmbito interpessoal porque as mulheres não possuem autonomia sobre o corpo e a vida, porque não são valorizadas e respeitadas socialmente. Logo, essa violência é reflexo das relações patriarcais, as mesmas que provocam violações e explorações em âmbito estrutural, como trabalharmos mais e ganharmos menos e termos nossos corpos mercantilizados (CISNE; SANTOS, 2018, p. 70).

As autoras acrescentam que as diversas formas de violência contra a mulher

[...] estão relacionadas à desvalorização da mulher nessa sociedade patriarcal, que nos concebe como coisas a serviço dos outros, como objetos de satisfação, inclusive, sexual, ou mesmo como pessoas que têm obrigação de estar sujeitas ao sacrifício e à dor em nome de outros. [...] Todas essas formas de violência prejudicam a autoestima, afetam, muitas vezes, a saúde mental da mulher e, frequentemente, refletem também em adoecimento físico (CISNE; SANTOS, 2018, p. 74).

Dados do Atlas da Violência contra mulher realizado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no ano de referência de 2019 apontam que o homicídio de mulheres dentro de casa aumentou 10,6% nos últimos 12 anos, entre 2007 e 2017, sendo que 66% das vítimas de feminicídio no país são mulheres negras,

podendo-se se destacar a flexibilização na legislação de controle de armas como um dos fatores que contribuíram para este aumento.

A fim de expor a construção sócio-histórica e econômica das desigualdades entre os sexos, as quais são aprofundadas na conjuntura atual, é preciso compreender as categorias teóricas que as fundamentam: o patriarcado; a divisão sexual e racial do trabalho; as relações sociais de sexo (CISNE; SANTOS, 2018).

A exploração e a opressão do patriarcado respondem aos interesses do capital, exercendo controle sobre os corpos femininos e de sua sexualidade, como também sobre os filhos(as), a fim de possuir mais força de trabalho e em consequência, maior produção de riqueza e para além disso, garantindo ao macho a continuidade da propriedade privada por meio da herança (CISNE; SANTOS, 2018).

Diante desse cenário, é feita a manutenção das relações patriarcais de gênero, oportuna à exploração da força de trabalho, à reprodução do conservadorismo e para disseminação do conceito de família tradicional (CISNE; SANTOS, 2018), pois é na esfera privada das famílias que toda dominação e opressão atua fortemente contra as mulheres no cotidiano.

Ainda nas opressões, destaca-se em concordância com Cisne e Santos (2018), os atravessamentos de raça/etnia, gênero e classe social na vida das usuárias e uma das bases de estruturação do patriarcado, a divisão sexual e racial do trabalho, devido ao fato de que são as mulheres negras e pobres as mais expostas à vulnerabilidade social e violações de direitos sociais (OLIVEIRA, 2021).

Para a superação das violências contra as mulheres negras, enquanto uma das manifestações da questão social, como Cisne e Santos (2018) expressam, é preciso compreender que

[...] a emancipação humana demanda, juntamente com a eliminação das classes, a superação do racismo e do patriarcado como sistema que não apenas integram as classes, mas, também, estruturam desigualdades, opressões e explorações, dimensões incompatíveis com uma vida de liberdade e igualdade substantivas (CISNE; SANTOS, 2018, p. 79).

Com isso, quer se dizer que, primeiro, só se pode pensar em uma emancipação humana se todos os sujeitos estiverem em pé de equidade, ou seja, só possível pensar uma sociabilidade que não a do capital, quando se projeta a superação das disparidades sociais basilares desta estrutura.

A entrevista social no contexto da instrumentalidade em Serviço Social

Tendo em vista que a instrumentalidade é o modo de agir e pensar as ações para atender demandas e alcançar os objetivos projetados no cotidiano do trabalho do/a assistente social, é preciso que estejamos alinhados/as aos princípios pautados em perspectivas emancipadoras dos indivíduos que regem a categoria profissional, em consonância com o projeto ético político da profissão (GUERRA, 2010).

Neste sentido, ao se discutir sobre a instrumentalidade do Serviço Social, parte-se da capacidade teleológica do ser humano, isto é, de projetar na mente o que pretende fazer, antes da concretização de sua ação, o que só é possível também, através dos instrumentos (GUERRA, 2014).

Assim, a dimensão técnico operativa não se reduz à questão dos instrumentos e das técnicas, pois quando o/a profissional aciona essa ação de maneira consequente, estará respondendo e considerando as demandas da população, uma vez que o exercício profissional consiste em uma totalidade composta de três dimensões: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa, sendo que cada uma delas possui suas particularidades, apesar da relação de unidade entre as mesmas, ou seja, são indissociáveis (GUERRA, 2014).

Considerando essa relação de unidade e pensando sobre a entrevista social, temos que pode ser o primeiro contato do/a assistente social com a realidade do/a usuário/a e por meio dela, com a escuta social qualificada e especializada (LISBOA, 2014), o/a assistente social constrói seus primeiros vínculos com seu usuário/a.

A entrevista pode se configurar como o elo fundamental no relacionamento entre o/a assistente social e o/a usuário/a, como um instrumento essencial ao acesso e à garantia dos direitos das mulheres negras, pois por meio dela o/a profissional se aproxima da realidade social dos/as usuários/as. Por isto é necessário qualificação profissional, no sentido de realizar o exercício da mediação, na perspectiva da totalidade, abrangendo as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, compreendendo-se a reprodução do ser social em suas relações na sociabilidade capitalista, através das relações de classes sociais, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade. Desta maneira a/o profissional é capaz de identificar nas falas das/os usuárias/os, as expressões da questão social, que têm raízes na história da formação da sociedade brasileira e, assim, possibilitar reflexões e construir estratégias de enfrentamento, juntamente com os/as usuários/as.

Compreende-se a entrevista

[...] como um instrumento utilizado intencionalmente e que, sendo estabelecida entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar e manifestar contradições nesta relação. Essas mesmas contradições são expressões das relações entre indivíduos e sociedade, que devem ser resgatadas e refletidas para que possibilitem romper e assumir novos significados pela troca de saberes que ampliam conhecimentos e possibilidades de ação no contexto institucional em que se realizam as entrevistas. Deste ponto de vista, a entrevista é o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida que vamos desvelando o real, o concreto e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados e do próprio assistente social (SARMENTO, 2017, p. 121).

Ao trazermos esta reflexão sobre a entrevista enquanto um instrumento essencial para o conhecimento da realidade do/a usuário/a, oportunidade de realizar reflexões e orientações e construção conjunta de estratégias para enfrentamento das situações apresentadas, destacamos a importância do debate dos instrumentais em uma perspectiva teórica e histórica, sem restringir as ações interventivas ao tecnicismo, dentro da racionalidade burguesa que trazem respostas manipulatórias,

fragmentadas, imediatistas, isoladas, individuais, tratadas nas suas expressões/aparências e não nas determinações fundantes (GUERRA, 2014).

Na perspectiva dialética marxista, ao contrário, estas intervenções consistem em ações interdisciplinares; acolhimento; sigilo profissional; escuta com apoio às fragilidades apresentadas; a viabilização de informações; trata-se de traçar estratégias de enfrentamento junto à mulher; construir planos individuais ou familiares de atendimento; realizar trabalho com as famílias; articular com a rede socioassistencial; inserir o/a usuário/a em programas e projetos da política de assistência social; recorrer ao abrigo se houver necessidade; fazer orientações acerca de seus direitos e acesso às proteções da legislação vigente, como a Lei Maria da Penha. São ações que só serão possíveis de serem efetivadas a partir do acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo junto do comprometimento profissional. Desta maneira, reforçamos como o adensamento teórico é indispensável para a atuação qualitativa do/a assistente social na realidade de mulheres negras vítimas de violência.

Apontamentos de Trindade (2017) acerca da prática profissional também demonstram que a restrição dos instrumentos apenas na dimensão técnico-operativa reduz as ações do/a assistente social às ordens da instituição em que se insere, sem que haja uma contribuição para potencializar e qualificar o exercício da profissão. É indispensável que a/o profissional construa conjuntamente com as usuárias as estratégias de enfrentamento e consiga articular as demandas dessas mulheres com os demais serviços socioassistenciais e políticas públicas do território.

Outra questão importante a ser destacada é a fragilidade na prática de levantamento dos perfis dessas usuárias, bem como caracterização e visibilidade das demandas, o que poderia contribuir na elaboração das políticas sociais, principalmente para este público alvo.

O método em Marx oportuniza aos/às assistentes sociais o exercício da mediação, isto é, a operacionalização de seus objetivos

profissionais na perspectiva da totalidade, com a categoria da contradição se fazendo presente. Desta forma, não tem como desconsiderar a classe social, raça/etnia e sexo/gênero.

[...] se é no trabalho que a instrumentalidade se desenvolve, ela tem, necessariamente, que acompanhar o movimento da realidade, de se construir nele, e de responder a ele, de modo que ela é, em essência, histórica e dialética, donde a necessidade de uma racionalidade que acompanhe e dê sustentação a este movimento (GUERRA, 2014, p. 34).

Diante de contradições, conforme Guerra (2014, p. 35-36), podemos apreender que

[...] a instrumentalidade do Serviço Social como sua condição sócio-histórica, condição de possibilidade de sua existência que atende necessidades das duas classes fundamentais que se confrontam no mundo burguês, mas não o faz de maneira harmônica nem equilibrada, posto que reforçar interesses de um ou outro lado depende das condições dadas pela correlação de forças estabelecidas no momento.

Desta maneira, é importante assinalar a necessidade de desenvolver uma atuação no sentido do confronto à ordem vigente e buscar pela formação continuada, sempre articulados com a defesa do projeto ético político.

Uma instrumentalidade enriquecida significa ter clareza do projeto, de onde se quer chegar, ter uma racionalidade que nos permita lançar luzes, sempre renovadas, sobre os objetivos e que os clarifique, nos permitindo explicitar o horizonte a ser alcançado e a direção a ser adotada. Em segundo, significa o domínio de uma teoria que nos permita construir os caminhos e as estratégias, táticas, instrumentos e técnicas. (GUERRA, 2014, p. 39)

Assim, como apontam as autoras Cisne e Santos (2018), a realidade social, um complexo de complexos, exige dos(as) profissionais disposição para que suas armas críticas sejam afinadas, para que não a analisem meramente em uma perspectiva economicista/determinista ou subjetivista, uma vez que o desafio da categoria é “[...] construir mediações e conexões históricas profundas” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 148).

Entretanto, a onda do neoconservadorismo, a radicalização do neoliberalismo e os discursos de ódio expressos através dos preconceitos presentes nas relações sociais demandam aos/as assistentes sociais o debate e o aprofundamento numa perspectiva ético-política crítica e dialética para que transformações estruturantes futuras se concretizem (CISNE; SANTOS, 2018).

E para mais, a estrutura patriarcal-racista-capitalista como também a divisão sexual e racial do trabalho contribuem para a manutenção das múltiplas violências: sexistas e racistas, naturalizadas no Brasil, vivenciadas pelas mulheres, as quais são atravessadas cotidianamente e em todas as esferas de sua vida pelos marcadores sociais de classe/social, raça/etnia e sexo/gênero, considerando que na realidade brasileira as mulheres negras e pobres são as que mais vivenciam as expressões da questão social, fundadas nas desigualdades sociais, na exploração do trabalho e na acumulação da riqueza para a perpetuação da sociabilidade do capital (CISNE; SANTOS, 2018).

A apreensão desta realidade, na perspectiva da totalidade, traz maior profundidade e estreitamento de vínculos com o/a usuário/a, o que pode ocorrer através de qualquer instrumental, inclusive na entrevista, pois quando não nos comprometemos e compreendemos melhor as diversas possibilidades de ser e existir dos nossos usuários/as, é perigoso que utilizemos nossos valores pessoais para nossas intervenções.

Um/a assistente social que busca qualidade nas suas intervenções precisa buscar fontes diversas de conteúdo sobre o cotidiano que irá atuar. É por isto que a formação profissional deve ser contínua, assim como o ato da pesquisa que pode trazer o arcabouço teórico e político para nortear as intervenções e instrumentais. Reiteramos que o/a profissional que não tem como base de intervenção os elementos estruturantes do capitalismo, não consegue construir uma entrevista, um diálogo e uma escuta ativa qualificada, que são medulares quando pensamos em violência contra mulheres negras.

É desta forma que conseguiremos olhar para a população com mais verdade. Se não se sabe a história do seu povo e as construções que são feitas nas relações cotidianas, principalmente no cenário brasileiro, que traz consigo todas suas especificidades, não teremos um atendimento aos usuários que necessitam da assistência na perspectiva da emancipação humana.

Neste cenário, pode-se dizer que o “como” fazer está condicionado à compreensão do “porquê” fazer, o que é imprescindível para lidar com as expressões do racismo, sexismo e classismo dentro das políticas de assistência. Os fins do trabalho do/a assistente social delineiam os meios das ações, ou seja, a prática e a teoria precisam estar em simbiose se o que se procura é uma intervenção crítica e contra toda forma de opressão.

Por fim, o que tecemos neste texto não se esgota nestas linhas, é preciso que o debate a respeito da instrumentalidade do Serviço Social, partindo da perspectiva das relações raciais, de sexo e de classe, esteja cada vez mais presente no cotidiano dos/as assistentes sociais.

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e a diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismo religioso que violam a laicidade do Estado (CISNE; SANTOS, 2018, p. 18).

A construção de uma perspectiva profissional vinculada à defesa da classe trabalhadora - composta em sua maioria por mulheres negras empobrecidas – e que compreende que os espaços em que as vivências se constroem são determinados pela dinâmica do capitalismo, que é racista, sexista e classista, exige urgência no reconhecimento desta dinâmica como elemento que funda essa sociabilidade. E para que isso se concretize, o/a assistente social deve adensar-se nas dimensões teórico-metodológica e ético-

política de forma crítica para a criação de estratégias coletivas em que os/as usuários dos serviços socioassistenciais, sobretudo mulheres negras, tenham a oportunidade de compor espaços outros que não sejam apenas a vulnerabilidade e a exclusão social.

Considerações finais

Para a conclusão deste texto, é imprescindível que falemos da importância do estágio supervisionado. Principalmente diante dos desmontes do meio acadêmico diante da necropolítica brasileira. Esta que visa a formação de profissionais acríticos e com isso tem-se diversos desmontes na universidade, sendo um dos principais a precarização dos campos de estágios, espaços nos quais o/a estudante se depara com os desafios do tempo presente no cotidiano, como as tensões entre o projeto ético-político e os interesses institucionais. Como estudantes, nossa maior dificuldade foi contribuir com as supervisoras de campo e integrantes da equipe interdisciplinar com uma análise de totalidade em face das demandas do espaço de atuação profissional.

Posto isso, é de suma importância demarcar a necessidade da formação continuada, pois a mesma possibilita, por exemplo, o manuseio dos instrumentais técnico-operativos com qualidade, na perspectiva da superação das expressões da questão social presentes no cotidiano de trabalho.

A entrevista, assim como todos os instrumentais, pode viabilizar um contato transformador, tanto para o/a usuário/a quanto para o/a assistente social, uma vez que a intervenção profissional tanto pode reforçar condições de opressão, como possibilitar a materialização da pedagogia emancipatória, que se constrói a partir do estabelecimento de vínculo, o qual precisa se concretizar pela escuta e intervenções qualificadas.

No exercício da mediação, na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, é preciso, no atendimento, através da entrevista, caminhar no sentido da conscientização, para que seja possível traçar estratégias coletivas,

numa perspectiva pedagógica emancipatória, dando oportunidade aos usuários, entre eles, a mulher negra, para que sejam conhecidos, ouvidos e fortalecidos na busca dos próprios direitos.

O aprofundamento teórico acerca da historicidade das mulheres negras é essencial na atuação do/a assistente social, pois as suas vivências constituem conhecimento basilar para o enfrentamento das expressões da questão social. Além disto, é preciso reforçar sempre que a presença de mulheres nos espaços decisórios e de direitos são fundamentais para que haja avanços nas legislações que amparam as mulheres vítimas de violência.

É urgente reafirmar a necessidade do debate étnico-racial para adensar o conhecimento a respeito das expressões das ideologias do racismo, as quais reforçam práticas racistas da categoria.

Neste contexto, a entrevista, enquanto importante instrumento de trabalho do/a assistente social, precisa ser uma intervenção qualificada, no sentido de apreender a realidade que é estruturante em nossa sociedade, com suas relações de classe, raça e gênero, e podendo, desta forma, contribuir com a construção da sociedade justa e igualitária que tanto almejamos.

Referências

- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da profissão. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 15 de dez. de 2022.
- CISNE, Mirla; DOS SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

Atlas da Violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo: FBSP/IPEA, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acesso em: 10 de dez. 2022.

GONÇALVES, Renata. Quando o nó da questão racial é a questão social. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 10ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** 4 ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/stories/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em: 25 jun. de 2022.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Rev. Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 33-56, 2014.

OLIVEIRA, Claiton; OLIVEIRA, Paulo César. **Os filhos de Can: a legitimação católica da escravidão do negro.** Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

OLIVEIRA, Maria Eduarda de. **Os rebatimentos do isolamento social nas famílias.** Relatório Final de Iniciação Científica. UNESP/Franca: PIBIC, 2021.

RIBEIRO, Djamilia; NASCIMENTO, Tatiana. O que é lugar de fala? [Entrevista a Lázaro Ramos]. **Canal Brasil**, São Paulo, 18 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuaA2SlcNis&t=1194s>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social. *In*: GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; DOS SANTOS, Cláudia Mônica (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017, p. 109-126.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais

nas políticas sociais. *In*: GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; DOS SANTOS, Cláudia Mônica (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017, p. 77-108.

A GARANTIA DO ACESSO AO DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: uma análise a partir do trabalho profissional do/a assistente social na política de saúde

Maicow Lucas Santos Walhers
Lígia de Oliveira Soares da Silva

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns elementos para reflexão em relação à dimensão educativa do trabalho profissional do/a assistente social na garantia dos direitos da pessoa com deficiência, em particular da deficiência intelectual, através de um relato de experiência do trabalho do/a assistente social em um município de pequeno porte do interior do estado de Minas Gerais.

Trata-se do acompanhamento do profissional na área da saúde através da atenção primária a uma criança que possui deficiência intelectual, cujo objetivo da intervenção era a garantia dos seus direitos nas diversas políticas públicas em especial na área da saúde e da educação. Também buscamos analisar como se efetiva a dimensão educativa a partir da intencionalidade do/a assistente social de contribuir com reflexão da família e da comunidade escolar e dos profissionais de saúde em torno da pessoa com deficiência, no sentido de compreender as suas particularidades e potencialidades, respeitando a capacidade de aprendizado e socialização.

Os fundamentos da profissão e o aporte teórico numa perspectiva crítica são fundamentais para apreender as mediações que constituem a complexidade desta realidade social: categorias como classe, raça, gênero são indispensáveis para uma análise

aprofundada na raiz da realidade social, desvelando os mecanismos de exclusão social e reprodução do capital, que colocam as famílias como responsáveis pelas mazelas que afetam seus membros e colocam os sujeitos sociais como incapazes ao ocultarem as deficiências do próprio sistema capitalista e culpabilizarem os indivíduos pelo não acesso aos seus direitos ou não inserção na lógica do capital, na garantia de sua própria sobrevivência e reprodução social.

Compreendemos que a análise da realidade que apresentaremos a seguir configura-se como expressão da questão social, que enquanto movimento e expressão do real, apresentam múltiplas determinações, tendo elementos de continuidade e de ruptura com a universalidade dos processos sociais mais amplos de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista e com os processos estruturantes da sociabilidade burguesa, cujo modo de produção está assentado na propriedade privada dos meios de produção através do acúmulo de capital.

Ou seja, partiremos do relato de experiência, enquanto expressão da questão social, a qual apresenta suas singularidades, mas carrega em sua forma de constituição, elementos da universalidade, por se constituir enquanto síntese de múltiplas determinações.

A partir dessa compreensão da realidade numa perspectiva de totalidade, apresentaremos um relato da intervenção profissional em uma determinada realidade específica, que é anterior à lei que regulamenta o Serviço Social e a Psicologia na Educação (Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019), por ser uma legislação recente e ainda encontrar desafios para sua efetivação. Vale destacar, que nossa ênfase é no trabalho do/a assistente social na política de saúde, cujo objetivo é contribuir para o acesso à saúde como meio para instrumentalizar a pessoa com deficiência e sua família para garantir a efetivação dos direitos sociais com as demais políticas públicas, como a assistência social e a educação.

Nossa ênfase será mais na articulação entre as políticas de saúde e educação para demonstrar a importância da dimensão

educativa do trabalho do/a assistente social para contribuir com a desmistificação da deficiência, não reduzindo a pessoa à sua deficiência, enquanto limitação, mas enquanto sujeito de direito, autor/a de sua história e de suas decisões, assim como a importância da família nesse processo, ao ser sujeito na garantia desses direitos. É necessário desconstruir o olhar deficiente para o ser humano e enxergar suas particularidades enquanto sujeito, dotado de potencialidades, subjetividade e ator/a de sua história. A deficiência está no preconceito que cerceia e oprime o/a diferente, não reconhecendo suas capacidades e enquanto sujeito em sua totalidade, dotado de historicidade e pleno de condições de se desenvolver enquanto ser humano.

Deve-se lutar pela garantia dos direitos sociais dessa população, através de políticas públicas que garantem condições necessárias para seu desenvolvimento. Dessa forma, afirmamos que a deficiência está em uma sociedade que torna descartável o diferente e aqueles que, na lógica do capital, durante muitos anos, têm sido considerados como sujeitos improdutivos para esta sociabilidade.

A deficiência compreendida como expressão da questão social ocorre, pois ela em muitos momentos é vista como uma questão de desvantagem social. É importante refletir que a socialização dos corpos os molda para lógicas produtivas, e as pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do mercado de trabalho e da sociedade em si. A exclusão não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no sistema capitalista. (CUNHA, 2021, p. 304).

Esta afirmação é plena de contradição, pois sabemos que na nossa sociedade os seres sociais têm um importante papel no processo produtivo, seja inserida na produção em si, seja alijada desse processo, como “exército reserva de mão de obra”, que contribui para a fragilização da classe trabalhadora enquanto coletivo e contribui para o achatamento dos salários e o desmonte dos direitos sociais.

Sabemos também, que a deficiência não impede que as pessoas sejam inseridas no mercado de trabalho e nos processos de produção capitalista, o que falta são políticas públicas para criar condições de acessibilidade e de acesso ao trabalho, como a habilitação e a reabilitação profissional dessa população.

Os avanços nos estudos sobre deficiência, ou “*Disability Studies*” como nos coloca Cunha (2021), têm demonstrado novas formas de abordagem da deficiência, considerando as barreiras geográficas, sociais, culturais e a interação dos indivíduos sociais, estando relacionadas essas barreiras com as expressões da questão social, produto da desigualdade social, da pobreza e da divisão de classes. Assim, na nossa análise, concordamos com a concepção que considera deficiência:

[...] como um corpo com impedimento que em interação com as barreiras sociais sofre restrição de participação social. Assim, a deficiência passa a ser compreendida como resultado dos arranjos sociais. As barreiras sociais, consequência da pobreza e de outros processos sociais resultantes da relação capital e trabalho, tornam a experiência da deficiência desigual ao ser relacionada com as pessoas sem deficiência e, conseqüentemente, pode ser considerada como expressão da questão social. (DINIZ, 2007, *apud* CUNHA, 2021, p. 304).

Nesta perspectiva, a dimensão educativa (que é inerente ao trabalho profissional), é fundamental para a análise do relato de experiência aqui desenvolvido, pois é importante, que o/a assistente social tenha uma visão crítica e dotada de conhecimentos e habilidades necessárias para o desvelamento do real na direção da emancipação política e humana da classe trabalhadora, conforme preconizado pelo Código de Ética Profissional de 1993: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (CFESS, 2012, p. 23). Trabalhar na garantia dos direitos da população, deve sempre estar centrada nesse princípio, sobretudo da pessoa com deficiência, procurando articular

serviços, projetos, benefícios e políticas públicas em geral, que contribua para sua autonomia, emancipação e expansão.

Vale ressaltar o princípio do “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 2012, p. 23), onde a dimensão educativa se destaca, procurando através do trabalho profissional, contribuir para desmistificar o preconceito em relação à pessoa com deficiência e contribuir para o acesso ao direito de participar da sociedade sem discriminação.

Destaca-se a importância do trabalho em rede, na garantia dos direitos elementares da pessoa com deficiência, contribuindo para uma abordagem integral. A perspectiva de totalidade é fundamental, para apreendermos as particularidades da realidade social, que eleva do nível singular do relato de experiência ao universal e realizar o movimento inverso, do universal ao singular, instrumentalizando o trabalho do/a assistente social.

Nesta direção, no primeiro momento, apresentaremos os aportes que fundamentam o trabalho profissional do/a assistente social, visando dialogar ao longo da segunda parte desse texto.

No segundo momento, contextualizaremos o relato de experiência, apresentando sua relação com a questão social e suas múltiplas dimensões, realizando uma análise numa perspectiva de totalidade, articulando com os aportes teórico-metodológicos sinalizados e a importância do trabalho do/a assistente social na garantia dos direitos sociais e do trabalho interdisciplinar e intersetorial.

Ao abordar o trabalho profissional, vamos realizar a partir das suas dimensões teórico-metodológicas, ético-política, técnico-operativa, organizativa, interventiva, investigativa, formativa, mas com destaque na dimensão educativa, elucidando como se materializa no trabalho profissional e em especial, no relato de experiência apresentado.

O método de análise para apresentação do relato de experiência e do trabalho profissional do/a Assistente social na

política de saúde parte do aporte teórico marxista e marxiano e tem no método materialismo histórico-dialético os fundamentos para apreensão crítica da realidade social apresentada de forma crítica e na perspectiva de totalidade.

Relato de experiência

Trata-se do acompanhamento social realizado pelo/a assistente social na área da saúde através da atenção primária, a uma criança que possui deficiência intelectual. O objetivo desse texto é apresentar os desafios e as possibilidades do trabalho profissional, que tinha como um dos seus objetivos o acesso aos direitos sociais e a reflexão com os diversos sujeitos sociais (família, comunidade escolar, profissionais de saúde) em relação ao preconceito reproduzido por estes autores em relação à deficiência, enquanto expressão da questão social que coloca a deficiência como uma incapacidade do sujeito, culpabilizando-o pela sua condição e colocando-a como algo anormal, fora dos padrões da sociedade para a normalidade, numa visão ainda de ajustamento do indivíduos sociais.

Este acompanhamento ocorreu de forma sistemática por um período de dois anos, através de visitas domiciliares, diálogos com educadores e com a família no sentido de compreender as particularidades da criança, sua forma de relacionar com o mundo e com a comunidade escolar e com a família, sua forma de interpretar suas relações. Entre os desafios apresentados pela comunidade escolar, estava a dificuldade de a criança permanecer em sala de aula e não conseguir realizar as tarefas propostas. Observa-se que a criança sentia-se não pertencente à comunidade escolar, não relacionando com outras crianças e tendo vínculo somente com a mãe, que tinha que ficar na maior parte do tempo na escola para poder garantir sua permanência.

É importante destacar a configuração familiar desta experiência em específico: É uma família composta por mulheres sendo que residem a mãe e a avó materna. Não há presença do pai

na garantia dos direitos da criança ou nos cuidados. Segundo a mãe, não considerava a convivência com o pai saudável devido o seu envolvimento com drogas e por ter constituído outra família. A questão racial também é presente, pois é uma família negra, pobre e de classe trabalhadora.

A escolha desta experiência deve-se ao tempo de acompanhamento profissional e aos desafios na garantia do acesso ao direito à saúde e à educação, principalmente, por contribuir para reflexão da família e da comunidade escolar sobre a deficiência e, neste caso, da deficiência intelectual, enquanto uma particularidade da condição humana que deve ser respeitada e tem direito a acesso a meios e recursos para uma convivência familiar e comunitária saudável e que desenvolva suas potencialidades, respeitando sua condição e limitações.

Este foi o principal desafio: Contribuir para a reflexão no sentido de desmistificação do preconceito em relação à pessoa com deficiência, para a família e à comunidade escolar, que muitas vezes reproduz e reforça o preconceito presente na sociedade e criada por uma sociabilidade onde o diferente e aqueles/as sujeitos que têm algum tipo de deficiência são descartados/as pelo capital.

Esta abordagem foi fundamental, para desmistificar uma visão imbuída de preconceitos da família e da comunidade escolar, que enxergava a criança como um sujeito problemático que não queria ficar na escola e não obedecia às regras. A família nesta relação com a comunidade escolar reproduzia a visão da criança como um “ser anormal”, sem capacidade de aprender e que deveria viver em uma escola para pessoas com deficiência e não no ensino regular.

As intervenções profissionais tinham como objetivo compreender a realidade social da família, o estabelecimento dos vínculos, rede de apoio, o acesso aos direitos e garantias fundamentais e sua dinâmica e valores, procurando, a partir de uma perspectiva de totalidade, não realizar uma fragmentação do sujeito social, transformando-o meramente em um indivíduo, mas respeitando sua individualidade, necessidades, demandas e visão

de humano e das relações sociais estabelecidas com a comunidade e com outros sujeitos sociais.

A efetivação da instrumentalidade e da dimensão educativa no trabalho profissional

Nossa análise a partir do relato de experiência do trabalho do/a assistente social na atenção primária na área da saúde, em um município de pequeno porte no interior do Estado de Minas Gerais, tem por objetivo apresentar uma crítica ao trabalho profissional a partir da articulação do conhecimento profissional, dos fundamentos da profissão, das dimensões formativa, interventiva, educativa, organizativa e investigativa, com destaque para a instrumentalidade, na garantia do acesso aos direitos sociais, em especial à educação enquanto política pública e de como se efetiva a dimensão educativa, na direção ética da profissão: eliminação de toda forma de preconceito, conforme preconizado pelo Código de Ética profissional de 1993.

Ressaltamos brevemente essas dimensões: O Serviço Social, enquanto profissão inscrita no mundo do trabalho intervém nas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2007). Esta intervenção se operacionaliza através de um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que fundamenta o trabalho profissional. Dessa forma, conhecimento e realidade social são unidades de um mesmo processo, mas com características/organicidade diferentes. Esse conhecimento é apropriado através da formação profissional que é permanente e dinâmica em Serviço Social, adquirida ao longo da graduação e percorre toda a vida profissional. Mas esses avanços na qualidade da formação e do trabalho profissional impulsionam a capacidade organizativa da categoria.

Pela forma de inserção socioprofissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhe são colocadas, para o que

necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. (GUERRA, 2017, p. 51)

Esta dimensão se funda nas relações sociais capitalistas, a partir da luta de classes, que em conjunturas determinadas contribuíram para o processo de renovação da profissão, com a articulação com os movimentos sociais e setores democráticos da sociedade e é esta capacidade organizativa, que não é ausente de disputas fora e dentro da profissão, que a movimenta através de projetos em disputa de classes.

A dimensão educativa também está intrinsecamente relacionada com a profissão, que tem no projeto ético-político a sua direção social, estando nas bases da intervenção profissional numa perspectiva crítica, vinculada organicamente com os interesses e luta política da classe trabalhadora na qual a profissão é parte enquanto classe: “[...] está na base da construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória pelas classes subalternas, [...] base de uma nova sociedade”. (ABREU, 2011, p. 135).

Nesta perspectiva, a dimensão educativa pode-se vincular a uma perspectiva crítica e revolucionária, assentada em valores éticos emancipatórios e uma teoria social crítica desveladora dos mecanismos de opressão e dominação, ou reforçar processos conservadores e de exploração entre as classes, naturalizando e reforçando esses processos. O que se deve afirmar é que não existe intervenção profissional neutra e isenta dessa dimensão.

A partir dessas considerações partimos da análise do relato de experiência proposto, que trata de um período anterior à aprovação da inserção do/a profissional de Serviço Social e da Psicologia na educação através da Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019, sendo este um processo ainda de efetivação nos municípios, mas que tem apresentado saltos qualitativos, sinalizando avanços na sua efetivação. Destacamos a articulação das dimensões do Serviço Social na efetivação do acesso ao direto através das políticas públicas e a materialização da dimensão educativa no trabalho

profissional, considerando-a inerente à profissão e ao contribuir para a desmistificação do preconceito, ao permitir uma reflexão crítica da realidade social e, enquanto prática pedagógica, ao atuar “nos processos de formação de uma consciência crítica”. (JACINTO, 2017, p, 87).

Para avançarmos na proposta elucidada, é fundamental contextualizar o trabalho profissional do/a assistente social e como se insere nesta situação específica relatada. Por se tratar de um município de pequeno porte, anterior à Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019, existiam assistentes sociais inseridas através da gestão municipal, com vínculo com o setor público, nas políticas de assistência social e saúde, totalizando um quadro aproximado de seis profissionais, sendo que na política de saúde, estavam alocadas/os, até o maio de 2022, três Assistentes Sociais, uma alocada diretamente na secretaria de saúde, outra na saúde mental, no CAPS I (Centro de Atenção Psicossocial) e uma na atenção primária para atender atualmente cinco unidades de saúde: três Estratégias de Saúde da Família (ESF) urbanas e uma rural e um Centro Integrado de Saúde.

Existe esta distinção entre Estratégias de Saúde da Família e Centro Integrado de Saúde, porque este não possui a equipe que se caracteriza como Estratégia de Saúde da Família, não possui agente de saúde e não apresenta a mesma dinâmica de uma ESF; e o Centro Integrado de Saúde possui atendimento especializado de cardiologia, cirurgia geral, e psiquiatria infantil além dos atendimentos clínicos para adultos e pediatria para criança.

As demandas referentes ao acesso à educação especial para criança com deficiência, principalmente as que necessitam de professores de apoio ou de sala de recurso, perpassam pela área da Saúde para viabilizar o acesso a documentos, como relatórios e atestados médicos para atestar a deficiência, sendo fundamental o acesso à saúde. Conforme mencionado, por não possuir quadro com assistente social na época na política de educação, estas demandas chegavam no Serviço Social da saúde para viabilizar esses documentos.

Faz-se necessário duas considerações para a análise da inserção profissional nesta situação: não está dentro das atribuições profissionais realizar agendamentos de consulta médica ou de outras especialidades, mas na realidade apresentada, o acesso a especialidades médicas que possam atestar a deficiência, passa pela regulação na secretaria de saúde, ou seja, essas consultas são liberadas com base no grau de prioridade, sendo estas relacionadas na maioria das vezes, pelo quadro clínico da pessoa que solicita, com encaminhamento médico. Essa avaliação da demanda em relação ao grau de prioridade é realizada por um/a médico/a, que é chamado de médico/a regulador/a.

Principalmente em casos como consultas especializadas, em que o município não possui no seu quadro de profissionais, acaba sendo necessária a contratação via convênios e outros instrumentos públicos, por meio da secretaria de saúde. O/A assistente social neste contexto se insere por realizar a intervenção no sentido de viabilizar o acesso a esse direito, contribuindo para uma maior agilidade e efetividade, contribuindo, assim, não somente para o acesso ao direito, mas para a qualidade do serviço prestado, tanto na saúde quanto na educação, ao contribuir para que a criança com deficiência tenha acesso aos meios adequados para o seu desenvolvimento na escola e no tratamento médico.

Ressalta-se que esta intervenção profissional não é enquanto atribuição, mas de forma esporádica, quando necessário para contribuir para o acesso a um direito social e se fundamenta nos princípios do Código de Ética profissional: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 2012, p. 23) e se configura como dever profissional, elucidado no artigo 8º: “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais”. (CFESS, 2012, p. 31).

Por não ter assistente social na Educação na época, as demandas dessa política também eram encaminhadas para a Saúde, além das demais políticas públicas, na maioria das vezes.

Essa referência deve-se à proximidade do profissional com a política de educação, tendo em vista o que foi mencionado anteriormente.

A segunda consideração, parte da compreensão de que apesar da análise estar relacionada com um relato de experiência, não trata de uma análise da realidade social de forma isolada de suas mediações mais complexas com a lógica da sociedade capitalista. Trata-se de uma análise das dimensões do trabalho profissional articuladas em uma determinada realidade que apresenta sua particularidade, mas se relaciona com as determinações da sociedade capitalista perpassando por diversas dimensões: como o acesso aos direitos sociais, as formas de resistência e luta da classe trabalhadora, a forma de materialização das expressões da questão social na luta pela sobrevivência desta classe em seus diferentes espaços e grupos sociais, as formas de materialização no imaginário da população e dos profissionais do preconceito com a pessoa com deficiência, a questão de raça/etnia e gênero e outras dimensões da vida social e do trabalho profissional neste contexto. Realizar este exercício é imbuir o real de mediações, para suspender o cotidiano e relacionar com os processos mais amplos, partindo do concreto e transformando-o em concreto pensado e, a partir desse movimento, criar as estratégias de intervenção profissional. Conforme nos coloca Martinelli:

[...] instituem-se como formas de acesso às múltiplas determinações da realidade, pela mediação dos contextos, acontecimentos, atores, forças sociais em presença, os quais podem ser alcançados pela análise de conjuntura como um recurso metodológico para apreender dialeticamente o movimento do real e penetrar em suas tramas constitutivas. (2013, p. 148).

Dessa forma, é numa perspectiva de totalidade que buscamos desenvolver a análise das dimensões do Serviço Social e, em especial, da dimensão educativa. Essa é condição essencial do trabalho profissional, conforme nos coloca Iamamoto (2015, p. 161), “[...] para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais — sua produção

e reprodução ampliada —, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida”.

O acompanhamento deste caso pelo Serviço Social foi por quase dois anos, sendo requisitada a atuação profissional diante da necessidade de frequência da criança na escola, que na maioria das vezes, não conseguia permanecer em sala de aula e nem relacionar com a comunidade escolar: professoras/es, funcionárias/os e demais discentes. Ressaltamos que as demandas do Serviço Social partem de uma visão histórica da profissão, de requisições profissionais historicamente construídas, o que reflete uma visão conservadora que ainda permanece na categoria, sendo visto como aquele profissional que realizará a mediação entre a família e a comunidade escolar, procurando inserir o/a discente na escola, garantindo sua permanência.

Em relação à esta particularidade profissional caberia uma análise aprofundada, que nos limites do que propomos, não é possível desenvolver, mas vale destacar que reforçar essa visão em relação ao Serviço Social está relacionada com a autoimagem da profissão, construída não somente pela atuação profissional, que também tem uma dimensão educativa, pois perpassa pelo trabalho pedagógico do profissional, na atuação com a população atendida e com os profissionais que se relaciona, de imprimir essa mudança, mostrando quais são as atribuições profissionais do/a assistente social, mas também é resultante de um esforço da categoria enquanto coletivo de desmistificar essa visão a partir dos seus órgãos representativos; destacam-se as manifestações como do conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social) em defesa das atribuições e competências profissionais.

Neste sentido, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, ao garantir os direitos da pessoa com deficiência, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente ao respeitar a condição da criança e do adolescente enquanto sujeito de direitos e em desenvolvimento biopsicossocial, sinalizam um grande avanço no sentido da inclusão social dessa população, que historicamente,

tem sido marginalizada e excluída de diversos espaços. É todo esse processo histórico de exclusão social e de preconceito com a pessoa com deficiência que ainda reflete nas famílias e nos sujeitos sociais, marginalizando-as, excluindo e estigmatizando a deficiência como incapacidade.

Compreende-se família aqui no seu significado plural, enquanto grupo social que apresenta diversidade de composição e formas de ser, a partir dos vínculos e relações estabelecidas pelos sujeitos sociais e sua identificação enquanto família. Para fundamentar nossa concepção referenciamos-nos em Oliveira:

É necessário, ao analisarmos a maneira pela qual as pessoas concebem a família, considerarmos o sentido e a ideologia que as levaram escolher uma ou outra forma de organização e constituição familiar, assim como a forma de relacionamento intrafamiliar. Precisamos considerar a questão histórica, que não se encontra dissociada das circunstâncias do cotidiano, é preciso também que compreendamos as escolhas que definem um ou outro rumo no pensar ou no vivenciar a maneira de ser família na sociedade contemporânea. (2009, p. 72)

Cabe realizar um destaque para a configuração familiar do relato aqui apresentado, que apesar de não ser aprofundado, é importante para compreender as determinações do mundo do trabalho nas famílias e suas formas de sobrevivência. Trata-se de uma família composta por mulheres, sendo uma avó materna, a mãe e a criança.

Essas características são fundamentais, pois percebemos que a questão de gênero e de raça perpassam transversalmente a realidade da família, sendo que muitas vezes, não foram encontrados o respaldo e a presença da figura paterna, o que leva a destacar a desigualdade de gênero e de raça, pois se presencia a sobrecarga e cobrança da mulher em relação ao cuidado, perpetuando uma questão histórica, em que a sociedade atribui à mulher a questão do cuidado e desresponsabiliza o homem em relação a este papel.

As formas como as famílias negras enfrentam esses desafios para garantir sua sobrevivência são desiguais na nossa sociedade, portanto, o racismo é uma categoria importante e transversal para compreender essas relações, determinando as formas de sobrevivência, trabalho e acesso aos direitos sociais.

Dessa forma, esse olhar para a realidade social sinaliza uma determinada perspectiva teórica, que fundamenta a intervenção profissional e possui uma direção ética no reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas inerentes aos sujeitos sociais. Esses princípios estão referenciados no Código de Ética profissional de 1993.

E se a intervenção profissional é referenciada por esses aportes teórico-metodológicos e ético-político, então podemos destacar a dimensão educativa que se relaciona: durante todo o processo de acompanhamento foi fundamental trabalhar com a família da criança a compreensão em relação à diversidade do Homem, que somos dotados de potencialidades e limitações, assim como de particularidades de cada sujeito. Muitas vezes as famílias concebem a deficiência intelectual como sinônimo de “loucura” ou somente como incapacidade, visão esta, reproduzida pela sociedade, na qual a família se insere. A sociedade capitalista tem como pilar central a exploração entre as classes sociais, e aqueles que para o capital não são considerados como produtivos, são excluídos de todas as formas, tanto das relações de produções propriamente ditas, como enquanto sujeitos sociais, dotados de potencialidades.

Essa questão merece algumas considerações: sabemos que na sociedade os sujeitos sociais têm um importante papel no processo produtivo, seja na relação direta da produção de mais-valia, ou na sua exclusão, aumentando a mão-de-obra sobrando que nunca será absorvida pelo capital. Contraditoriamente, a pessoa com deficiência tem sido incluída (mesmo que de forma tímida) no mercado de trabalho, resultado das lutas sociais de movimentos da sociedade, fazendo com que o capital dê respostas às suas

contradições. Desta forma também é a inclusão dessa população no ensino regular¹.

A dimensão educativa, conforme destacada anteriormente, é inerente ao Serviço Social, e aqui se efetiva tanto no trabalho social com família(s) quanto com a rede e a comunidade escolar no sentido de lidar com as diferenças e as demandas da pessoa com deficiência, realidade na qual o/a assistente social tem uma importante contribuição. A superação de uma visão conservadora e preconceituosa em relação à pessoa com deficiência é um trabalho que todos nós enquanto trabalhadoras/es e sociedade devemos realizar. Ainda é um processo árduo e tenso de desafios frente a uma realidade cada vez mais conservadora e excludente, configurando-se como uma discussão importante e que não se esgota nas análises realizadas nesse espaço.

Destaca-se que essa dimensão educativa no sentido de superação dessa visão em relação à pessoa com deficiência é uma tarefa que nossa sociedade deve empreitar e não foi possível garantir a sua superação, por se tratar de uma expressão da questão social que está organicamente relacionada com a cultura e com processos mais amplos. Observamos, no entanto, saltos qualitativos ao contribuir para a reflexão das famílias e dos sujeitos e grupos sociais envolvidos na reflexão da questão da deficiência de forma crítica, reconhecendo as potencialidades e suas condições enquanto sujeitos sociais. Vale destacar: configura-se como um processo!

Ressaltamos a importância do trabalho em rede na garantia dos direitos da pessoa com deficiência e sua família, sendo de

¹ Não problematizaremos e nem aprofundaremos nossa análise nessa questão, diante dos limites aqui apresentados e para não fugir do objetivo proposto. Aproveitamos para destacar que a inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de ensino apresenta avanços significativos, mas ainda apresenta limitações que merecem ser analisadas, para melhor conhecimento da temática sugerimos: RABUSKE, F. L. **Avanços e desafios da política nacional de educação especial: a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular**. 2015. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11237>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

fundamental importância diante da complexidade da questão social que tem se agravado com a desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos fundamentais, a partir do ideário neoliberal, transferindo suas atribuições para a sociedade civil e ao mercado. Garantir os direitos sociais é tarefa precípua de uma sociedade, tanto para garantir a sobrevivência da população, quanto a função protetiva e de reprodução social das famílias.

Instrumentalidade, mediação e dimensão educativa: alguns elementos para uma compreensão de indissociabilidade

Tendo em vista a apresentação dos relatos anteriormente, partimos de algumas categorias ontológicas e analíticas que fundamentam nosso olhar para a realidade social, apresentando, dessa forma, os referenciais e pressupostos que balizam a leitura crítica do trabalho do/a assistente social, na perspectiva elucidada anteriormente: a importância das dimensões do trabalho profissional do/a assistente social na efetivação do acesso aos direitos à pessoa com deficiência, sobretudo da pessoa com deficiência intelectual.

E a centralidade da categoria educativa nesse processo, enquanto dimensão inerente ao trabalho profissional, ao contribuir para a desmistificação do preconceito e o desenvolvimento de condições para a efetivação do acesso através do princípio da autonomia, da plena expansão dos sujeitos sociais e da emancipação política, enquanto tarefa precípua na sociedade.

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41).

Conforme nos coloca Iamamoto (1997) o primeiro pressuposto é ressaltar o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social, técnica, sexual, de gênero, raça

e etnia do trabalho e o/a assistente social enquanto trabalhador/a que possui sua relativa autonomia ao se inserir na condição de assalariamento e de venda da força de trabalho e que tem na política pública e, aqui em especial, na política de saúde, uma das mediações do trabalho profissional.

A política social é uma “[...] síntese de elementos contraditórios que envolvem interesses antagônicos, mediados pelo Estado.” (GUERRA, 2011, 134). E é nessas contradições que se materializa o trabalho do/a assistente social, procurando tensionar as forças sociais em defesa dos interesses da classe trabalhadora, na qual é parte integrante.

Esta compreensão parte de um salto qualitativo da profissão ao se aproximar da tradição marxista, sendo fundamental não perder de vista os limites e possibilidades do trabalho profissional, sem cair numa visão fatalista ou messiânica, em que o trabalho profissional pode aparecer descontextualizado ou isolado das determinações mais universais do trabalho e da sociabilidade capitalista em que se insere. Ao se tratar de um relato de experiência, articula-se com os acúmulos da profissão e dos seus avanços, com a luta política mais coletiva da categoria, que tem reafirmado cotidianamente a defesa dos direitos sociais e de trabalho e formação profissional.

Este pressuposto assenta-se na perspectiva teórica marxista, que é o aporte que fundamenta a análise aqui desenvolvida e configura-se como uma tradição na profissão que sinaliza o avanço do Serviço Social na busca pela superação o “Serviço Social tradicional” e os referenciais teóricos conservadores, estruturalistas que estão na base de constituição da profissão, anteriores ao movimento de reconceituação.

É importante sinalizar que alguns desses aportes conservadores se reatualizam na profissão com o avanço do neoconservadorismo e com perspectivas pós-modernas, mas não centraremos nossa crítica a esta problemática diante dos limites aqui apresentados e para não distanciar do nosso objetivo: apresentar uma análise crítica do trabalho do/a assistente social na inserção da criança com deficiência

intelectual na educação a partir de um relato de experiência na política de saúde. Essa vertente conservadora que sempre esteve presente na profissão se reatualiza na contemporaneidade, intensificando projetos profissionais em disputa na categoria, refletindo no trabalho e na formação profissional:

Os desdobramentos das mudanças societárias ocorridas ao longo dos anos 1990, sob a ofensiva neoliberal e suas repercussões nos dias atuais, têm colocado em xeque os pressupostos estruturantes desse projeto. Tais repercussões podem ser sinalizadas a partir de pelo menos duas direções: a primeira no plano do conhecimento, mediante o constante questionamento da teoria marxista e da 'razão dialética' e o fortalecimento da razão instrumental e do pensamento conservador, rearticulados pelas tendências pós-modernas; a segunda no âmbito do exercício profissional, cujas manifestações evidenciam-se seja na alteração das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, seja nas 'novas' demandas encaminhadas à profissão e nas respostas mobilizadas para respondê-las. (SIMIONATO, 2009, p. 16).

Ao reafirmar a natureza do Serviço Social a partir do primado do trabalho, estamos nos referendando a partir da teoria social crítica que representa uma vertente crítica do Serviço Social pós-Movimento de Reconceituação. Este aporte teórico apresenta as categorias analíticas da realidade social, que permite o seu desvelamento para além das aparências expressas no fenômeno do real e se materializa na singularidade do trabalho profissional.

É a partir da mediação, com suporte no referencial marxista e marxiano, que é possível a suspensão desse cotidiano, apreendendo as categorias ontológicas do real que permitem seu desvelamento, capturando suas múltiplas expressões e relações com os processos sociais universais de produção e reprodução social e, desse movimento, voltar à realidade, enquanto concreto pensado e articular respostas de intervenção profissional críticas e propositivas que têm no projeto ético-político as bases orientadoras para a intervenção profissional.

Esse aporte teórico contribui para a compreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade, apreendendo as múltiplas determinações sociais e da contradição da sociedade capitalista,

problematizando a lógica de acumulação vigente e o papel do Estado na garantia dos interesses da classe dominante.

Vale assinalar que é com a vertente de intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com a ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que se interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel e as funções das ideologias). (PAULO NETTO, 2008, p. 303).

A apreensão crítica do movimento do real contribui para que o/a assistente social seja capaz de apreender as demandas históricas e as emergentes no exercício profissional, criando alternativas de enfrentamento das manifestações da questão social a partir das mudanças do mundo do trabalho.

É necessária uma postura ético-política voltada para defesa intransigente dos direitos sociais e da qualidade dos serviços prestados, contribuindo nos espaços onde o/a profissional esteja inserido com o fortalecimento da luta social para a consolidação de um projeto de classe contra hegemônico que aponte para o direcionamento social para além dos limites da sociedade burguesa.

A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional. (LEWGOY, 2009, p. 154-155).

São essas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que se articulam e se relacionam na construção de respostas profissionais que procuram dar materialidade à intervenção profissional atenta ao projeto ético-político. Nesta compreensão, a dimensão interventiva é precedida da investigativa, que permite o desvelamento do real a partir do

arcabouço teórico-metodológico que sustenta a leitura crítica da realidade social, articulando conhecimento e realidade social, qualificando esta demanda ao imbuir de mediações, transformando-as em demandas coletivas e instrumentalizando a classe trabalhadora na defesa dos seus direitos. É transformar o concreto em concreto pensado através das mediações que compõem o real.

A dimensão investigativa é, assim como a teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, educativa, interventiva e formativa, inerente ao Serviço Social, ao contribuir para a qualificação do trabalho profissional, por meio do desvelamento do real, por meio das mediações que perpassam o movimento da realidade social, articulando o nível particular com o universal através das categorias de mediação. O Serviço Social é uma profissão que intervém na realidade social, mas que produz conhecimento a partir da realidade em que atua.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional. (GUERRA, 2009, p. 712).

As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa se articulam dialeticamente para dar materialidade à profissão e sinalizam a sua maturidade, pois está calcada na trajetória histórica da profissão, seu movimento com a sociedade e com a realidade, sinalizando seus acúmulos e direção social. É na articulação da profissão com diferentes sujeitos sociais, políticos e históricos, que a profissão se reconstrói ao longo do processo histórico de sua constituição nos marcos da sociedade capitalista

madura, na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, procurando criar respostas de intervenção alicerçadas no conhecimento construído coletivamente pela categoria e por aqueles apropriados dos debates das ciências sociais e humanas, que também compõem na construção do conhecimento. É esta relação que garante a unidade na profissão, de forma orgânica e dialética:

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva, investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2013, p. 24).

Por ser uma profissão que intervém na realidade social a partir de um determinado aporte teórico, articulado com seus fundamentos e de uma visão de mundo que compreende o ser humano enquanto sujeito histórico, dialético, contraditório e com interesses antagônicos, o Serviço Social constrói sua história, tomando como ponto de partida as condições históricas determinadas; ao intervir na realidade social, não o faz de forma neutra, mas ancorada nos referenciais teóricos e em uma visão de mundo e das relações sociais, que tem na teoria marxista e marxiana sua crítica.

O/A assistente social intervém nas expressões da questão social, em suas diversas e múltiplas formas vivenciadas pela classe trabalhadora, consubstanciadas nas relações sociais de produção e reprodução social. No cotidiano profissional, essas expressões aparecem através das relações desiguais e têm como marcas a violação dos direitos sociais, a desigualdade social entre as classes, que geram pobreza, violência e, contraditoriamente, diversas formas de resistência e sobrevivência. Ao intervir, o/a assistente

social, pode reforçar uma visão conservadora de reprodução de culpabilização e criminalização da população ao contribuir para uma visão crítica da sociedade, criando práticas pedagógicas emancipatórias, conforme nos coloca Gramsci (1978).

Dessa forma, a práxis profissional é inerentemente pedagógica e educativa, pois ao intervir nas relações sociais, o faz a partir de determinados valores, devendo estes estar alicerçados no Código de Ética de 1993 e em referenciais emancipatórios e de crítica a sociedade capitalista: "constitui-se síntese de múltiplas determinações, ou seja, caracteriza-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano" (GUERRA, 2013, p. 45).

Gramsci amplia o conceito de prática pedagógica, ao destacar como se efetiva pela luta de classes e a questão da hegemonia, conforme nos coloca Jacinto (2017, p. 86): "a análise gramsciana amplia, assim, o conceito de prática pedagógica, apreendendo-a no amplo processo das lutas de classes, vinculado à questão da hegemonia". As práticas pedagógicas estão relacionadas com a disputa de hegemonia na sociedade entre as classes sociais, podendo estar vinculadas aos interesses da classe dominante, à hegemonia dominante, ou criar uma contra hegemonia, ao procurar estabelecer processos sociais, que busquem a superação da ordem societária burguesa. É nessa relação contraditória em que se realiza cotidianamente o trabalho profissional do/a assistente social:

A atuação do(a) assistente social tanto pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, contribuindo com a mobilização social, com a instrumentalização da população atendida para a busca de seus direitos, quanto pode vincular aos interesses dominantes, servindo como poderoso instrumento de legitimação da desigualdade social e de aprofundamento das relações de subalternização. (JACINTO, 2017, p. 88).

Conforme destacamos, a dimensão educativa é inerente ao Serviço Social e se articula dialeticamente com as outras dimensões,

dando unidade à profissão. Deve o/a profissional ter consciência crítica dessas dimensões, procurando desenvolver práticas pedagógicas que estejam alicerçadas no projeto ético-político profissional e de desenvolvimento da cidadania, e, ao mesmo tempo radicalizá-la, ao contribuir para a construção de processos sociais que alarguem a participação social para além da cidadania burguesa, instrumentalizando a classe trabalhadora para práticas sociais que se vinculam a processos emancipatórios ancorados no projeto societário contra hegemônico.

Concretiza-se fundamentalmente através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.144 *apud* JACINTO, 2017, p. 89).

Considerando essas referências que fundamentam nossa análise do relato de experiência, apresentaremos a contribuição do trabalho do/a assistente social na construção de práticas pedagógicas na garantia do direito ao acesso à educação e a contribuição para a desmistificação do preconceito em relação à pessoa com deficiência, compreendendo suas particularidades e potencialidades a partir de uma intervenção profissional, que teve por objetivo não somente o acesso ao direito social, mas também criar condições para um novo olhar em relação à comunidade e à família. Assim como nos coloca Abreu (2004, p. 44) o Serviço Social caracteriza-se como uma:

[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante – subalternizante e mistificadora das relações sociais – contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a

classe trabalhadora. Todavia, cabe ressaltar que, nas três últimas décadas, em contraposição a essa tendência dominante registra-se, no âmbito do amplo movimento de reconceituação do Serviço Social na sociedade brasileira, o avanço do processo de vinculação do projeto profissional que se consolida, nos anos 1980, às lutas sociais da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais.

É dessa compreensão da profissão que procuramos apresentar uma contribuição para o debate da categoria a partir de uma experiência profissional na área da saúde, onde a intervenção nas relações sociais com diversos autores sociais buscou a desmistificação do preconceito da pessoa com deficiência e a garantia do acesso aos direitos sociais em conformidade com o projeto ético-político profissional.

Considerações Finais

Apresentamos um relato de experiência com o objetivo de abordar elementos fundantes do trabalho profissional do/a assistente social, procurando destacar como a dimensão formativa, interventiva, educativa, organizativa e investigativa se efetiva no trabalho profissional e se inter-relacionam, garantindo a materialidade da intervenção profissional.

Destacamos a importância do aporte teórico fundado numa perspectiva crítica para a intervenção profissional, garantindo uma análise de totalidade da realidade social. É somente a partir de uma teoria social crítica fundamentada no referencial marxista e marxiano que é possível olhar para a realidade social em seu nível mais particular e relacionar com os processos sociais mais amplos de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista: sua lógica de ser e contradições, que apresentam limites e possibilidades para a intervenção profissional.

Ressaltamos ao longo da nossa análise que as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas estão intrinsecamente relacionadas, sendo que a intervenção profissional não se efetivaria sem essa relação. Não há intervenção profissional

que não tenha um aporte teórico que a fundamenta, podendo o/a profissional cair em um dogmatismo ou visão de senso comum da realidade, mas não está isento de uma determinada visão de mundo e das relações sociais, mesmo que esta seja reprodutora do que está posto.

Também toda intervenção profissional é pautada por uma determinada direção social e com base em determinados valores, sejam eles conservadores da ordem social ou que apresentam sua crítica e superação, podendo tensionar a luta de classes em favor da luta revolucionária ou de sua reprodução social. Dessa forma, não existe intervenção que não tenha um determinado referencial teórico e uma determinada direção política. Afirma-se: não há neutralidade. É fundamental escolher uma determinada posição social em uma sociedade de classes e o Serviço Social desde a década de 1980, com o movimento de reconceituação, reconhece enquanto coletivo, o pertencimento e a necessidade de fortalecer a luta da classe trabalhadora.

Tendo em vista essas considerações, destacamos que a dimensão educativa é orgânica ao modo de ser da profissão e tem suas bases em uma formação profissional crítica e competente, que instrumentaliza a intervenção profissional para desvelar a realidade social e nela intervir por meio da sua compreensão numa perspectiva de totalidade, onde o conhecimento dos processos sociais mais amplos e sua relação com a particularidade do real e o reconhecimento do seu movimento se fazem necessários. Elevando a realidade ao concreto pensado, possibilita-se que o/a profissional se aproprie das condições para intervenção profissional na perspectiva do projeto ético-político.

Daí a importância da dimensão investigativa no sentido de aprofundar a análise em relação aos aspectos históricos, sociais, conjunturais, estruturais, culturais e econômicos nessa sociabilidade, procurando construir formas de intervenção que fortaleçam a capacidade organizativa da classe trabalhadora, contribuam para o acesso aos direitos sociais e para criar processos sociais de superação dessa sociabilidade, em direção a uma

sociedade justa e igualitária, com novas relações que superem a dominação e exploração de classes. Por isso a importância da dimensão educativa.

Referências

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Rev. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.79, p.43-71, set. 2004.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019232942408>. Acesso em 02 jun. 2022.

CFESS- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: < https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 02 jun. 2022.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. **Rev. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 141, n. 141, p. 303-321, ago. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. Tradução Manuel Cruz. São Paulo: Martins, 1978.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD/UNB, 2009, p. 701-718.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Claudia Monica.; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p. 49-76.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JACINTO, Adriana. Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINELLI, Maria. Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. **Rev. Serviço Social & Saúde**, Campinas- SP, v. 12, n. 2, p. 145-156, jul./dez. 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2009.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RABUSKE, Fabiane Luiza. **Avanços e desafios da política nacional de educação especial: a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular**. 2015. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11237>> Acesso em: 02 jun. 2022.

SANTOS, Cláudia Mônica; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões

para reflexão. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p. 25-48.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/ CEAD/UNB, 2009, p. 87-106.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

**O GRUPO E A DIMENSÃO EDUCATIVA:
reflexões a respeito de um trabalho em Serviço Social**

Tamiris Garcia da Silveira
Ketully Fernanda Ascencio Cadorim

Introdução

A realidade dos espaços ocupacionais do/a assistente social passa por expansão e metamorfose na totalidade histórica do processo de domínio do capital. Verifica-se, na atualidade, que os/as profissionais estão inseridos em espaços sócio-ocupacionais de naturezas diferentes, particularizando suas atribuições e competências profissionais nesses campos de atuação.

As transformações nos espaços ocupacionais têm sua gênese nos processos sociais, com forte prevalência de interesses rentistas e efeitos desfavoráveis no campo da conquista dos direitos para os/as trabalhadores/as. Parte-se do pressuposto que existem diferentes processos de trabalho, nos quais se inscreve a atividade do/a assistente social.

É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 3).

Esse cenário de metamorfose dos espaços ocupacionais em que inserem os/as assistentes sociais na atualidade marca um dos desafios contemporâneos na agenda dos/as trabalhadores/as assistentes sociais, pois solicita o aprofundamento da teoria social crítica¹ no universo profissional aliado à pesquisa acerca das condições de trabalho e as respostas frente às expressões da questão social² nos múltiplos espaços ocupacionais.

Independente de qual seja o espaço sócio-ocupacional que o/a assistente social esteja inserido/a, sua atuação profissional deve ser pautada pelos valores éticos, fundamentados no compromisso com os usuários, com base na liberdade, na democracia, na cidadania, na justiça e na igualdade social, através dos princípios e diretrizes estabelecidos no Código de Ética do/a assistente social e na lei de regulamentação da profissão (Lei Federal nº 8.662/1993).

Face ao exposto, o texto que ora se apresenta é o resultado de uma atuação profissional realizada por uma assistente social em um espaço sócio-ocupacional de formação profissional para trabalhadores/as rurais.³

¹ “Teoria social crítica é toda teoria que não reduz a realidade ao que existe. A realidade é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidades. A análise crítica assenta-se no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas susceptíveis de se superar. O desconforto, o inconformismo ou a indignação suscitam impulso para teorizar a sua superação”. (SANTOS, 1999, p. 197).

² “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. A questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”. (IAMAMOTO, 1997, p. 14).

³ Por se tratar de uma instituição de direito privado, paraestatal, sendo dirigida por um conselho deliberativo, de composição tripartite e paritária, ou seja, possui um órgão colegiado formado por representantes dos trabalhadores, empregadores

Ressalta-se, por oportuno, que essa atuação profissional não é uma atribuição privativa do/a assistente social, todavia, a profissional, fundamentada no referencial teórico da profissão, buscava realizar uma intervenção crítica-reflexiva na sua práxis.

O trabalho apresentado efetiva-se sob uma perspectiva coletiva nas atividades que essa instituição oferece e nas quais estão classificadas como sendo ações da área de promoção social, onde se prioriza contribuir com a profissionalização, a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e com o propósito de viabilizar o exercício digno da cidadania.

Assim, o/a profissional assistente social, dentro deste espaço sócio-ocupacional, buscava realizar intervenções, por meio do trabalho com grupos, vinculadas a um viés de transformação da sociedade, intrínseco ao projeto ético-político do Serviço Social, que:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central— a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (PAULO NETTO, 1999, p. 104-5).

O relato da experiência do trabalho com grupo na perspectiva do Serviço Social

O trabalho em grupo é uma das áreas de atuação profissional do Serviço Social que possibilita contribuir com a emancipação do sujeito, a garantia de direitos e o protagonismo do público atendido. Neste sentido, a emancipação na perspectiva de Paulo Freire, segundo o autor Rambo (2016), nada mais é do que o processo de libertação política, cultural, humana e social de todos os oprimidos, que se libertam a si e aos opressores desde a prática de não mais deixarem ser oprimidos por ninguém.

e governo, não obtivemos a autorização para exposição do nome desta determinada instituição e por esse motivo, manteremos o sigilo.

O grupo socioeducativo para as famílias é um excelente espaço para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades. Contribui para oferecer aos/as cidadãos/ãs a oportunidade de melhor viver os seus direitos dentro de um contexto de proteção mútua, desenvolvimento pessoal e solidariedade. Neste sentido os núcleos socioeducativos introduzem elementos de discussão, vivência e reflexão relacionados às etapas dos ciclos de vida familiar (BRASIL, 2005, p.25).

Para o espaço sócio-ocupacional em que essa experiência ocorreu o trabalho grupal é o instrumento que melhor correspondia às demandas pertinentes à execução e efetivação da promoção social. Considera-se que para a instituição o termo “promoção social” refere-se ao desenvolvimento das aptidões pessoais e sociais, ensejo e melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade, despertando a consciência crítica e garantindo uma maior participação na vida comunitária.

Enquanto assistente social, por outro lado, buscava-se além do fortalecimento de vínculos, a necessidade de despertar nas mulheres atendidas o senso crítico para que pudessem perceber a condição de opressão em que viviam, tivessem acesso à informação e pudessem se fortalecer para a busca dos direitos sociais.

No Serviço Social o trabalho com grupo já é utilizado como instrumento do trabalho profissional desde os primeiros registros da profissão.

Algumas técnicas utilizadas nos dias de hoje por assistentes sociais quando atuam com grupos de usuários já tinham recebido atenção metodológica há tempos atrás. No passado, a preocupação com o ambiente físico, por exemplo, ocorria em função da necessidade de as pessoas verem-se umas às outras e, com isso, sentirem-se à vontade. Aconselhava-se que os membros do grupo se posicionassem em círculo, evitando assim a existência de um lugar de destaque. Mesmo que as estratégias sejam semelhantes, apesar da distância temporal, as diferenciações são bem delineadas: o círculo no “Serviço Social de Grupo” tem uma função notadamente emocional” (MOREIRA, 2014, p.71-72).

Nesse viés, o/a assistente social se apropria do trabalho com grupo como um instrumento que possibilita a compreensão da dinâmica do desenvolvimento da autonomia, revelando maior produtividade, envolvimento e cooperação dos/as participantes que nele descobrem uma experiência de aprendizagem coletiva.

Com base nessas considerações, o trabalho com grupo, apresentado nesse relato de experiência, foi realizado respeitando o espaço, a individualidade, a singularidade e a cultura da população usuária atendida, através do acolhimento, da escuta e da construção do conhecimento coletivo. Pode-se destacar que essa atuação profissional foi fomentada pela formação em Serviço Social da instrutora que estava conduzindo o trabalho.

Essa atuação ocorreu em uma cidade de pequeno porte⁴, no interior paulista, no final do ano de 2021. Ressalta-se que todos os encontros foram realizados na sede do espaço sócio-ocupacional e foram respeitadas todas as orientações das autoridades de saúde sobre as medidas de prevenção da propagação do novo coronavírus (Covid-19)⁵, como distanciamento físico, uso de máscara, ambiente arejado e constante higienização das mãos.

O grupo foi composto com quinze mulheres, que possuíam vínculo direto e/ou indireto com o meio rural e todas estavam inscritas em um programa social de iniciativa estadual, denominado Programa Frente de Trabalho, que visava à qualificação profissional e a geração de renda para cidadãos/ãs que estavam desempregados/as e em situação de vulnerabilidade social há mais de um ano. Os perfis das participantes eram semelhantes,

⁴ O anonimato do município onde o trabalho foi desenvolvido será mantido para preservar a identidade dos sujeitos.

⁵ Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020 que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Fonte: OPNA – Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>

mulheres desempregadas, vivenciando situações de risco e/ou vulnerabilidade social e, por vezes, casos de violência e violações de direitos. Algumas mulheres advinham de famílias monoparentais, sendo elas as únicas, ou principais responsáveis pelo sustento dos filhos, mesmo estando, até aquele momento, desempregadas, ou seja, sem renda.

A participação no referido programa não gerava vínculo empregatício, haja visto o caráter assistencial e de formação profissional. O vínculo era de bolsista, com a realização de atividades como limpeza, conservação e manutenção de órgãos públicos estaduais e municipais e com a participação em cursos de qualificação profissional ou alfabetização, desta forma, os bolsistas deveriam trabalhar, estudar e receber uma quantia mensal em pecúnia.

Neste cenário onde as participantes tinham vivência e realidade parecidas entre si, frisa-se a importância do trabalho do/a assistente social com grupos, enquanto uma possibilidade de alcance coletivo.

O processo de formação com esse grupo, de acordo com as diretrizes da instituição, tinha como proposta o trabalho de promoção social, pautado na busca pelo desenvolvimento pessoal e na qualidade de vida do público envolvido nas atividades.

Foram realizados oito encontros com temáticas selecionadas diante da realidade das participantes, verificadas através de diagnóstico socioterritorial realizado pela gestão municipal de assistência social. Existia a imprescindibilidade de potencializar nas usuárias o questionamento quanto à dominação de gênero, classe e raça, a que podiam estar sendo submetidas por conta do ambiente ideológico que se encontravam, buscando com isso estratégias que possibilitassem acessarem seus direitos.

A atuação profissional da instrutora responsável pela condução do grupo ocorria através de cursos, treinamentos, capacitações e palestras. Desta forma, a instrutora tinha a oportunidade de conduzir os grupos, orientar e encaminhar as demandas para a rede socioassistencial dos municípios.

Quando foi solicitada a intervenção técnica, pelo Centro de Referência da Assistência Social, para a respectiva instituição, foi apresentada como principal demanda a importância de fomentar questões que envolvessem a construção de vínculos, o trabalho em equipe, o respeito, a comunicação assertiva, dentre outros temas, que se faziam necessários para amenizar os conflitos de relacionamento que aquele grupo apresentava, assim como despertar a busca pela qualificação profissional.

Como perfil, foi observado no momento de acolhimento do grupo e nos encontros, que se tratavam de pessoas com baixa escolaridade, algumas com dificuldade para escrever o próprio nome, de expressar seus pensamentos e sentimentos naquele espaço, o que era demonstrado até mesmo pela insegurança em se posicionar ou fazer alguma pergunta.

Essas mulheres possuíam a faixa etária de 18 a 45 anos, e além da rentabilidade advinda do programa social, buscavam um complemento financeiro a partir da inserção no mercado de trabalho informal, desempenhando funções como safristas (nas lavouras de tomate, jiló e café), diaristas, artesãs, cuidadoras de idosos, costureiras dentre outras.

A princípio, todas as participantes foram “convocadas”, pela gestora municipal do Programa Frente de Trabalho a comparecerem nas reuniões, caracterizando uma condicionalidade, uma vez que a oferta de cursos de capacitação compõe a estrutura fundante do programa no qual estavam inseridas. A forma como a frequência às reuniões foi imposta às participantes gerou entre elas, inicialmente, muita desconfiança sobre como seria participar das atividades e até mesmo um sentimento de insegurança em relação ao porquê deste trabalho.

No primeiro encontro, após as boas-vindas, percebeu-se que o grupo estava resistente e logo de início uma das participantes afirmou que não falaria nada, do mesmo modo não desejava expor sua opinião e que “não adiantava nem perguntar nada a ela” (de acordo com suas palavras).

Em seguida, deu-se início ao processo grupal, onde após explicar os combinados (contrato de convivência), sobre a necessidade do sigilo e sobre a importância de cada uma dentro do processo de construção do conhecimento, foi informado às participantes que essa condicionalidade de participação obrigatória não era exigida pelo espaço sócio-ocupacional da profissional. Sendo assim, quem não desejasse participar das reuniões poderia se retirar do encontro após a assinatura da lista de presença, neste momento, a participante que não estava confortável se retirou.

Posteriormente, passou-se para as apresentações individuais, através de uma dinâmica, em que cada uma escolheu alguém no mundo que admirava e depois compartilharam suas escolhas, a partir desse momento o clima do grupo já havia mudado, muitas se emocionaram e o diálogo começou a fluir, com o direcionamento que ia ao encontro dos objetivos do fortalecimento de vínculos.

As dinâmicas das reuniões em grupo são adaptadas conforme o perfil de cada turma e para este, os temas foram trabalhados de forma lúdica, fundamentados na andragogia (pedagogia para adultos), buscando a construção do conhecimento coletivo. Foram utilizados recursos de multimídia, vídeos e dinâmicas, tornando as discussões mais leves, dentro de uma linguagem acessível para as participantes.

Importa destacar que embora o espaço sócio-ocupacional no qual a assistente social estava inserida dispunha de um sistema próprio que definia conteúdos específicos para cada curso/treinamento, o/a profissional tinha autonomia para complementar o conteúdo a ser trabalhado, fomentando as discussões a partir das demandas apresentadas pelas pessoas participantes.

Em seguida, apresentou-se a proposta e o objetivo daquele trabalho e fizeram um levantamento das expectativas de cada participante e desta forma, após as falas, a profissional percebeu o medo do desconhecido e o receio acerca de como seriam as reuniões, observando que os sentimentos de insegurança,

desconfiança, inquietação e até ameaça, haviam interferido no momento inicial do grupo.

No dia seguinte, o grupo estava mais receptivo e inesperadamente, estava de volta aquela participante que havia deixado o grupo de forma tão abrupta no encontro anterior. Quando perguntado se ela desejava participar das reuniões, a mesma respondeu, somente balançando a cabeça, que sim, e teve início o segundo dia de trabalho.

Com o decorrer dos encontros, as participantes se mostraram mais envolvidas, conseguindo expressar de forma mais explícita suas opiniões e suas dúvidas, assim como refletirem sobre suas reais condições sociais. Além disso, começaram a conceber perspectivas futuras e falar sobre seus projetos de vida e lutas por melhores condições de trabalho. Foi relatado, por algumas participantes, o anseio de retomarem os estudos em busca de qualificação profissional e de melhores colocações no mercado de trabalho.

Desse modo, trabalhou-se a educação libertadora, enquanto um processo político que visa despertar os/as indivíduos de sua opressão e gerar ações de transformação social, com o intuito de possibilitar às participantes a reflexão crítica sobre o que fariam após o encerramento do contrato de trabalho, visto que essas mulheres seriam expostas à situação de desemprego.

Durante os encontros foi possível esclarecer dúvidas e realizar orientações em relação aos direitos legalmente garantidos, além de serem concretizados diversos encaminhamentos à rede de atendimento e políticas sociais quando era necessário, com vistas à viabilização da garantia de direitos.

Outro objetivo trabalhado com o grupo foi no sentido de despertar a possibilidade de renda extra. A profissional criou mecanismos para divulgar o trabalho de duas participantes, uma que possuía uma atividade relacionada à alimentação e outra que produzia artesanato. Incentivou-se, ainda, a busca por qualificação profissional e muitas se mostraram interessadas em um curso de informática que posteriormente seria oferecido pelo mesmo espaço sócio-ocupacional a este município.

No momento de encerramento desta série de encontros, o grupo já conseguia apresentar críticas propositivas e sugestões para melhorar as condições de trabalho no qual estavam inseridas, demonstrando tímidos indícios de emancipação para compreender e intervir na realidade e na luta social, dos quais pode-se destacar a busca por melhores espaços de trabalho e por qualificação profissional.

A instituição solicita que ao final dos encontros, os/as participantes realizem uma avaliação sobre o conhecimento adquirido, materiais e recursos utilizados, desempenho do/a instrutor/a e sobre quanto esse conhecimento será útil na vida pessoal e profissional do/a participante. Da compilação destas informações, pode-se afirmar que os objetivos propostos pelo trabalho de promoção social da instituição foram alcançados.

Enquanto assistente social, pode-se perceber que os objetivos deste trabalho também foram contemplados, embora se reconheça a necessidade de continuação desse processo de informação e busca pela garantia dos direitos deste público, tendo em vista que ainda existe um vasto caminho a ser percorrido quando se trata de direitos sociais.

Dessa forma, o trabalho com grupo possibilitou despertar as potencialidades nos âmbitos pessoal e profissional dos sujeitos atendidos, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, trazendo para elas o início do desenvolvimento da consciência crítica para entenderem a condição de oprimidas e agirem em favor da própria libertação do contexto de vulnerabilidade social através da preparação para inserção no mercado de trabalho formal.

Dimensão educativa no trabalho social

Para falar sobre o contexto socioeducativo no Serviço Social, se faz necessário um olhar atento para compreender a profissão desde seu surgimento e neste intuito, é importante lembrar que o trabalho com grupo é intrínseco ao Serviço Social desde os primórdios da

profissão⁶. No início a atuação profissional se dava através do atendimento direcionado a caso, grupo e comunidade, quando a prática com grupos era uma habilidade utilizada para a intervenção profissional junto ao atendimento do “cliente”⁷.

O Serviço Social é uma profissão que surgiu atrelada à forte dominação da igreja católica, embasada pelo positivismo com intervenção pautada na caridade e benevolência, buscando o fortalecimento do “cliente”, enquanto pessoa humana. Porém, com o passar dos anos, teve-se avanços significativas dentro dos parâmetros de atuação do/a assistente social, a profissão como um todo passou por transformações teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas, sendo importante destacar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social ou Movimento de Renovação do Serviço Social⁸.

Esse movimento teve início nos anos de 1960, no contexto da ditadura militar, quando os/as assistentes sociais despertaram questionamentos em relação à forma de intervenção, assim como os métodos e práticas que embasavam a atuação profissional.

Nesse período, eclode o Movimento de Reconceituação, que decorre de um amplo movimento ocorrido no Brasil e na América Latina, quando os

⁶ Práticas de caráter caritativo como a oferta de bens e serviços por intermédio de favor, doação e benevolência são ações de assistencialismo que sempre estiveram presentes na história da humanidade. As práticas de caridade eram prestadas pela igreja, mulheres da sociedade burguesa e agentes filantrópicos. Pautadas na moral cristã, eram ofertadas roupas, alimentos, entre outras coisas, aos pobres, as crianças, aos idosos, as pessoas enfermas e as pessoas com deficiência.

⁷ Essa terminologia era utilizada nos primórdios da profissão para se referir aos usuários.

⁸ Para o professor Paulo Netto (2004) o elemento constitutivo da Renovação do Serviço Social está nas elaborações teóricas referentes à profissão e no debate teórico-metodológico principalmente na inserção da profissão no circuito universitário. O autor ainda ressalta que a reconceituação, ou reconceitualização do Serviço Social está vinculada às questões sociopolíticas da década de 1960, em um movimento de questionamento dos profissionais frente às manifestações da “questão social”, adequação profissional frente às particularidades regionais; questionamento sobre a eficácia e eficiência das representações.

assistentes sociais colocam em questão a profissão, sua prática profissional, seus fundamentos e seu modo de interpretar a realidade social. Tal movimento possibilitou a construção da renovação do Serviço Social brasileiro e latino-americano, deflagrando outras possibilidades de construção interventiva, dentre elas, o trabalho socioeducativo. (TORRES, 2014, p.4).

A autora ainda complementa que esse movimento de renovação intensifica as dimensões constitutivas do exercício profissional, ou seja, a dimensão política e a dimensão investigativa da profissão (TORRES, 2014, p.4).

Segundo Yamamoto, este momento marca para a profissão o período com maior nitidez “(...) teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício”. (2008, p. 232).

O Serviço Social contemporâneo está pautado na perspectiva crítica e embasado pela habilidade analítica e interventiva, consolidando-se enquanto profissão a partir das dimensões teórica e metodológica, ética e política e técnica e operativa.

A perspectiva crítica referenda o projeto societário da classe subalterna, em articulação aos movimentos sociais que, naquele momento, expressavam esse projeto [...]. Essa perspectiva valorizava a prática política dos profissionais, entendendo que esta reforçava a possibilidade de construção de um projeto de sociedade articulado a um projeto profissional. Os assistentes sociais que compartilham dessa direção entendem que seu papel fundamental é o de contribuir para o fortalecimento, organização e mobilização social dessa classe na luta por melhores condições de vida, lutando também pelos direitos sociais. (TORRES, 2014, p.4.)

Essa busca pela efetivação dos direitos sociais também reforça a inquestionável função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Para Abreu (2002) tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação,

interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionado anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade. “O trabalho socioeducativo tem sido utilizado tanto na abordagem individual, a abordagem grupal, bem como no reconhecimento do território, na perspectiva da implantação dos sistemas de proteção social apenas das políticas públicas”. (TORRES, 2014, p.8).

Neste momento tinha-se conhecimento de que “o serviço social foi umas das primeiras profissões a reconhecer explicitamente que os grupos podem ser orientados de forma a obterem em seus participantes as modificações necessárias”. (CARTWRIGHT; ZANDER, 1969, p.608). Essa citação confirma que o Serviço Social desde sua gênese trabalhou com grupos, reconhecendo essa atuação como um meio para alcance da orientação coletiva. O trabalho socioeducativo configura-se como:

[...] uma ação com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios [...] contribuir para a formação de uma consciência crítica entre sujeitos, através da apreensão e vivência da realidade, para a construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, mediante a experiência de relações horizontais entre profissionais e usuários. (LIMA; MIOTO, 2011, p. 216-217).

Desse modo, o relato de experiência apresentado sobre a execução do trabalho em grupo busca contemplar a importância da dimensão pedagógica e socioeducativa do trabalho do/a assistente social.

Para Miotto (2009, p.504) através do processo educativo o usuário pode ter mais autonomia “para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instancias da esfera pública, especialmente nas de controle social”.

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associada indissolavelmente à sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se reduz a um não poder transpor os limites que lhe são impostos

pelo próprio mundo, do que resulta que este ser não é capaz de compromisso. [...] É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis. (FREIRE, 1982, p. 16-17).

O trabalho com grupo representa uma estratégia interventiva na qual o/a assistente social deve articular as diferentes dimensões que compõem a práxis profissional, atuando com uma ação socioeducativa que objetiva a socialização de informações e a prática reflexiva dos sujeitos envolvidos, desenvolvendo habilidades de reflexão crítica do cotidiano e sua imediatividade, bem como a capacidade de autonomia, possibilitando a transformação social.

[...] cabe ao profissional socializar o seu saber, socializar as informações acerca dos serviços e recursos sociais, incentivando a elevação do nível de conhecimento em que os sujeitos envolvidos no trabalho socioeducativo se encontram, a buscarem a educação formal, entre outras. Tudo isso tendo em vista que na luta pela reivindicação de seus direitos é preciso ter o máximo de informações possível, ter argumentos para contestar, negociar, convencer; caso contrário facilmente se abandona a luta. (GIAQUETO, 2015, p.26).

A priori nota-se que contemporaneamente, existe pouco desenvolvimento e produções teóricas sobre essa temática, limitando a compreensão profissional e construção coletiva do conhecimento.

Outra questão que também é importante considerar são os espaços sócio-ocupacionais de atuação do/a assistente social no trabalho com grupo, nos quais, muitos apresentam cotidianamente demanda ao trabalho do/a profissional que requer agilidade, praticidade e o olhar interventivo. Abarcar a demanda e estar apto a realizar a leitura da conjuntura na qual irá atuar é imprescindível ao assistente social. E esse olhar deve partir da compreensão que a sociedade, por sua vez, apresenta-se em constante transformação, abrigando as camadas da população que vivenciam suas

fragilidades, na qual a desigualdade social é potencializada pelo sistema capitalista que reverberam no contínuo abrolhar das expressões da questão social.

Diante destes contextos, tem-se no trabalho coletivo uma oportunidade de atuação e intervenção, no entanto, se faz necessário compreender que:

As relações grupais e o trabalho com grupos são por excelência o instrumento de trabalho coletivo e instrumento de organização. É através desta relação e da força que ela representa que os dominados podem explicitar suas reivindicações e seus interesses. Qualquer assistente social que faça uma opção pelo trabalho voltado para os interesses das classes populares utilizará relações grupais, mas para isso tem de entender o que são estas relações grupais e como se dão tendo em vista um trabalho coletivo. (VASCONCELOS, 1985, p. 27).

Para atuar com as relações grupais o/a assistente social precisa pautar-se, dentre outras, na dimensão técnico-operativa, constituída por instrumentos e técnicas que embasam a profissão e fornecem subsídios para sua intervenção. Neste sentido, segundo Guerra: “Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa”. (2000, p.12).

Por sua vez, esse profissional passa a ter uma visão crítica sobre a realidade, e segundo Iamamoto (2003, p.20):

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Para Iamamoto (2003) o/a assistente social encontra na questão social a sua base de fundação, como especialização do trabalho, sendo esta considerada como um conjunto das expressões das desigualdades apresentadas pela sociedade capitalista madura.

Vivencia-se atualmente uma vasta exclusão social, a acumulação de capital gera cada vez mais desigualdades, desta forma, as expressões da questão social encontram-se cada vez mais agravadas.

A atuação deste profissional requer um olhar crítico analítico, que questione e proponha alternativas, pautado no projeto ético-político hegemônico, assumindo o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a ampliação da cidadania, com a qualidade dos serviços prestados, com a luta em favor da equidade e da justiça social, do pluralismo, dentre outros direitos.

Para tanto, a intervenção do/a assistente social pode acontecer a partir das abordagens individual, coletiva e administrativo-organizacional. Este texto busca focar na intervenção coletiva e mais especificamente no trabalho com grupos. A intervenção do/a assistente social através da abordagem coletiva sempre esteve presente na profissão, com um olhar que ultrapassa os limites da singularidade, buscando uma interpretação ampla, a partir da complexidade das relações sociais, de classe e de poder.

Os grupos estão presentes na sociedade como um todo, compondo o seu próprio movimento, constituindo-se através da comunidade, família, ambiente de trabalho, lazer, igreja, dentre outros.

[...] no trabalho com a coletividade o Serviço Social tem a oportunidade de atuar por meio dos processos político-organizativos, quando as ações, ao serem articuladas, privilegiam e incrementam as discussões, encaminhando as para a esfera pública. Nesses processos, o foco consiste em dinamizar e instrumentalizar a participação dos sujeitos, considerando seu potencial político e seu tempo. Apesar de abarcarem as demandas imediatas, a ação prospecta, a médio e longo prazo, a construção de novos padrões de sociabilidade, de novas e diferenciadas soluções aos problemas que são comuns, guiada pela ideia de democratização dos espaços coletivos. (MARCIMIM, 2016, p.63 apud MIOTO; LIMA, 2009).

Para tanto, se faz necessário partir da reflexão crítica, através de debates, discussões, construções coletivas de estratégias de enfrentamento frente às expressões da questão social vivenciados por determinado grupo.

A ação profissional adquire uma dimensão educativa quando busca ir além da conquista por direitos e do imediatismo, iniciando uma caminhada no sentido de desvelar as relações de classe. Um dos principais meios para se conseguir essa reflexão é através do trabalho coletivo. Não se pode deixar de buscar a compreensão sobre a sociedade contemporânea, onde a divisão de classes, a exploração e a mais-valia agravam cotidianamente as diversas expressões da questão social, objeto de trabalho do/a assistente social.

No entanto, essa divisão de classe, está além da questão econômica, ultrapassando o viés social, político e intelectual.

A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações ideais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2002, p. 48).

Neste sentido, conhecendo o fenômeno social da divisão de classes na sociedade capitalista, parte-se da premissa que o/a assistente social, precisa desenvolver habilidades e competências pautadas no olhar crítico e propositivo. Dessa forma, este profissional é um educador que atua diretamente com a população para intervir, transformar e desenvolver potencialidades junto a seus usuários.

Considerações finais

Buscou-se através deste relato de experiência mostrar a atuação do/a profissional de Serviço Social em uma função que embora seja nomeada pela instituição contratante como área de “promoção social”, não apresenta uma atuação privativa do/a assistente social e tampouco exige como quesito a formação em Serviço Social. Porém, neste caso abordado, a formação profissional

em Serviço Social fomentou a atuação e intervenção profissional, fornecendo embasamento na tomada de decisão e desenvolvimento do trabalho.

É preciso um questionamento sobre a terminologia “promoção social” pois ela pode, em alguns contextos, estar atrelada a posturas, ações e reflexões profissionais que não estão pautadas na teoria crítica e na busca pela emancipação do sujeito.

O/A assistente social está preparado para atuar, independente do espaço sócio-ocupacional, diretamente com as inúmeras expressões da questão social e é no cotidiano de intervenção que surgem as possibilidades de transformação da realidade e emancipação do público usuário.

A abordagem grupal é um forte aliado da profissão enquanto instrumental técnico-operativo. É por meio das abordagens grupais que os encontros foram desenvolvidos, possibilitando o diálogo e a reflexão crítica entre as/os participantes. A dimensão educativa proporciona o fortalecimento da categoria nos espaços sócio-ocupacionais de atuação e amplia a rede de possibilidades para o/a assistente social.

[...] pode ser considerado não somente em seus aspectos técnicos — referentes ao “fazer” — mas nas implicações sócio-políticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade (TRINDADE, 2001, p. 22).

As dinâmicas, dentro do contexto do Serviço Social, foram utilizadas como estratégia para provocar as discussões grupais, visando incentivar a autonomia, a criação de laços afetivos e a empatia, possibilitando um espaço democrático e participativo para o convívio social e a construção da reflexão crítica de conhecimentos coletivos através do reconhecimento delas como protagonistas da própria vida em sociedade.

Durante o desenvolvimento das atividades, desde o planejamento à execução das reuniões e temas trabalhados, destaca-se o trabalho realizado pela profissional de Serviço Social,

que de acordo com Yamamoto (2001), as possibilidades são dadas para o/a assistente social em contato com a realidade. Assim, cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las.

Destaca-se, ainda, que a atual conjuntura neoliberal, onde as políticas públicas atendem os interesses da classe dominante, exigem do/a profissional para além de um tarefeiro de políticas sociais, que seja capaz de formular propostas de trabalhos e apresentá-los à instituição, defendendo sempre os valores e princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

Conclui-se que cada espaço sócio-ocupacional exige do/a assistente social uma demanda específica e desta forma este profissional deve fundamentar suas ações nos valores previstos no seu Código de Ética, na lei de regulamentação da profissão (Lei Federal 8.662/1993) e nas legislações específicas que regulamentem e orientem a política pública do espaço no qual o/a profissional está inserido.

Deste modo, além de se aprofundar na teoria social crítica, faz-se necessário uma constante busca por parte do/a profissional para se apropriar de suas competências e habilidades em sua totalidade, questionando práticas e posicionamentos que são pautados na ajuda, culpabilização dos sujeitos e ações que visam à conscientização, sem uma busca por questionamento da realidade.

A partir do reconhecimento da importância deste trabalho aqui apresentado, é que consideramos necessário ressaltar que a busca pela garantia dos direitos e construção do conhecimento coletivo ainda não é viabilizada para todos/todas de forma democrática e que ainda existe um vasto caminho a se percorrer.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Guia de orientação técnica** – SUAS nº 1 Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/scidadania/pdf/orientacao-ao-tecnica-cmas.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023

CARTWRIGHT, Dorwin.; ZANDER, Alvin Frederick. (org.).

Dinâmica de grupo: pesquisa e teoria social II. Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam L. Moreira Leite. São Paulo: Herder, 1969.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de. **Modelos teóricos de Serviço Social de grupos:** adaptação ou transformação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: CFESS, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIAQUETO, Adriana (org.). **A dimensão educativa no trabalho social.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. *In:* CFESS; ABEPSS (org). Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000. [16] p. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 341-376.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Rev. Katál**, v.20, p. 77-85, 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Celia Tamaso. Ações educativas e Serviço Social: características e tendências na produção bibliográfica. **Rev. Temporalis**, Brasília, n. 21, p. 211-237, 2011.

MARCOMIM, Ivana. **Instrumental técnico-operativo do Serviço Social**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In*: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 497-512.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em Serviço Social**: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In*: CFESS; ABEPSS (org). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 1999, [22] p.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004,

RAMBO, Ricardo Albino. Emancipação na perspectiva de Paulo Freire. *In: Anais do IX Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire: utopia, esperança e humanização*. Taguara: FACCAT, 2016. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/rambo.pdf>. Acesso em dez. 2022.

SANTOS, Boaventura Souza. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica. *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n. 54, p. 197-215, jun. 1999.

TORRES, Mabel. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo assistente social: concepções e atividades desenvolvidas. *Rev. Libertas*. v. 14, n.2, [23] p. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18306/9533>. Acesso em: out/2022.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Rev. Temporalis*, Brasília, v. 2, n. 4, [24] p. 2001.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações Profissionais, Procedimentos e Instrumentos no Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas Sociais. *In: SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Iolanda. A Dimensão Técnico Operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 77-108.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *Interação no trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1985.

O ENSINO A RESPEITO DA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO NO SERVIÇO SOCIAL: uma experiência docente

Adriana Giaqueto Jacinto

Introdução

A elaboração de documentação contempla diversas formas de registro e sistematização do trabalho do/a assistente social, entre elas, o relatório social.

No processo de formação profissional em Serviço Social, o conteúdo referente à elaboração de relatórios faz parte da abordagem a respeito da instrumentalidade, que por sua vez, integra disciplinas que tratam do trabalho do/a assistente social, não havendo uma grade curricular estanque e homogênea para todos os cursos de Serviço Social no Brasil.

Na década de 1990 o debate no âmbito do Serviço Social apontou para a necessidade de uma formação profissional situada dentro do contexto histórico-social, emergindo a premência de uma revisão curricular, alicerçada no projeto ético-político-profissional, tendo como grande desafio um salto qualitativo no processo de formação dos/as assistentes sociais. A referida revisão curricular culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, em 1996, oriundas de uma participação em âmbito nacional das unidades de formação profissional, mediante mobilização da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que subsidiaram a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social em todo país.

Com a promulgação da nova LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 9394, em 20 de dezembro de 1996, a ABEPSS

encaminhou a proposta para apreciação do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC), que foi aprovada em 03 de abril de 2001¹.

Em Yamamoto (2003), podemos apreender que há um “divisor de águas” entre o atual projeto de formação profissional e o currículo de 1982: - a questão social como base histórica fundadora do Serviço Social e a prática profissional como trabalho inscrito em um processo de trabalho. Por outro lado, há também um elemento de continuidade entre os dois projetos: - a adoção da teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social.

Neste contexto é que se situa o curso de Serviço Social aqui abordado², cujo currículo contempla, portanto, o ensino a respeito da instrumentalidade. As reflexões trazidas aqui são fruto da experiência enquanto assistente social no exercício da docência, especificamente na abordagem com os estudantes a respeito da construção do relatório.

Relato de uma experiência docente em Serviço Social no ensino de elaboração de relatórios sociais

A elaboração de relatórios é um conteúdo que consta na disciplina que trata da temática referente à instrumentalidade³. A

¹ Esta proposta, referendada pela então Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, assessora da Secretaria de Ensino Superior do MEC para assuntos relativos ao Serviço Social, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, onde sofreu forte descaracterização. Para conhecer com detalhes as alterações sofridas, ver Yamamoto (2007, p. 444). Em relação às Diretrizes Curriculares: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL, 2004.

² O curso de Serviço Social foi implantado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Unesp, campus em Franca em 1977 e passou por revisões curriculares em 1983, 2003 e 2009, estando em vigência desde então, o último Projeto Político Pedagógico e seu respectivo currículo.

³ No curso de Serviço Social da Unesp de Franca/SP esta disciplina no projeto político pedagógico vigente – de 2009 - é intitulada “Trabalho Profissional: instrumentalidade e dimensão educativa” e é ministrada no segundo semestre do

experiência enquanto docente desta disciplina por vários anos oportunizou o acúmulo de conhecimentos, mas principalmente, o anseio por buscar caminhos que facilitassem a apreensão dos conteúdos pelos estudantes e fomentassem a curiosidade crítica em relação ao fazer profissional do/a assistente social. Neste sentido, experimentamos diversas formas de trabalhar o conteúdo sobre instrumentalidade e aqui, trazemos uma delas, ou seja, o relato de uma dinâmica desenvolvida nas aulas para o ensino sobre instrumentalidade, e especificamente, sobre a elaboração de relatórios em Serviço Social.

Importante se faz destacar que a carga horária destinada ao ensino sobre documentação em Serviço Social, assim como instrumentalidade como um todo, na experiência relatada é insuficiente e este talvez seja o primeiro desafio a ser enfrentado no ensino deste conteúdo, fundamental no processo de formação em Serviço Social.

Apesar de todos os desafios, encontramos a coragem para trazer esta experiência e deixar abertas a portas da reflexão crítica, para que novos caminhos possam ser descobertos.

Primeiro passo: construção da demanda a ser atendida

Em subgrupos, os/as estudantes escolheram uma situação de atendimento de um dos campos de estágio (expressão da questão social) e a descreveram, observando os seguintes itens:

- 1 – Campo de estágio – local
- 2 – Este campo está situado dentro de qual política social setorial? (Assistência, Educação, Saúde, Previdência, Habitação, etc.)
- 3 – Qual foi a solicitação (demanda) do/a usuário?

terceiro ano, ou sexto período. Na última revisão curricular foi discutido sobre a importância de a temática a respeito da instrumentalidade ser trabalhada após o conteúdo sobre o método em Marx, para que os estudantes pudessem apreendê-la no contexto da mediação, contribuindo, assim, para a sua compreensão não na visão instrumental, tecnicista, mas dentro de uma abordagem na perspectiva do método marxista.

4 – O/A usuário veio encaminhado de algum outro local? Se sim, de onde?

5 – Descrição da situação do/a usuário com o máximo de detalhes.

Além dos itens citados, deveriam atentar-se à fundamentação teórica e jurídica necessária para a intervenção. Para tal, refletiram sobre as seguintes questões:

1 – Quais referenciais teóricos são necessários para embasar este atendimento? (Ou o que o/a assistente social precisa saber, em termos teóricos, para lidar com esta demanda?)

2 – Quais legislações podem ser usadas para embasar esta atuação?

Além dos aspectos citados realizaram também uma reflexão sobre a intervenção profissional, respondendo às questões:

1 – Qual foi a intervenção do/a assistente social? Quais instrumentos utilizou (entrevista, visita domiciliar, contatos com instituições, encaminhamentos, orientações, grupo, etc.)?

2 – Apontar outras intervenções que o/a assistente social poderia ter efetuado.

Segundo passo: discussão a respeito da demanda apresentada

- Plenária: Os/As estudantes sentados em círculo, discutiram sobre os possíveis encaminhamentos/ ações para as demandas apresentadas.

- Escolha de uma das demandas apresentadas (votação ou sorteio).

Terceiro passo: preparação para atuação e registro da intervenção

Cada participante recebeu um número (de 1 a 4), sendo que deveriam pesquisar e trazer para próxima aula, de acordo com seus números, os seguintes conteúdos:

1 – Análise de conjuntura:

1.1 Falar sobre a realidade mais ampla (capitalismo, neoliberalismo, precarização das políticas sociais, mudanças no mundo do trabalho)

1.2 Trazer indicadores sociais sobre a realidade abordada.

2– Informações sobre o espaço-ocupacional (trazer conteúdos sobre a área em que o espaço está situado (saúde, assistência, educação, criança e adolescente, sociojurídico, etc.).

3– Referenciais teóricos e legislações

4– Ações e instrumentos – trazer informações sobre as ações e instrumentos indicados (referências sobre).

Quarto passo – elaboração do relatório

Os subgrupos, de posse das informações combinadas, voltam a se reunir para elaboração de um relatório, o qual deveria conter:

- Identificação – dos sujeitos implicados na situação, da solicitação/demanda, local de atendimento.

- Breve histórico do caso - a descrição concisa da situação apresentada, de forma organizada.

- Análise da situação – informar como articulou os dados da realidade com o marco teórico-metodológico que orientou a ação e com seu conhecimento da área, das legislações em vigor e de outros estudos que embasem sua perspectiva analítica.

- Descrição das ações/ intervenção

- Conclusão ou parecer social (coerente com a solicitação)

Quinto passo – análise dos relatórios

- Roda de conversa sobre as dúvidas, sobre aspectos teóricos a respeito da elaboração de relatórios no Serviço Social e os apontamentos dos grupos.

A discussão sobre as demandas apresentadas, atendimentos sugeridos e relatórios elaborados propiciou a reflexão sobre a

atuação profissional, os desafios profissionais, os espaços ocupacionais, a leitura da realidade na perspectiva da mediação, a comunicação verbal e escrita enquanto signos ideológicos⁴, encaminhamentos e ações, os instrumentais e referenciais teóricos necessários para os atendimentos.

Podemos avaliar que houve um expressivo envolvimento dos/as alunos/as, considerando-se que pesquisaram, participaram na forma de exposição em grupos, participaram com dúvidas e questionamentos das aulas. Observamos, ainda, que a discussão sobre as possibilidades de encaminhamentos em relação ao trabalho do/a assistente social foi um dos assuntos que mais gerou o envolvimento e interesse da maioria dos alunos/as.

O relatório social como uma forma de registro e sistematização das ações no Serviço Social no contexto da mediação

A dinâmica adotada para o exercício de elaboração de relatórios em Serviço Social tem como conteúdo pedagógico inicial a própria prática dos/as assistentes sociais, observada e vivenciada junto com os/as estagiários/as, que trazem para a sala de aula estas vivências. Como vimos, os/as estudantes partem de uma situação de atendimento de um dos campos de estágio (expressão da questão social) e a descrevem. Após, em plenária, discutem sobre possíveis encaminhamentos, ações, uso de instrumentais, técnicas, estratégias.

Este se configura como um momento propício para trazer informações quanto aos conceitos de instrumentais, instrumentos, ações, procedimentos, técnicas, estratégias. Em Trindade (2012) encontramos conteúdo sobre as principais atribuições assumidas pelos/as assistentes sociais nos serviços sociais, os componentes da dimensão técnico operativa da profissão, abarcando as ações profissionais, procedimentos e instrumentos de caráter individual, de caráter coletivo, administrativo, de capacitação e de pesquisa, enfatizando que a perspectiva de abordagem adotada é histórica e

⁴ A este respeito, consultar Magalhães (2003).

teórica, a qual permite apreender o instrumental técnico-operativo na sua condição de parte da intervenção do Serviço Social.

Não estamos limitando o instrumental à condição de repertório interventivo, a um rol de instrumentos e técnicas que seriam suficientes para a eficiência da ação profissional. Nossa perspectiva teórica aponta a insuficiência de uma visão de instrumental técnico-operativo restrito à habilidade e ao manejo desse repertório, pois esta é uma concepção que isenta o instrumental de suas relações mais amplas, restringindo-o à sua condição de acervo técnico. (TRINDADE, 2012, p.71)

Iamamoto (2003), por sua vez, ressalta que “a linguagem é o instrumento básico de trabalho do/a assistente social” (p. 97), cujas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais com os quais atua. A mesma autora também destaca que a noção de instrumento deve ser ampliada, para abranger “o conhecimento como um meio de trabalho” (p. 62), sem o que o/a assistente social não consegue efetuar seu trabalho.

Magalhães (2003) vem somar às nossas reflexões, trazendo elementos para pensarmos sobre a linguagem, a comunicação escrita e verbal, a forma textual dos relatórios. Enfatizando que não existe certo ou errado na comunicação, mas a exemplaridade da língua num contexto sociocultural específico e, portanto, cabe ao/a assistente social manter uma relação de respeito no atendimento do usuário. A referida autora afirma:

Considerando que a palavra é um signo ideológico por excelência, as enunciações linguísticas trazem, em si, uma natureza social e exprimem a subjetividade inerente aos valores da particularidade de cada contexto social (sozinha, a palavra é neutra; só ganha conotação ideológica num contexto de comunicação). Logo, o material privilegiado da comunicação da vida cotidiana é a palavra. (MAGALHÃES, 2003, p. 29).

Ainda segundo Magalhães (2003), o discurso direto, ou a interação face a face expressa uma interação dinâmica, pois permite que a enunciação de um discurso se expresse não só pela palavra,

mas também pelo olhar, linguagem gestual, entonação; já a interação através da escrita tende a ser passiva, uma vez que a comunicação entre locutor e interlocutor não conta com a presença física do seu autor, que fica à mercê da interpretação, por isto, é importante atentar-se ao destinatário, ou seja, quem vai ler e com qual objetivo.

O relatório, enquanto um instrumento de trabalho utilizado no Serviço Social, é constituído do registro das ações e é fruto de escolhas do que o/a profissional elege como relevante registrar, bem como de análises, ambas fundamentadas pelo arcabouço teórico-metodológico, pela direção ético-política, pela visão de mundo, objetivos profissionais (nem sempre coincidentes com os institucionais) e pelos espaços ocupacionais de trabalho. Trata-se da sistematização do trabalho, que “é uma forma metodológica de elaboração do conhecimento. É mais do que a organização de dados, é um conjunto de práticas e conceitos que propiciam a reflexão e a reelaboração do pensamento, a partir do conhecimento da realidade”. (AZEVEDO, 2014, p. 173).

Podemos afirmar, ainda, que o relatório está interligado e depende da qualidade na execução de outras ações e instrumentos, pois são resultantes ou partes de um processo de trabalho do Serviço Social, cuja execução envolve, por sua vez, outros instrumentos, geralmente diretos ou “face a face” (MAGALHÃES, 2003; SOUZA, 2008), como a visita domiciliar, a entrevista, reuniões, etc. Os relatórios, portanto, configuram-se como um instrumento de trabalho indireto, ou “por escrito”, assim como a ata de reunião e o diário de campo, entre outros, os quais são utilizados após a utilização do instrumental face a face.

Segundo Souza, toda tentativa de classificação dos instrumentais é arbitrária⁵, pois estes “são construídos no cotidiano, isto é, não são estáticos, estanques: eles respondem às

⁵ De acordo com conteúdo de seu curso realizado para discentes da graduação do curso de Serviço Social, na Unesp/Franca, em 19/10/2022.

necessidades dos profissionais a partir de diferentes contextos e realidades sociais”. (2008, p. 132).

Assim, quando [...] se diz sobre a produção de documentos e a emissão/expressão de opinião técnica, está se falando da materialização do trabalho de assistentes sociais e sua expressão em diversos tipos de registros (documentais), e sobre a fundamentação do parecer e/ou conclusão - quando for o caso -, que podem ser expressos por meio da linguagem, na maioria das vezes escrita. Identificadas com a dimensão técnico-operativa da profissão mais diretamente, ou seja, a “forma de aparecer” da profissão, a produção de documentos e a emissão da opinião técnica requerem análise que considere a necessária indissociabilidade entre as três dimensões constituintes do projeto profissional do Serviço Social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, na sua constituição enquanto totalidade, conforme anunciado anteriormente. (CFESS, 2022, p. 17).

Os relatórios contêm descrições acerca da realidade, acompanhadas de sistematizações e análises, as quais irão embasar uma decisão acerca das demandas apresentadas, dando subsídio, portanto, a outras ações realizadas por outros/as profissionais. Desta forma, a aprendizagem a respeito da elaboração de relatórios sociais não tem como ficar circunscrita a um conjunto de técnicas e procedimentos, a manuais ou receituário, uma vez que pressupõe a aprendizagem da totalidade do conteúdo a ser apreendido no processo de formação profissional em Serviço Social, que inclusive não se fecha na conclusão da graduação, mas deve ser continuado considerando-se a dinâmica das relações e da realidade social.

Como as situações com as quais os/as assistentes sociais lidam cotidianamente são complexas e contraditórias, é preciso conhecer quais são as atribuições profissionais, buscar aprofundamento teórico-metodológico, assim como os fundamentos ético-políticos da profissão, para que haja escolhas coerentes, dentro de uma instrumentalidade na perspectiva da totalidade.

Conforme Guerra (2010), as técnicas e os instrumentos são de suma importância para os/as assistentes sociais, desde que sejam utilizados com recorrência a uma base teórica. Sem esse referencial, a profissão acaba por ser exercida de forma “utilitarista”,

“tecnocrática” e “instrumental”, apenas como um solucionador de problemas de forma imediata e pontual, sem que haja reflexão sobre estes. Além de adotar uma abordagem essencialmente tecnicista, os profissionais acabam “desconsiderando” o significado social e político da profissão. Ao contrário, na ótica marxista, o conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe-se o objeto e como chegou a ser o que é, quais seus fundamentos, sua capacidade de se transformar; o conhecimento vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. (GUERRA, 2009).

Para auxiliar nossa reflexão em relação à mediação⁶, sugerimos partir de um atendimento por meio de uma entrevista, em que o/a usuário/a que chega, traz uma história de vida com necessidades individuais que precisam ser atendidas; no exercício da mediação, o/a assistente social faz uma primeira leitura desta situação na sua singularidade. Podemos afirmar que ainda se configura como um conhecimento superficial, na sua aparência; existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na representação imediata da realidade. Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada em uma visão de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente, ou seja, como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, por meio de seus nexos com outras partes. O/A assistente social realiza uma aproximação com o plano das determinações universais (como a relação capital-trabalho, relação Estado-sociedade, leis de mercado, etc.). É necessário nesse plano, capturar a interferência das forças, das leis sociais, percebendo sua concretude. Uma vez capturadas as leis tendenciais na esfera da universalidade, elas passam a ser objetivadas, percebidas na realidade da vida singular, das relações

⁶ Para compreender a categoria mediação, há a contribuição de Pontes (2000, 2010):

cotidianas; o que era universal torna-se particular, sem perder seu caráter de universalidade nem tampouco de singularidade. Desta forma, quando os problemas apresentados pelo/a usuário/a, que à primeira vista são problemas isolados, passam a ser identificados como comuns a tantos outros indivíduos, grupos, segmentos sociais e aquela situação, aparentemente única, que se afigurava no plano da singularidade como problema individual-familiar, mediatiza-se. A mediação se dá pelas leis sociais, particulariza-se pelas determinações históricas, adquirindo, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais que compõem a realidade.

A totalidade das obras de Marx nos ensina, também, que toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento e é no confronto destas forças em oposição na realidade, que o método dialético permite ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. Deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, a realidade se coloca tanto como limites quanto como possibilidades. A categoria da contradição, neste sentido, configura-se como fundamental para a compreensão do trabalho do/a assistente social, uma vez que rompe com análises unilaterais que situam o Serviço Social exclusivamente ora na órbita dos interesses do capital ora dos trabalhadores.

Nesta linha de raciocínio, Yamamoto afirma em suas obras (1995, 2003, 2007) a possibilidade de a atuação do assistente social reproduzir, pela mesma atividade, interesses contrapostos, isto é, pode responder tanto a demandas do capital como as do trabalho, participando tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, pode dar respostas a necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução dos antagonismos desses interesses sociais.

A conjuntura que vivenciamos revela um contexto que favorece a retomada de antigas requisições ao Serviço Social, como de disciplinarização e controle das classes subalternizadas, as quais aparecem atualizadas, com a incorporação de modelos de gestão

capitalistas. Por outro lado, é preciso considerar o movimento contraditório, em que os/as assistentes sociais participam política e ideologicamente, o que ocorre através de todas as suas ações. Assim é que um relatório social, como qualquer instrumento de trabalho, tanto pode contribuir para reforçar situações de opressão dos/as usuários/as ou, ao contrário, ser usado na perspectiva da garantia de direitos.

Uma das condições para construção de relatórios sociais comprometidos com os direitos dos/as usuários/as é o conhecimento, que se configura, portanto, como competência fundamental no trabalho do/a assistente social. Desta forma, na dinâmica das aulas proposta para a aprendizagem a respeito da elaboração de relatórios sociais, os/as estudantes precisam buscar mais conhecimentos e trazer para as aulas.

Assim, precisam pesquisar e trazer os conteúdos sugeridos para a construção do relatório social, entre eles, sobre a conjuntura mais ampla, o conhecimento da realidade social, política, econômica e cultural e a compreensão de seu rebatimento na vida dos usuários, as políticas sociais, as legislações referentes, os instrumentais, a relação teoria e prática, as contradições entre as demandas institucionais e a afirmação do projeto profissional, o método na perspectiva crítica, que exige a articulação das particularidades dessa realidade, para além do que aparece no imediato dos fenômenos apresentados através das expressões da questão social.

A partir de todo o conhecimento que foi possível construir coletivamente, uma vez que este processo não se deu através de aulas expositivas, mas foi fruto da participação de cada estudante, em subgrupos, dedicam-se à elaboração do relatório da situação escolhida pela sala como um todo. Trata-se de um relatório de uma situação que para a maioria é fictícia, uma vez que a situação escolhida foi vivenciada por um dos/as alunos/as ou grupo de alunos/as em seus campos de estágio e neste sentido, os encaminhamentos a serem colocados no relatório, podem ser aqueles sugeridos em plenária. Neste momento é possível

conversar sobre diferentes tipos de relatórios, conteúdos, objetivos, destinatários, formatos, entre outros assuntos que são suscitados durante a dinâmica das aulas.

Fávero, Franco e Oliveira (2020), a respeito da comunicação escrita, afirmam que existem diferentes formatos de documentos, níveis de aprofundamento e reúne diferentes conteúdos, a depender da área de atuação, do objeto da intervenção, da finalidade à qual se destina. As autoras abordam sobre as modalidades mais comuns de documentos escritos no trabalho do/a assistente social, entre elas, o informe, o relatório, o laudo e o parecer, ressaltando que não existe uma padronização no Serviço Social ou diretrizes quanto aos conteúdos básicos que um relatório social deve conter e por isto, um relatório pode conter desde um informe breve até um laudo social, pode ser mais ou menos detalhado, “o conteúdo com maior ou menor nível de detalhamento, com maior ou menor ênfase analítica, vai sempre depender do objeto, dos objetivos e da finalidade do registro, isto é, por quê, o quê e para quê registrar” (FÁVERO; FRANCO; OLIVEIRA, 2020, p. 68).

Seguindo os passos da dinâmica proposta, temos que após a elaboração dos relatórios pelos grupos, os comentários e sugestões não são realizados apenas pelo/a professora/a, mas por todos em conjunto, através de roda de conversa, em que os estudantes sentam em círculo, após terem trocado os relatórios para leitura e trocam sugestões, dúvidas, informações.

Esta dinâmica adotada para o exercício de elaboração de relatórios sociais, como vimos, é diferente das aulas convencionais, em que predominam as exposições teóricas pelos docentes e avaliações do conteúdo apreendido. É um processo bastante exigente, por parte do/a professor/a, bem como dos estudantes, uma vez que se não houver um envolvimento, participação e dedicação de forma coletiva, a aprendizagem fica prejudicada. Tivemos como inspiração para a construção desta dinâmica, as ideias do educador Paulo Freire, a respeito das quais, pretendemos dialogar um pouco mais a seguir.

Aprender como fazer: a educação freiriana como fonte de inspiração

Retomando o relato da experiência docente no curso de Serviço Social, cujo conteúdo pedagógico foi a elaboração de relatório social, tivemos como inspiração para as aulas, as ideias do educador Paulo Freire e a dinâmica proposta teve a intenção de envolver os estudantes no processo de construção de conhecimento, em que pudessem se identificar como sujeitos e não como receptores passivos de um conteúdo, como ocorre na “educação bancária” (FREIRE, 1982).

Freire criou uma compreensão de educação, uma epistemologia, dentro da qual existe a possibilidade de que as pessoas se alfabetizem lendo a palavra, ao mesmo tempo que leem o mundo, através da conscientização. Trata-se de uma leitura de mundo através da educação não bancária, mas que passa pelos temas fundamentais de sua obra: inacabamento, conscientização e práxis transformadora.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 2002, p. 13)

O ponto inicial para o exercício de elaboração de relatórios foi a própria realidade vivenciada pelos/as estudantes no estágio supervisionado, que serviu como primeiro laboratório prático, de onde precisaram extrair relatos de atendimentos efetivamente realizados pelos/as assistentes sociais supervisores de campo e acompanhados por eles. Estas experiências foram trazidas e compartilhadas com a sala de aula.

Neste momento, o conteúdo trazido pelos/as alunos/as configurou-se como matéria prima para a construção das aulas, que passa a ser coletiva, dependendo do diálogo entre todos os envolvidos – estudantes e professora. “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conjunto programático da situação ou ação política, acrescentemos”. (FREIRE, 1982, p. 101)

O diálogo, no pensamento de Paulo Freire, constitui elemento fundamental no processo de educação popular, uma vez que é o encontro dos homens e mulheres, mediatizados pelo mundo. Não é o momento onde só um expõe suas ideias, mas o momento em que dois ou mais trocam, aprofundam e lançam ideias

Nesse sentido, não cabe ao/a educador/a que se pretende dialógico/a e problematizador/a impor conteúdos, mas sim devolver de forma sistematizada conteúdos que ele/a apreendeu dos saberes dos próprios educandos. Trata-se de um saber construído em diálogo permanente.

É importante valorizar o conhecimento do educando, mas partindo daí, a curiosidade do/a educando/a para o conhecimento tem que ser aguçada. Nas condições de verdadeira aprendizagem, os/as educandos/as vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Se o diálogo é o encontro entre o refletir e o agir, não se reduz ao ato de depositar ideias nem simples troca de ideias a serem consumidas pelos/as envolvidos/as neste processo. (FREIRE, 1982).

O importante, sobretudo, é ligar, sempre que possível, a pergunta e a resposta a ações que foram praticadas ou a ações que podem vir a ser praticadas ou refeitas. Eu não sei se fica claro o que digo. Parece-me fundamental esclarecer que a tua defesa e a minha, do ato de perguntar, de maneira nenhuma tornam a pergunta como um jogo intelectualista. Pelo contrário, o necessário é que o educando, ao perguntar sobre um fato, tenha na resposta uma explicação do fato e não a descrição pura das palavras ligadas ao fato. É preciso que o educando vá descobrindo a relação dinâmica, forte, viva, entre palavra e ação, entre palavra-ação-reflexão. (FREIRE, 1985, p. 26).

Fez parte do desafio da dinâmica das aulas, mobilizar nos/as estudantes a efetivação da práxis (relação teoria-prática) no decorrer de todas as etapas. Todo o processo de construção das aulas era educativo, em que cada participante podia ir descobrindo a necessidade da rigorosidade na busca, isto é, exigia uma dedicação individual e coletiva, em que a contribuição de cada envolvido era considerada como fundamental.

Um dos desafios encontrados nesta dinâmica das aulas, é que os/as estudantes vivenciaram, ao longo da sua trajetória de aprendizagem, mais a “educação bancária” (FREIRE, 1982), aquela que ensina a repetir palavras, a decorar conteúdos vazios, sem reflexão crítica, o que seria o oposto das ideias de Paulo Freire. Como exemplo de seu entendimento sobre o processo de aprendizagem, podemos recorrer ao que ele afirma no livro *Pedagogia da Tolerância*: “para mim, o processo de aprender, o processo de ensinar são, antes de tudo, processos de produção de saber, de produção de conhecimento, e não de transferência de conhecimento” (2004, p.135)

Neste sentido, é muito comum que os/as estudantes esperem por modelos prontos de relatórios, por um roteiro que facilite a escrita, por regras, por treinamento de elaboração de documentos, por respostas prontas, por receituários ou manuais, o que ocorre com o ensino em relação a todos os instrumentais. É importante lembrarmos, ainda, que o registro da informação está ligado de forma inseparável à sistematização e reflexão desta ação, o que pressupõe escolhas profissionais.

Apostamos como via de superação para os principais desafios encontrados, portanto, no diálogo, lembrando que o diálogo verdadeiro pressupõe sujeitos da comunicação, em que ambos os/as comunicantes têm algo a dizer e, portanto, devem ser ouvidos. Aliás, escutar é o primeiro passo no processo que se quer construir de comunicação, pois é escutando que se aprende a falar com o outro e não a ele. Para saber escutar é preciso primeiramente controlar a necessidade de dizer sua palavra, para que tendo o que dizer não seja o único a dizer. (FREIRE, 1982)

Neste processo de diálogo, é importante lembrar juntamente com os/as educandos/as, que o relatório é uma das pontas do “iceberg”, que se configura como o fazer profissional do/a assistente social, uma vez que a realidade em sua totalidade contém também os objetivos profissionais, os instrumentais na perspectiva da mediação, a escolha por um método, o projeto ético político, referenciais teórico-metodológicos, escolhas éticas e políticas, todo o conhecimento, enfim, possível de apreender no processo de formação profissional em Serviço Social.

A dinâmica aqui trazida para se trabalhar a aprendizagem a respeito de relatório é uma das infinitas construções possíveis de metodologia na perspectiva dialógica proposta por Freire. Assim como ele não aceitava a ideia de que suas ideias fossem interpretadas como métodos enquanto modelos, também não tivemos a intenção de propor um modelo de aula, pelo contrário, nossa intenção foi suscitar a possibilidade de outras dinâmicas, diferentes de todas as que já vivenciamos e estas só podem ser construídas com cada grupo, em seu contexto histórico.

[...] o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados pela realidade, portanto na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não se deve pensar na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos, de uma realidade. (FREIRE, 1982, p.73)

Considerações finais

A abordagem sobre relatórios em Serviço Social pressupõe tratar de todos os outros instrumentais, de forma articulada, de todo o referencial teórico metodológico construído pela profissão, do projeto ético político, das competências e atribuições, de todo o fazer profissional, enfim.

A aprendizagem a respeito do relatório em Serviço Social exige o domínio não somente da escrita, mas de escolhas que vão desde o primeiro atendimento, sendo resultado de todas as ações

desenvolvidas, como já foi dito, configura-se como uma das pontas do “iceberg”, que é o trabalho do/a assistente social.

Não existe um modelo único de relatório em Serviço Social, exatamente por não haver modelos para a atuação, a qual está diretamente relacionada às escolhas ético-políticas e teórico-metodológicas, dimensões que no exercício profissional revelam-se indissociáveis.

O relatório contém e expressa também a dimensão educativa de todo o trabalho do/a assistente social, a qual sedimenta as demais dimensões, por abarcar o objetivo profissional na direção do projeto ético-político e envolve estratégias na busca por efetivação deste objetivo.

A bússola usada para não nos perdermos em relação ao direcionamento ético-político, é atentarmos se o relatório, como todos os instrumentos estão sendo voltados para a perspectiva da emancipação humana, ou seja, se de fato o/a assistente social está se colocando como aliado daqueles/as que cotidianamente vivenciam a injustiça e a desigualdade social.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**. Formação profissional: trajetos e desafios. São Paulo, Cortez, n. 7, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS). *In: Coletânea de Leis e Resoluções*. Assistente social: ética e direitos. 4. ed. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2004.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. A dimensão ética da sistematização do exercício profissional. **Rev. Serviço Social em Revista**, Londrina, v.16, n.2, p. 166-185, jan./jun. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS).
Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo conselho federal de Serviço Social: relatório final. Brasília: CFESS, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS).
Produção de documentos e emissão de opinião técnica em serviço social. Brasília: CFESS, 2022.

FÁVERO, Eunice Teresinha; FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva; OLIVEIRA, Rita de Cassia Silva. Processos de trabalho e documentos em serviço social: reflexões e indicativos relativos à construção, ao registro e à manifestação da opinião técnica. *In* CFESS (org). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** - volume 2, Brasília: CFESS, 2020, p. 43 - 80

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 8 ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.) **Paulo Freire:** pedagogia da tolerância. Série Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2004

GUERRA, Yolanda. A Dimensão Investigativa no Serviço Social. *In:* CFESS; ABEPSS (Org). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 701 – 718.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem.** Relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Editora Veras, 2003.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. *In: CFESS; ABEPSS (Org.) Capacitação em Política social e Serviço Social.* Volume 4. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2000, p. 36 – 49.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo serviço social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Rev.Emancipação,** Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In* SANTOS, Claudia Monica; BACKX, Sheila. e GUERRA, Yolanda. (orgs.) **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 69 – 102.

**AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR:
a instrumentalidade do Serviço Social no
acompanhamento às famílias**

Geisa Araujo de Almeida Sbaraglini
Josiene Camelo Ferreira Antunes
Vanessa Queiroz Castro

Introdução

A proposta deste artigo é de abordar a instrumentalidade no exercício profissional do/a assistente social, por meio de uma situação empírica, ilustrada a partir de um relato de experiência, referente ao acompanhamento das famílias que estiveram com o poder familiar suspenso, devido à aplicação da medida de proteção de acolhimento institucional e/ou familiar, prevista no artigo 101, inciso VII e VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, também contribuir com a reflexão a respeito da instrumentalidade do trabalho do/a assistente social que atua no acompanhamento às famílias que vivenciam situações de risco pessoal e social. O relato parte da experiência profissional de uma das autoras que exerce sua função de assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e esta atuação é articulada com outros órgãos e espaços ocupacionais da rede do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O processo de acompanhamento das famílias traz em seu bojo as expressões da questão social e o/a assistente social necessita atuar em uma perspectiva dialética e hegemônica, buscando proporcionar meios para superação das desproteções familiares, as quais são permeadas pelas desigualdades sociais, e estas famílias

geralmente vivenciam os rebatimentos de um contexto neoliberal. Neste sentido, é necessário que o/a profissional compreenda a realidade vivenciada pela família, a fim de proporcionar novas vivências e despertar novos caminhos, zelando pelo atendimento digno e fortalecendo o caráter protetivo a todo o núcleo familiar. Portanto, essas situações evidenciam o desafio do trabalho do/a assistente social, exigindo articulações e compromisso ético-político em sua atuação, visando à garantia integral dos direitos da criança e do adolescente.

Dentre as muitas histórias das famílias que são atendidas e acompanhadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do Serviço Especializado de Atendimento às Famílias e Indivíduos (PAEFI), tivemos uma difícil reflexão para eleger uma delas¹, a qual possibilitasse elucidar a análise sobre a importância da instrumentalidade no cotidiano do trabalho do/a assistente social, e a efetivação deste trabalho com a dimensão educativa na perspectiva do projeto ético-político.

O relato de experiência permite a apresentação crítica de práticas e intervenções profissionais, e este aqui destacado, está baseado no acompanhamento das famílias atendidas pelo CREAS, em razão da excepcionalidade do momento vivenciado pela família, bem como o afastamento do convívio familiar.

Desta forma, busca-se abordar as dimensões educativas e técnico-operativas da instrumentalidade do Serviço Social referente às questões relativas às violações de direitos das crianças e adolescentes. Inicialmente relataremos a situação vivenciada pela família atendida na rede de proteção, e após, o trabalho do/a assistente social abordando a relevância da sua dimensão educativa e os instrumentos técnico-operativos utilizados.

¹ Situações verídicas nos inspiraram, mas com vistas a resguardar os devidos sigilos, atribuímos nomes fictícios às pessoas que fazem parte deste relato de acompanhamento no CREAS, assim como alteramos algumas informações da situação em foco.

Relato de experiência do/a assistente social na proteção social especial

O PAEFI realiza atendimentos com famílias e indivíduos que vivenciam a situação de direitos violados e que podem estar com os vínculos fragilizados ou rompidos. O caso apresentado é de uma família que vivenciou o afastamento do convívio familiar dos seus filhos, em decorrência da aplicação da Medida de Proteção prevista no artigo 101, inciso VIII² da Lei 8.069/90, que dispõe sobre o ECA e dá outras providências.

É importante salientar que o ECA prevê em seu artigo 19, que:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990).

Neste sentido, o ECA possui, dentre os seus princípios, a defesa da criança e do adolescente, que devem ser protegidos pela família, Estado e pela sociedade, priorizando a garantia de direitos fundamentais, promovendo os cuidados quando os pais ou responsáveis não estão com condições de realizá-los.

Destacamos o artigo 98, da Lei 8069/90, que informa quando as Medidas de Proteção são aplicáveis:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990)

No caso que apresentaremos, houve a suspensão do poder familiar dos pais, sendo que este é compreendido como o dever que os pais possuem em relação aos filhos, não apenas em relação à

² VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (BRASIL, 1990)

educação e cuidados, mas também de proporcionar o desenvolvimento integral das crianças e todas suas potencialidades.

As informações foram obtidas por meio da leitura de prontuários e dos instrumentais de estudos de caso realizados pela rede do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). O relato retrata o acolhimento de três crianças, após o acionamento do Conselho Tutelar, pela Polícia Militar. O fato apontado traz em seu bojo, que a Polícia Militar estava na residência da família e observou as crianças em situação de desproteção social³, pois elas se encontravam em um local onde várias pessoas faziam uso de psicoativos⁴ e os responsáveis por elas não foram identificados. No imóvel foram localizados substâncias psicoativas e um montante de dinheiro advindo do comércio ilegal, de acordo com os relatos dos policiais militares, e segundo informações de colaterais, a genitora da criança não se encontrava no local. Ainda havia relatos que a residência não apresentava condições de habitabilidade e higiene, bem como não havia indício de alimentos no imóvel.

As três crianças foram identificadas como filhos de Maria, sendo Rita, com sete meses de idade; José, com quatro anos, e Alice, com sete anos. Das três crianças, apenas Rita tinha a paternidade reconhecida, e o seu genitor, encontrava-se recluso, não sendo possível identificar se havia demais membros da família paterna que pudessem cuidar da criança, pois as pessoas que estavam no

³ Terminologia utilizada na dissertação de mestrado: “Serviço Social e avaliações de negligência contra criança e adolescente: Debates no Campo da Ética Profissional”, de Berberian, pois o termo “negligência” vem sendo problematizado/criticado pelo Serviço Social por invisibilizar as desproteções sociais vividas pelas famílias. (BERBERIAN, 2013)

⁴ É importante destacar o termo usuário/a de psicoativos, o qual é utilizado no debate da categoria do/a Assistente Social com relação à responsabilidade ética no exercício profissional e na defesa do projeto ético político, de acordo com as reflexões e compreensão crítica da série Assistente Social no combate ao preconceito: o estigma no uso de drogas. A intervenção profissional deve ser evidenciada por ações emancipatórias superando as ações e visões estigmatizantes e do senso comum. (BRITES, 2016).

momento da abordagem da polícia e atuação do Conselho Tutelar, não souberam mencionar.

Durante a ocorrência, a avó materna se deslocou até o local dos fatos, devido ao aviso da vizinhança, e justificou ao Conselho Tutelar e aos Policiais que possuía a guarda da criança Alice. Porém, devido às dificuldades vivenciadas pela mesma, permitiu que a neta ficasse junto da sua genitora, e também para que auxiliasse a genitora nos cuidados com os irmãos. Em seguida, enfatizou a avó, que não tinha conhecimento de que sua filha teria retornado a fazer uso de psicoativos, bem como a prática do tráfico para manter o sustento de sua dependência. Na ocasião, a avó relatou, ainda, que não poderia auxiliar nos cuidados dos netos, pois tinha vários problemas de saúde mental, psíquica e física que a limitavam; não possuía renda e não havia outros familiares que pudessem auxiliar nos cuidados com as crianças, a fim de evitar o acolhimento, devido à prisão da filha.

Mediante os fatos, as crianças foram inicialmente encaminhadas para um Serviço de Acolhimento Institucional⁵, devido ao fato ter ocorrido na madrugada. Após o contato da central de vagas com o Serviço de Acolhimento Familiar e localizada a família acolhedora,⁶ com perfil para acolhimento do

⁵ O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art. 101, inciso VII, aplicável sempre que crianças e adolescentes tiverem seus direitos ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou Estado, ou, ainda, por falta, ameaça, abuso dos pais/responsáveis, ou devido à conduta destes (art. 98). Configura-se como uma medida excepcional e provisória e deve ser aplicada somente quando todas as alternativas de permanência da criança ou do adolescente no ambiente familiar estiverem esgotadas, incluindo a família extensa (BRASIL, 1990).

⁶ Consiste na inclusão da criança/adolescentes, por meio de medida protetiva, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe profissional do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, de forma temporária até a reintegração da criança à família ou seu encaminhamento para a família substituta. (BRASIL, 2009a)

grupo de irmãos, os mesmos foram transferidos para o serviço de acolhimento familiar⁷.

Após o acolhimento, a rede do Sistema de Garantia de Direitos, realizou o estudo de caso inicial referente à família em questão, e foi possível observar que eles possuíam histórico de atendimentos na rede há aproximadamente cinco anos, devido às situações de desproteção social em relação às crianças, as quais possuíam vacinas atrasadas e eram faltosos nos atendimentos pediátricos. A genitora já havia sido encaminhada e orientada a buscar tratamento na saúde mental para superação do uso de psicoativos. Sua família informou, que em decorrência do uso abusivo, a mesma apresentava poucas condições de realizar os cuidados de maternagem, bem como consigo mesma.

Na ocasião da ocorrência, a genitora foi para reclusão em regime fechado, devido a prisão em flagrante em relação ao tráfico de drogas, e alguns dias depois conseguiu o benefício da prisão domiciliar. Entretanto, a busca pelos filhos que encontravam-se acolhidos, não foi imediata, pois a condição de usuário/a de psicoativos foi se agravando, e esta passou a viver em situação de rua⁸.

Durante o acolhimento, a família de origem foi acompanhada por técnicos do CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Serviço de Acolhimento e Setor Técnico do Juízo, sendo a equipe composta por assistentes sociais e psicólogos/as, que cuidadosamente buscavam mobilizar a família extensa, com o intuito de manter os vínculos familiares e afetivos, por meio de atendimentos técnicos especializados, visando oferecer suporte à

⁷ Artigo 34 § 1º A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei. (BRASIL, 1990)

⁸ Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009b).

família. Cabe destacar que o/a assistente social do PAEFI, no acompanhamento das famílias que vivenciam afastamento familiar, em razão da aplicação da Medida de Proteção, visa garantir os direitos das famílias e indivíduos e o fortalecimento de vínculos.

Neste sentido, podemos citar instrumentais técnicos utilizados nos acompanhamentos, tais como: acolhimento social, escuta, atendimento individual e coletivo, entrevista, observação, documentação (prontuários, relatórios), estudo de caso com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, participação na elaboração do Plano Individual de Acolhimento (PIA)⁹, reunião familiar, visita domiciliar e audiência concentrada, entre outros.

Durante o atendimento com as crianças no CREAS, foram identificados os possíveis genitores, sendo sugerida a realização do exame de paternidade, uma vez que não houve o reconhecimento voluntário, quando contactados. O resultado da paternidade foi negativo referente à criança Alice; e da criança José, não foi possível confirmar, pois o suposto genitor faleceu durante o processo.

A avó paterna da criança Rita, sendo identificada como Joana, demonstrou interesse na guarda da criança, e apresentou membros da família extensa que a auxiliam nos cuidados. Diante da possibilidade de reintegração, utilizou-se da abordagem coletiva com a família e foi realizada reunião familiar no CREAS para esclarecimentos quanto às atribuições da guarda¹⁰ e o papel da família na função protetiva da criança, a fim de que a mesma não fosse exposta a situações de desproteção social. Inicialmente, as três crianças ficaram sob a guarda desta avó, porém devido a

⁹ Artigo 101, parágrafo 4º: Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei. (BRASIL, 1990).

¹⁰ Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. (BRASIL, 1990).

fragilidades nos vínculos de afinidade, afetividade e convivência, uma vez que ela era apenas avó da criança mais nova, ocorreu a desistência da guarda pela mesma.

A Sra. Joana, por sua vez, relatou nos atendimentos que possuía pouco contato com a sua nora e como realizava trabalhos voluntários de missionária, tentou motivá-la a realizar um tratamento no Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD, oferecendo auxílio para uma internação. Contudo, apesar de inúmeros esforços, não houve interesse da mesma.

Frente à realidade apresentada, foi possível identificar ainda, que a criança Alice não era alfabetizada, e apresentava dificuldades na realização das atividades pedagógicas. O menino José, não apresentava a linguagem oral, e possuía dificuldade de interação. Essa situação foi verificada durante a “escuta qualificada”¹¹ pelo/a assistente social do PAEFI, que tem por objetivo compreender as demandas e as vulnerabilidades que permeiam os acolhidos.

Durante a abordagem individual, a criança Alice informou que o irmão não falava, e que apenas ela compreendia as tentativas de comunicação do mesmo, demonstrando vínculos e cuidados afetivos com o irmão. Ainda mencionou sobre um tio materno, verbalizando que este era agressivo com a genitora de Rita, bem como com a avó materna, revelando episódios de agressões físicas deste tio com alguns membros da família. Durante a escuta, foram identificados múltiplos atravessamentos que ocorriam nas relações familiares e vulnerabilidades que expunham as crianças a situações que geravam desproteção. Neste sentido, o/a assistente social deve estar alerta para não submeter as famílias, em situação de vulnerabilidade e risco social, à sujeição da vontade de outrem, ou mesmo à ausência de autonomia, atribuindo-lhe uma pesada carga de responsabilidade, como destaca Berberian:

¹¹ Podem ser realizadas atividades lúdicas, como jogos, leitura e construção de estórias, desenhos, dramatizações de situações próximas às reais, dentre outras estratégias que garantam escuta à criança e ao adolescente, de acordo com sua etapa de desenvolvimento, de forma a respeitar e validar os conteúdos apresentados. (BRASIL, 2009a, p. 27)

Famílias que vivem e convivem em condições limite de vida e sobrevivência, muitas vezes perpassadas pelo uso/abuso de drogas, desemprego/subemprego, exposição às diversas manifestações de violência, fragilidade dos vínculos familiares, entre outros desdobramentos da questão social, frequentemente são questionadas pelos profissionais acerca da capacidade protetiva em relação à suas crianças e adolescentes, ocupando então um lugar de completa responsabilização pela oferta de cuidados e serviços a esses sujeitos, sem trazer para o debate a fundamental presença do Estado, enquanto provedor de um Sistema de Garantia de Direitos. (2013, p.13)

Desta maneira o/a assistente social necessita compreender que a garantia dos direitos vai além da responsabilização, superando o velho paradigma de que “a criança acolhida é criança protegida”, pois apesar das desproteções vivenciadas pelas crianças, elas mantinham importantes vínculos familiares com os membros da família, tanto a biológica como a extensa, ainda que estes estivessem fragilizados.

O/A assistente social, inserido no espaço sócio ocupacional do CREAS, possui um importante papel na perspectiva interventiva com a família, tendo demandas desafiadoras, considerando a dimensão educativa que a profissão assume. (ABREU, 2008)

Neste processo de acompanhamento com a família, também foram realizadas audiências concentradas¹² a cada três meses, para reavaliação do caso, e o técnico do PAEFI compõe a equipe que participa das audiências, com fornecimento de relatórios das ações

¹² As Audiências Concentradas visam a revisão da situação de crianças e adolescentes inseridos/as em programas de acolhimento familiar ou institucional, conforme o disposto no art. 19, §1º, do ECA, para que tão logo possam ser reintegrados/as à sua família de origem e, somente em último caso, em família por adoção. De acordo com o Provimento nº 118/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu art. 1º “ O juiz da Infância e Juventude, sem prejuízo do andamento regular, permanente e prioritário dos processos sob sua condução, bem como da necessária reavaliação trimestral prevista no art. 19, § 1º, do ECA” deverá realizar a audiência concentrada em cada semestre, com a presença com a participação de vários/as atores/as do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), e também com as crianças e adolescentes e seus respectivos familiares.

realizadas com a família, e os resultados alcançados até o momento da audiência, conforme prevê o ECA, no artigo 19 § 1º:

Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28, desta Lei. (BRASIL, 1990).

Sendo assim, o trabalho do/a assistente social requer um aprofundamento, percebendo situações muitas vezes difíceis de interpretar, buscando a efetivação dos direitos das crianças e/ou adolescentes que foram afastados da família de origem, requerendo todo cuidado e atenção para o fortalecimento dos vínculos familiares, portanto, uma tarefa difícil e delicada.

Com o objetivo de compreender a apropriação construída pelas crianças, (sujeitos nesse contexto), evidenciou-se a realidade apresentada, considerando elementos que instrumentalizam ações coerentes com o projeto ético político. O/A assistente social em seu processo de trabalho realiza acolhimento social por meio de escuta, que proporcione uma relação horizontal, dialogicidade e respeito, visando uma postura reflexiva e crítica, a fim de que os/as usuários/as se percebam como sujeitos de direitos da realidade vivenciada. O/A profissional deve se abster de práticas que refletem moralismo, preconceitos e ações discriminatórias.

Após vários estudos multiprofissionais e intersetoriais realizados com a rede do Sistema de Garantia de Direitos, a criança Alice foi desacolhida, e a avó paterna ficou com sua guarda, contando com a rede de apoio familiar que auxiliava nos cuidados. O genitor da Alice, o sr. Roberto, que se encontrava recluso no momento do acolhimento, obteve progressão do regime fechado para o meio aberto, sob liberdade condicional. Contou com o apoio de sua genitora, a sra. Joana, alugou um imóvel e reatou o relacionamento com a sra. Maria, a qual superou a situação de rua

que vivenciava. Ambos iniciaram tratamento para usuário/a de psicoativos, conforme encaminhamento e articulação das políticas setoriais pelo/a assistente social do CREAS.

Com a reorganização familiar, a vinculação ao tratamento e os atendimentos sociais, houve o desacolhimento das crianças e estas foram entregues para a genitora; a técnica do CREAS viabilizou os acessos aos serviços e benefícios, tanto da proteção básica quanto especial, bem como das políticas intersetoriais. José foi inserido na rede de educação infantil em período integral e encaminhado ao atendimento fonoaudiológico em articulação com a unidade básica de saúde. Alice foi matriculada em uma escola próxima da sua residência e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, possibilitando uma articulação entre a rede para acompanhamento da família, que se vinculou às intervenções propostas.

A avó materna passou a colaborar como rede de apoio, disponibilizando-se para levar e buscar os netos na escola e nos atendimentos de saúde. Durante o período de acompanhamento intensificado da rede, após o desacolhimento, que perdurou por quase nove meses, foi possível auxiliar o acesso da avó materna ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por idade, com 65 anos.

Ainda, nos últimos acompanhamentos realizados, a genitora recebeu alta do tratamento do CAPS-AD, foi inserida no mercado de trabalho, na função de cuidadora, e seu companheiro passou a trabalhar na função de barbeiro.

Em todo o período de acolhimento e pós desacolhimento, a família foi orientada quanto aos direitos e deveres, sendo possibilitado o acesso às políticas públicas, bem como o fortalecimento da função protetiva. Ressalta-se que a família foi receptiva às orientações dos técnicos da rede, e não houve identificação de vivência de novas situações de risco. Sendo assim, o caso foi encaminhado ao CRAS de referência, em relação à região de moradia da família, para continuidade do acompanhamento e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Diante do contexto apresentado, é necessário que o/a assistente social assumira uma direção intelectual frente ao seu papel de defesa dos princípios fundamentais, das diversas expressões da questão social e de uma sociedade justa e igualitária. Bem como corroboramos com Guerra (2000), em relação à instrumentalidade no trabalho do/a assistente social, a qual inicialmente reflete que pode parecer com o uso dos instrumentos do agir profissional, mas traz uma consideração mais profunda, pois condiz com a capacidade da profissão na intervenção da realidade social para atendimento da demanda e alcance dos objetivos.

É importante destacar também, a função educativa e interventiva do/a assistente social neste processo de acompanhamento das famílias, que compreende o modo de vida, sua forma de se organizar, a partir da leitura da realidade social, subsidiando o entendimento e reflexão crítica do contexto vivenciado.

Logo, parte-se da premissa que o/a assistente social do PAEFI estabeleça vínculos com a população usuária, por meio dos efeitos da ação profissional, na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos das práticas, as quais possibilitam que famílias consigam superar as situações de risco. A função do profissional é mediatizada entre as relações do Estado e da sociedade civil, para superação e enfrentamento das expressões da questão social, a qual integra estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais. (ABREU, 2008)

Para o trabalho social com as famílias que vivenciam violações de direitos, não há uma “poção mágica ou uma receita” para realizar a sua função técnico-operativa, pois os profissionais necessitam utilizar seu arsenal de conhecimentos, habilidades e técnicas, para que sua atuação profissional seja assertiva em um processo complexo de intervenção; uma vez que a profissão do Serviço Social é eminentemente interventiva e vivenciamos muitos desafios em “busca de mediações analíticas capazes de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais com os quais nos

deparamos no cotidiano de nossa prática profissional” (SILVA E SILVA, 2002, p. 223).

A dimensão educativa no trabalho do/a assistente social e a instrumentalidade

O cotidiano do/a assistente social, que atua na rede de Proteção Social Especial, seja ela de média¹³ ou alta complexidade¹⁴ revela uma dinâmica rica e complexa no enfrentamento às violações de direitos (por omissão da família, da sociedade ou do Estado), e as desproteções quanto aos acessos dos serviços e políticas públicas. A Proteção Social Especial é destinada aos indivíduos que sofrem a violação dos seus direitos e que estejam com os vínculos fragilizados ou rompidos. Neste contexto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) destaca:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. (BRASIL, 2004, p.37)

O trabalho desenvolvido pelo/a assistente social na Proteção Social Especial, no PAEFI, busca a garantia do direito que foi violado, bem como o resgate dos vínculos familiares, quando há possibilidade, devendo funcionar de forma permanente,

¹³ A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. (BRASIL, 2004)

¹⁴ Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitários. (BRASIL, 2004)

fortalecendo novas relações, construindo vínculos pautados na emancipação dos indivíduos.

Ressalta-se que o caráter educativo está intrinsecamente vinculado à atuação do/a assistente social no atendimento à família.

A função pedagógica, educativa e interventiva do/a profissional busca romper com o contexto de risco, agravado pelo Estado neoliberal e permeado com desigualdades sociais, como afirma Cardoso e Abreu:

A função educativa dos assistentes sociais integra o amplo processo de elaboração de uma ideologia própria desenvolvido por essas classes, como elemento constitutivo de uma nova cultura. Supõe compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes. (2000, p. 144)

A instrumentalidade do Serviço Social se associa diretamente com a função educativa, uma vez que a ação profissional deve estar pautada na transformação social, na promoção dos direitos e interesses das classes subalternas. Em vista disso, a intervenção profissional, através da instrumentalidade pode delinear as ações frente às intervenções imediatas apresentadas pelos usuários, possibilitando analisar a realidade das situações e subsidiar as intervenções com conhecimento dos objetos e objetivos do trabalho social, ou seja, com a expressão da questão social vivenciada pelas famílias. Assim, mediante as ações postas ao assistente social é preciso ter um referencial teórico e metodológico, pois “a instrumentalidade do Serviço Social é o espaço onde a profissão se consolida e se materializa, permitindo a união das dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica e intelectual da intervenção profissional.” (BRANDÃO, 2006, p. 19)

Neste sentido, o/a assistente social pode fazer uso de instrumentais e técnicas que serão materializadas no agir profissional, através das dimensões: teórico-metodológica, ético-

política e técnico-operativa do exercício profissional, buscando proporcionar resultados concretos para superação das violações e possibilidades de melhores condições humanas, necessitando ser planejados e avaliados durante todo o processo de acompanhamento à família.

Ao atuar no CREAS, o/a assistente social se depara com diversas possibilidades e desafios. Para enfrentamento destes desafios, é necessário que o/a assistente social tenha conhecimentos teóricos e saberes interventivos para decifrar a realidade, e intervir quando há o afastamento da criança e/ou do adolescente do convívio familiar, mediante as violações de direitos. É necessário organizar respostas profissionais pautadas no Código de Ética, com vista à materialidade do projeto ético político profissional. Esses arcabouços colaboram para uma intervenção crítica na perspectiva de superar e prevenir o agravamento das situações que ensejaram o acolhimento.

A atuação do/a assistente social no CREAS tem um papel fundamental na potencialização da capacidade de proteção das famílias e indivíduos e pode favorecer a superação das violações vivenciadas, de modo a construir propostas capazes de preservar e efetivar os direitos sociais.

Iamamoto (2006) nos desperta para o caráter transformador da profissão por meio da instrumentalidade e mediado pela capacidade que o/a profissional tem de negociar possíveis projetos e de articular junto aos/às usuários/as o acesso a direitos e garantias fundamentais. Nesta dimensão, Guerra considera fundamental: “Na medida que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações passam a ser portadoras de instrumentalidade” (2000, p. 53).

Sobre esse viés, vale evidenciar que o objeto do trabalho do/a assistente social é a questão social, que exige uma reflexão crítica constante para pautar sua intervenção, mediante estratégias e procedimentos qualificados, tendo como aporte a instrumentalidade técnica a ser utilizada em seu exercício

profissional. Nesse sentido, é possível apreender o processo social em sua totalidade, onde as práticas neoliberais desregulam as políticas sociais, como destaca Iamamoto:

O Serviço Social tem na “questão social” a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. “Questão social” apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (2006, p. 16).

Por meio de leituras críticas, o/a assistente social desenvolve técnicas que possibilitam compreender a realidade social em sua totalidade. Sobre essa ótica, o/a profissional pode realizar com grande habilidade uma escuta qualificada em prol dos direitos dos/as usuários/as. Guerra (2000, p.1), aponta que “necessitamos pensar a instrumentalidade do serviço social como uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão construída e reconstruída ao longo do processo sócio histórico”. Nesse sentido, a autora coloca o/a assistente social como proprietário/a dessa capacidade de construir a instrumentalidade.

É esse arcabouço técnico-operativo que instrumentaliza o agir, a interpretar a realidade social, e assim, propor novas práticas profissionais. A instrumentalidade constitui esta profissão de uma maneira dinâmica, por meio do processo histórico que não é estática; ao contrário; ela acompanha o movimento da sociedade e deve estar organizada à disposição da cidadania e da garantia dos direitos sociais.

A reflexão da instrumentalidade na direção do projeto ético-político caminha para uma visão emancipatória da população, a fim de superar os riscos vivenciados e as violações de direitos, bem como as teorias conservadoras. Em concordância com Boschetti (2013, p.65):

Em ambiente de mistificação de aportes teóricos conservadores, que assumem aparência de “modernos” e “contemporâneos”, e são considerados capazes de assegurar a “emancipação humana”, mais do que

nunca se faz urgente e necessário precisar o sentido de equidade, justiça social e universalidade que balizam nossas reflexões.

Cabe ao/à profissional, diante da contemporaneidade, apreender novos caminhos, mediante as demandas sociais dos/as usuários/as da política pública de assistência social, principalmente os que acessam os serviços do PAEFI, utilizando-se dos instrumentos e técnicas para efetivar as ações de cidadania referentes às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidades, riscos sociais e pessoais, os quais se apresentam como desafios ao exercício profissional crítico no contexto social vivenciado, intervindo mediante as condições objetivas e subjetivas da vida dos sujeitos atendidos.

O saber e fazer profissional está pautado na reflexão da realidade em uma perspectiva marxista. Como afirma Guerra (2000), que no exercício profissional, o/a assistente social pode lançar mão de um amplo acervo ideológico e cultural, disponíveis tanto nas ciências sociais como na tradição marxista e adaptá-los aos objetivos profissionais com sua população usuária.

O/A profissional atuante no PAEFI pode facilitar, no processo de acompanhamento do/a usuário/a, que ele/a seja um sujeito ativo de sua história. Neste sentido, sua intervenção busca compreender a realidade objetiva e subjetiva, ou seja, a realidade na conjuntura vivenciada pelo sujeito e como o mesmo compreende o meio em que está inserido.

No PAEFI, o/a assistente social em sua abordagem individual com os/as usuários/as, realiza a escuta qualificada de todos os sujeitos envolvidos na situação familiar, a qual é um importante instrumento para uma leitura e análise crítica da realidade, alertando para o que se apresenta além do aparente, da situação posta, do agir, intervir e interpretar a realidade social. O/A profissional que realiza a escuta qualificada é capaz de apreender criticamente o contexto de interesses sociais, construindo técnicas que possam reforçar e ampliar direitos da população usuária.

O exercício profissional do/a assistente social, tendo como parâmetro o projeto ético-político, exige que seja um trabalho capaz de possibilitar o acesso aos direitos e serviços públicos, e também o desenvolvimento do protagonismo das famílias atendidas, como forma de superar as situações de violações de direito. Mesmo diante de uma conjuntura adversa, os desafios enfrentados na práxis reafirmam a perspectiva de inserir o/a usuário/a como sujeito de sua história.

A mediação é uma categoria ontológica que está vinculada à constituição do ser social, ou seja, na sociabilidade do ser social, sendo assim, um conhecimento da relação que o sujeito estabelece com a realidade. Martinelli destaca que “sua construção se consolida tanto por operações intelectuais como valorativas, apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade fundamentalmente pela intervenção da consciência” (1993, p. 137).

Por conseguinte, Lukács (1978), expõe que tudo aquilo que acontece no mundo real é constituído por várias determinações, fazendo com que a mediação busque justamente capturar esses determinantes que constituem o objeto. Ou seja, é concreto por síntese de várias determinações.

O/A assistente social, em suas intervenções profissionais, realiza a mediação para o alcance dos seus objetivos técnicos com elaboração de mecanismos que colaboram com a efetivação de direitos em benefício dos/as usuários/as e de suas necessidades. Paulo Netto (2009, p. 32) destaca:

O profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa, com as expressões gerais assumidas pela "questão social" no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas), que se propõem a enfrentá-las. O conhecimento dessas políticas sociais (que implica, antes de tudo, o conhecimento das suas fontes e formas de financiamento), é indispensável para o profissional contextualizar a sua intervenção; e a determinação daquelas mediações possibilita apreender o alcance e os limites da sua própria atividade profissional.

Ressalta-se que o/a assistente social é um/a profissional qualificado/a e realiza um trabalho social e coletivo bem complexo, sendo este capaz de mapear as situações concretas, tornando-as visíveis frente aos diferentes contextos familiares, que estão permeados por violações de direitos do ser social, visto que se depara continuamente com as expressões da questão social que perpassam a vida das famílias, sendo que os rompimentos dos vínculos familiares agravam a situação do afastamento, assim compreendendo os limites e alcances das intervenções profissionais no CREAS.

A Proteção Social, na Política de Assistência Social não se refere à reprodução da condição social do sujeito, e sim à busca pela restauração da força da humanidade e respostas às necessidades das demandas apresentadas. As condições humanas vivenciadas precisam ser refletidas pelo/a assistente social. É necessário que o técnico esteja atento para não impor a violência institucional como uma forma excludente, não trabalhar com indiferença para as condições sociais, marcadas por interrupções, incompletudes e sendo necessário manter a capacidade de afirmar a universalidade da cidadania.

Butler reflete sobre a autoridade moral, destacando que em relação às demandas que são apresentadas, “não percebemos a questão do ser implicado, a demanda que nos vem de algum lugar, muitas vezes um lugar sem nome, pela qual nossas obrigações são articuladas e são impostas a nós” (BUTLER, 2011, p.14). Assim, traz as importantes reflexões sobre ética e violência que estão à nossa frente, ou seja, fundamenta a questão da ética não violenta, na perspectiva de garantir que sua atuação profissional não traga a anulação da vida.

Essa afirmação é marcada por importantes reflexões sobre a vida: “Uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida, se não for primeiro considerada viva (BUTLER, 2015, p.13)”. As questões abordadas pela autora fazem ampliar a centralidade do pensamento e da existência junto ao outro. Retrata, ainda, que diante da atualidade, nestes tempos midiáticos, a falta de ética

dificulta a identificação com o outro (humanização/desumanização), explicitando a relação para as diferenças. Por meio dessas reflexões, o conhecimento deve ser analisado criticamente, levando em consideração questões morais, culturais e cognitivas que desafiam enfrentar o desconhecido. As reflexões partem do pressuposto de que o outro pode ser visto como um ser humano, ao mesmo tempo igual e diferente, e os enquadramentos irão determinar de que maneira pode ser representado.

Cabe elucidar a importância de notar a condição precária como concepção relativa ao sujeito, e como essa precariedade conduz à percepção da violência. Esse enquadramento possibilita pensar sobre a vida, e perceber que esta moldura apresentada não possui, de fato, o que se procuraria ilustrar, “o enquadramento não mantém nada integralmente em um lugar, mas ele mesmo se torna uma espécie de rompimento perpétuo, sujeito a uma lógica temporal, de acordo com a qual se desloca de um lugar para o outro” (BUTLER, 2015, p. 26).

O/A assistente social possui responsabilidades éticas e políticas em relação à precariedade da vida, pois todas as vidas são precárias, e há responsabilidades políticas em seu enquadramento de precariedade, determinadas em suas condições de vida. Devemos sempre pensar em qual enquadramento as vidas estão sendo emolduradas, quais tratamentos a história daquela família vem recebendo, necessitando, assim, de reflexões técnicas e discussões em rede.

Butler (2011), evidencia sobre a precariedade da vida e a forma inevitável de ser vítima, porque as vulnerabilidades encontram-se em distribuição desigual em todo o mundo, e algumas populações estão mais suscetíveis à violência do que outras. Neste caso, são as crianças e adolescentes em seu próprio domicílio, por suas próprias condições de vulnerabilidade e por serem indefesos, isto é, ainda não são capazes de se protegerem, uma vez que a experiência da violação de direitos está além da compreensão da criança, a qual ainda não está preparada para

distinguir que os seus direitos ameaçados e violados não deveriam ser vivenciados.

Considerando que a dinâmica da família se expressa em caráter situacional complexo e temporal, mediante as relações sociais e humanas, as informações contidas neste relato de experiência, apontam que a atuação do/a assistente social é importante no avanço da compreensão que essas vulnerabilidades e riscos, não são somente individuais e pessoais, sendo expressas pela pobreza e risco social, engendradas em um processo desigual da sociedade capitalista no imediato de suas manifestações.

Por conseguinte, elucida-se que o relato apresentado não contempla todo o contexto histórico vivenciado pela família quanto às desproteções sociais vivenciadas, narrando a dinamicidade pontual do cotidiano familiar. As famílias também estão sendo violadas em seus direitos e por isto nem sempre é possível o trabalho do/a assistente social caminhar na direção do ideal, que seria reintegrar a criança à família. O desfecho não poderia desconsiderar a dura realidade a que estão expostas as famílias, as crianças e os profissionais.

Nesse breve relato, o/a profissional do Serviço Social tem o grande desafio de realizar o trabalho tanto com a família natural, quanto com a família extensa, para superação dos padrões de violação de direitos, e quando possível, buscar na maior brevidade, que a criança seja reintegrada à família. Quando o/a profissional observa qualquer possibilidade de a criança ou adolescente permanecer em sua família natural, ou mesmo na família extensa, deve empreender todos os esforços necessários, pois a família é o lugar ideal e necessário para o desenvolvimento da criança ou adolescente. É necessário analisar as condições humanas das famílias, em seus diversos enquadramentos, para tecer um parecer técnico que não seja no viés moralizador, e sim como um instrumento norteador para emancipação e garantia de direitos.

Considerações finais

O trabalho profissional do/a assistente social do CREAS prestado às famílias com rompimento dos vínculos familiares, é uma realidade desafiadora que abarca as reproduções das relações sociais, intensificada pelo contexto da desumanização da vida e o agravamento das expressões da questão social. Pensar sobre a humanização e desumanização é deparar-se com suposição dos que ganham representação e dos que não possuem oportunidades de representar a si mesmos. O/A profissional necessita de uma leitura crítica da realidade da sociedade capitalista permeada de desigualdades, onde as práticas neoliberais pressionam cada vez mais as políticas sociais.

A visão de mundo dos/as profissionais envolvidos na rede do Sistema de Garantia de Direitos pode ter direcionamentos distintos, dependendo do compromisso ético e saber profissional, de acordo com sua área de atuação. Neste sentido é importante que o conhecimento das situações estruturais, conjunturais, política e econômica, que condicionam as famílias às situações de desproteção social, sejam envolvidas em um olhar interdisciplinar humanizado dos sujeitos envolvidos.

Salientamos que a atuação do/a assistente social deve ser direcionada aos fundamentos: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, de forma a propiciar subsídios éticos, políticos e técnicos, essenciais para a estruturação de ações comprometidas.

O atendimento junto às famílias ocorre buscando a construção de uma sociedade igualitária, garantindo suporte à família natural e/ou extensa, fortalecendo a rede de apoio por meio do fortalecimento dos vínculos e a superação da violência e violações de direitos, que muitas vezes, estão associados aos impactos da pobreza.

Cabe enfatizar a importância da atuação do/a assistente social no PAEFI, pois através dos saberes técnicos, busca a emancipação

e superação da situação apresentada pelos sujeitos, como forma de fortalecer a função protetiva da família.

O/A assistente social em seu saber profissional, encontra um processo reflexivo que perpassa sua atuação no cotidiano, cria e recria partindo de uma intencionalidade durante o processo formativo, de modo a utilizar os instrumentais de acordo com os princípios éticos políticos.

O/A profissional necessita, no exercício da instrumentalidade, na articulação das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, ter como direção o projeto ético político, de forma que sua atuação seja capaz de dar sustentação crítica às expressões da questão social contemporânea, agravadas pelo contexto neoliberal. Este trabalho tem intrínseca a dimensão educativa, que nesta perspectiva, é reflexivo, reconhece a condição humana do/a usuário/a e pode contribuir com a sua autonomia e compreensão do mundo, com vistas a transformá-lo.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERBERIAN, Thais Peinado. **Serviço Social e avaliações de “NEGLIGÊNCIA” contra criança e adolescente:** Debates no Campo da Ética Profissional. 2013.144p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PUC-SP, São Paulo. 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. A equidade e justiça social podem ser alcançadas no capitalismo. *In:* CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL-RJ (org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social:** os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2013, p. 64-73

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069 de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); CONANDA. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: MDS/CONANDA, 2009a.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a população em situação de rua e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 04 de abr. 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS); Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

BRANDÃO, Rita de Cassia Camargo. **O Serviço Social no Brasil: a reinstrumentalização necessária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2006.

BRITES, Cristina. **Série assistente social no combate ao preconceito: o estigma do uso de drogas**. Brasília: CFESS, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Vida Precária. **Rev. Contemporânea**. São Carlos: UFSCar, v.1, n.1, p. 13-33, 2011.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CFESS; ABEPSS (org) **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2000, p. 139-150.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Provimento de nº 118 de 29 de junho de 2021. Dispõe sobre as audiências concentradas protetivas nas Varas com competência da Infância e Juventude e revoga o Provimento nº 32, de 24 de junho de 2013, da Corregedoria

Nacional de Justiça. Brasília: CNJ. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4013> Acesso: 24 de maio de 2023.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: CFESS; ABEPSS (org). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000, [16] p. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 08 dez 2021

IAMAMOTO, Marilda. Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, Ana Elisabete, et. al. (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo/Brasília: Cortez/Ministério da Saúde, 2006, [37] p. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1w8FYM8HGqi5K3quW7wIrmbsbZi4WjaPi/view>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Rev. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.43, p.136-141, 993. PAULO NETTO, José. Introdução ao método na teoria Social. *In*: CFESS; ABEPSS (org). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD-UNB, 2009, p.667-700.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 2002.

Adriana Giaqueto Jacinto: Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (UNESP - Franca/SP), Pós Doutora em Serviço Social (UERJ - Rio de Janeiro/RJ), docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP – Franca/SP). Bolsista – Bolsa Produtividade CNPQ. Líder do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: adriana.giaqueto@unesp.br

Ana Luiza Aragão Moura: Graduanda em Serviço Social (UNESP - Franca/SP). Orientadora Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Instituição Casa Sebastiana, região Norte de Franca-SP. Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: ana-luiza.moura@unesp.br

Bruna Carolina Bonalume: Assistente Social, Mestre em Saúde Coletiva (UNESP - Botucatu/SP) e Doutora em Serviço Social (UNESP - Franca/SP). Docente do Curso de Serviço Social da UNIFAC - Botucatu/SP, Assistente Social do Tribunal de Justiça Estado de São Paulo (TJ-SP). Vice-líder do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: bruna.bonalume@hotmail.com

Elaine Lima de Freitas Polidoro: Assistente Social, Mestranda em Serviço Social (UNESP - Franca/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: elainefreitas010824@gmail.com

Geisa Araújo de Almeida Sbaraglini: Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (UFSCAR - Sorocaba/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de

Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: geisasbaraglini02@gmail.com.

Iolanda Neves: Assistente Social, mestranda em Serviço Social (UNESP- Franca). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: iolanda.neves@unesp.br

Josiene Camelo Ferreira Antunes: Assistente Social, Mestra em Serviço Social (PUC - Goiânia/GO), doutoranda em Serviço Social (UNESP- Franca). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: josieneantunes@gmail.com

Ketully Fernanda Ascencio Cadorim: Assistente Social, Especialista em Gestão Pública (FOCUS), Mestra e Doutoranda em Serviço Social (UNESP - Franca/SP), atua como Secretária Municipal de Cidadania e Ação Social. Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GESTA (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social). E-mail: ketully.cadorim@unesp.br

Leila Daiane Barateli: Assistente Social, mestranda em Ciências Sociais (UNESP - Marília/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GPPAS (Grupo de Estudos e Pesquisa da Política Pública de Assistência Social). E-mail: leiladbaratelli@gmail.com.

Lígia de Oliveira Soares da Silva: Assistente Social (UNESP - Franca/SP), foi bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social (PETSS). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: ligia23oliveira97ss@gmail.com

Maicow Lucas Santos Walhers: Assistente Social, Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde (CEAD/UNIRIO), Mestre e doutorando em Serviço Social (UNESP- Franca/SP). Bolsista CAPES/DS. Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GEFORMSS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social). E-mail: maicow.assistentesociali@live.com

Maria Eduarda De Oliveira: Assistente Social (UNESP- Franca/SP). Assistente Social do Lar Frederico Ozanam Instituição de Longa Permanência para Idosos e do Projeto Vitória Centro de Atividades para pessoas com deficiência. Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: maria-eduarda.oliveira@unesp.br

Tamiris Garcia da Silveira: Assistente Social, Especialista em Gestão Estratégica e Planejamento de Projetos Sociais (UNAERP), Mestra em Serviço Social (UNESP- Franca/SP) e Aluna Especial do Doutorado em Serviço Social (UNESP - Franca/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social) e do GESTA (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social). Instrutora do SENAR-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de São Paulo). E-mail: tamiris.garcia@hotmail.com

Vanessa Queiroz Castro: Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (UFSCAR - Sorocaba/SP). Assistente Social do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Bauru/SP). Integrante do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). E-mail: castro.vanessaq@gmail.com

Este livro traz conteúdos referentes à instrumentalidade no Serviço Social e é fruto de estudos e de compartilhamentos de vivências do exercício profissional dos/as integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social (GEDUCAS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP, campus de Franca- SP).

